



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS

Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 316-8341 – Fax (54) 316-8125 – E-mail: mestradoletras@upf.br

**ANÁLISE DIALÓGICA E ARGUMENTATIVA DE LETRAS DE MÚSICAS DE
CHICO BUARQUE**

MESTRANDA: Silvane Costenaro

ORIENTADOR (A): Telisa Furlanetto Graeff

Passo Fundo

2009

SILVANE COSTENARO

**ANÁLISE DIALÓGICA E ARGUMENTATIVA DE LETRAS DE MÚSICA DE
CHICO BUARQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Estudos Lingüísticos, sob a orientação da Prof^a Dr.^a Telisa Furlanetto Graeff.

**Passo Fundo
2009**

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe Albina, ao meu pai Danilo e à minha irmã Daniela, pelo apoio e pelas palavras de incentivo que recebi ao longo do mestrado;

À professora orientadora Telisa Furlanetto Graeff, pelo exemplo de profissionalismo, competência, dedicação e amizade;

Aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF;

Aos meus amigos e colegas;

E a Deus, pelas oportunidades de progresso que me oferece;

Sinceramente, muito obrigada.

*Para o olhar bruto e descomprometido, o
“conteúdo” do amor não leva a parte
alguma; mas por meio desse obsessivo
interesse em esculpir detalhes, o próprio
amor é continuamente renovado e
aperfeiçoado com o tempo.*

Emerson Caryl

RESUMO

Este trabalho apresenta análises de letras de músicas de Chico Buarque de Holanda, compostas no período de ditadura militar (1964-1985). As análises têm como suporte teórico algumas das idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin e a teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e colaboradores. Do vasto legado bakhtiniano, evidencia-se o caráter sócio-ideológico da linguagem. Inicialmente explicitam-se as fases da teoria da Argumentação na Língua, dando ênfase à fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos. Com o objetivo de verificar a relação que se pode estabelecer entre as duas teorias são explicitados os conceitos da teoria dialógica e depois são expostas as idéias da teoria argumentativa. Elas são apresentadas separadamente, da mesma forma que as análises. A leitura argumentativa possibilita uma análise intralingüística e leitura dialógica possibilita uma leitura extralingüística. Ao concluir o presente estudo, pode-se afirmar que as duas teorias enriquecem e complementam as análises, uma vez que a argumentativa trabalha com as marcas lingüístico-discursivas, chegando automaticamente ao contexto, mesmo que ele não seja o objeto de estudo dessa teoria, e sim, da dialógica, que considera o extraverbal o ponto de partida.

Palavras-chave: Dialogismo. Teoria da Argumentação na Língua. Sentido

ABSTRACT

The present work analysis lyrics from Chico Buarque de Holanda, composed in the military dictatorship period (1964-1985). The analyses have as theoretical support some of the linguistic ideas of Bakhtin Circle and the Theory of Argumentation in the language from Ducrot and contributors. From the vast bakhtin legacy, it is evidenced the socio-ideological character of the language. Initially, Theory of Argumentation in language, phases are explicit, emphasizing the current phase, the theory of semantic blocks. Aiming to verify the relation that can be established between these two theories, the concepts of Dialogic (al) theory are then exposed afterwards. They are presented separately in the way as the analysis. The argumentative reading possibles an intralingüístic analysis and dialogical one, in turn, possibles an extralinguistic. Concluding this study, we can say that these two theories complement and enrich the analysis, once the argument (teory) works with the linguistic-discursive marks, reaching the context automatically, even though it is not the object of study of this theory, but it is (object) from dialogic, which considers the extraverbal the starting point.

Key-words: Dialogism. Theory of Argumentation in the Language. Sense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM: IDÉIAS LINGÜÍSTICAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN.....	14
1.1 Signo ideológico: elemento fundamental na constituição da linguagem.....	20
1.2 Relações dialógicas: dimensões para o estudo do sentido.....	29
1.3 Exotopia, cronotopia e índice social de valor.....	40
2 CONCEPÇÃO ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM: PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA.....	50
2.1 ADL Forma <i>Standard</i>	54
2.2 ADL Versão Ampliada.....	57
2.2.1 Teoria da Polifonia	58
2.2.2 Teoria dos <i>Topoi</i>	68
2.3 Teoria dos Blocos Semânticos: versão atual da Teoria da Argumentação na Língua.....	70
3. ANÁLISES ARGUMENTATIVAS E DIALÓGICAS DAS LETRAS DAS MÚSICAS.....	76
3.1 Análises argumentativas das letras das músicas “Apesar de você”, “Cálice” e “Samba de Orly”	77
3.1.1 Análise argumentativa da letra da música “Apesar de você”.....	78
3.1.2 Análise argumentativa da letra da música “Cálice”.....	84
3.1.3 Análise argumentativa da letra da música “Samba de Orly”	89

3.2 Análises dialógicas das letras das músicas “Apesar de você”, “Cálice” e “Samba de Orly”	92
3.2.1 Análise dialógica da letra da música “Apesar de você”	93
3.2.2 Análise dialógica da letra da música “Cálice”	99
3.2.3 Análise dialógica da letra da música “Samba de Orly”	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

INTRODUÇÃO

Ler é muito mais do que decifrar palavras postas no papel ou saídas dos lábios dos outros. Ler é descobrir o que há além dos textos que se tem em mãos, estabelecendo relações entre os signos lingüísticos, elementos que os constituem e, assim, construir um grande diálogo, fazendo interagir interlocutores, e ao mesmo tempo as idéias presentes no discurso. Ler é gerar um debate interno e externo, entre o que está diante dos olhos e o que não se pode ver, mas existe implicitamente e é extremamente essencial.

Princípios e conceitos tomados dos estudos lingüísticos do Círculo de Bakhtin e dos estudos argumentativos de Ducrot serão utilizados no presente trabalho para mostrar caminhos que conduzem a uma leitura competente através da análise dialógica e argumentativa de três letras de músicas.

Com o objetivo de comparar as análises baseadas nessas duas perspectivas teóricas e de verificar a relação que se pode estabelecer entre elas, buscou-se estudar cada uma delas detidamente, para se ter subsídios necessários ao empreendimento da leitura de letras de música de Chico Buarque de Holanda, escritas no final da década de 60, início dos anos 70, período de sucessão de governos militares no Brasil. A escolha desse *corpus* foi motivada pelo fato de, completar 40 anos, a implantação do *Ato Institucional (AI 5)*, que estabeleceu a suspensão de liberdades democráticas como, por exemplo, o direito de livre manifestação e expressão dos brasileiros, o que atingiu diretamente as artes e a imprensa.

É hipótese deste trabalho que as duas teorias (argumentativa e dialógica) se complementam no sentido de que, enquanto a leitura argumentativa considera o

lingüístico, a leitura dialógica resgata o extralingüístico, pelo qual a primeira não se interessa, mas cuja importância não descarta.

Com o olhar nesse propósito, o presente estudo contém um primeiro capítulo direcionado à explicitação da concepção dialógica de linguagem, encontrada nas idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. Serão enfatizadas as questões do sentido, relacionando-as às relações dialógicas; do signo ideológico como elemento fundamental na constituição da linguagem; além de conceitos como os de exotopia, cronotopia e índice social de valor.

A análise, baseada nas idéias bakhtinianas, levará em consideração as relações dialógicas entre os discursos e entre os interlocutores, o contexto social e os valores verbo-axiológicos, realizando olhares exotópicos, buscando, a entonação e os valores em confronto. A identificação dos contextos imediato e mediato fará o resgate necessário para se construir múltiplos sentidos.

Dentro das principais idéias lingüísticas do Círculo está expressa a importância das ciências humanas, enquanto ciências que se dedicam ao estudo da linguagem, especialmente ao ato de ler. Como pode ser comprovado na citação a seguir:

(...) estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de *texto*. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida. (Bakhtin, 2003, p 308).

Castro (2001) explica que, para Bakhtin, as ciências humanas, consideradas numa relação axiológica com os fenômenos humanos, constituem-se através do diálogo entre diferentes opiniões sobre o homem, sua natureza e sua história. Enfatiza, também, que, dentro dessas ciências, o cientista tem grande responsabilidade, visto que analisará o pensamento do outro, o texto do outro e, acima de tudo, os valores do outro, para que, assim, possa captar a essência epistemológica do discurso e o ponto valorativo do mundo. Quando essa captura não acontece, a leitura que se faz da palavra alheia equivale a somente uma parte da interpretação, e não a uma leitura propriamente dita. Bakhtin (2003) acentua que, nas ciências humanas, o homem é estudado dentro do texto, ou seja, ele é

dependente do discurso, caso isso não seja levando em consideração, trata-se de outras ciências, como anatomia, fisiologia humana, entre muitas outras. Castro (2001) também esclarece que o cientista, dentro das ciências humanas, precisa ter claro:

(...) que o seu objeto material de análise é integralmente um enunciado (um texto); esse enunciado materializa verbalmente a orientação semântico-axiológica de um autor (materializa, portanto, um ponto de vista social particular sobre determinado tema ou fato social). E, por função de o enunciado ser ideologicamente orientado, o *sentido das palavras* que o compõem não pode ser assimilado apenas na sua perspectiva sistêmica usual e reificante. (p. 110, 2001).

Para Amorim (2006), nas ciências humanas, também consideradas ciências do texto, o pesquisador olha a obra pesquisada de uma posição exterior, por isso o conceito de exotopia, que traz a idéia do olhar exterior, é de grande valia, e, sendo ambos – pesquisador e pesquisado – produtores textuais, um não deve apagar o texto do outro, mas sim complementá-lo com sua problemática e sua visão de mundo diferente.

De acordo com Bakhtin (2003), contrárias às ciências humanas, as ciências exatas são formas monológicas do saber, pois nelas há um sujeito, ou seja, alguém que contempla e enuncia sobre algo mudo. Nessa perspectiva, até mesmo o homem pode ser percebido como “coisa”, que não interage e não dialoga, mas passa, então, a ser estudado dentro de outra ciência, porque, enquanto sujeito discursivo, o que se conhece sobre ele, é dialógico.

No presente trabalho, são apresentadas análises lingüísticas voltadas às situações concretas e objetivas. Relacionadas a essas duas características, está a crítica que Bakhtin/Voloshínov (2006) faz às correntes chamadas objetivismo abstrato e subjetivismo individualista. “A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato.” (Bakhtin/Voloshínov, 2006, p 99). Explica o autor que a forma da língua não está associada a um conjunto de normas imutáveis, mas a signos flexíveis e variáveis, ou seja, a forma está associada às estruturas concretas de enunciação (de usos) que são determinadas ideologicamente. Já o subjetivismo individualista, mostra Bakhtin/Volochinov (2006) só leva em consideração a fala e esta é caracterizada como estritamente individual, mas

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. *A enunciação é de natureza social.* (Bakhtin/Volochínov, 2006, p 113).

Bakhtin/Volochínov (2006) enfatiza que a enunciação surge a partir de outras enunciações de diferentes locutores e não a partir de palavras isoladas, soltas. Portanto, caso se fique preso ao sentido literal das palavras, compreender e interpretar textos pode se tornar uma tarefa muito complicada e, muitas vezes, até impossível.

De outra parte e analisando a questão da leitura, na perspectiva da semântica argumentativa, na grande maioria dos casos, a busca ao dicionário não resolve o problema da compreensão e interpretação. Isso porque, como mostra o trabalho de Ducrot e seguidores, a partir de 1988, o sentido deve ser construído discursivamente. Nessa medida, o sentido de uma palavra, sintagma ou segmento de enunciado é dado pelas continuações possíveis, as quais constituem discursos argumentativos. É preciso, então, na construção do sentido, partir sempre das marcas lingüísticas, porque são elas que vão permitir determinados discursos e vetar outros. O sentido, nos textos, ocorre em blocos semânticos, expressos por meio de encadeamentos argumentativos, que reúnem dois predicados com o conector *donc* (portanto) ou *pourtant* (mesmo assim). A análise de letras de músicas de Chico Buarque de Holanda, nessa perspectiva teórica, pretende mostrar também uma contribuição dos estudos semânticos argumentativos à leitura de textos.

Nessa direção, o segundo capítulo versará sobre princípios e conceitos da teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e seus colaboradores. Será feito o traçado do desenvolvimento dessa concepção argumentativa de linguagem, partindo da forma *standard*, passando pela forma ampliada, em que são agregadas a teoria da Polifonia e dos *Topoi*, e chegando até a Teoria dos Blocos Semânticos, uma das versões técnicas da teoria da Argumentação na Língua. O percurso teórico servirá para que se perceba a evolução da teoria, as principais modificações desde sua criação e, dessa forma, entendê-la melhor.

Os princípios e conceitos da semântica argumentativa, especialmente os desenvolvidos por Ducrot e Carel na Teoria dos Blocos Semânticos (daqui em diante TBS), iniciada por Carel em 1992, mantêm e consolidam a tese de que a argumentação está

marcada na própria estrutura lingüística (Ducrot e Anscombre, 1983). Segundo a TBS, argumentar é convocar blocos semânticos. Nessa direção, propõe que se atribua como “sentido” a uma entidade lingüística um conjunto de encadeamentos argumentativos em DC(= portanto) e em PT (= mesmo assim) e postula dois modos pelos quais um aspecto argumentativo pode estar associado às palavras cujo sentido ele constitui: o externo, referente aos encadeamentos argumentativos que podem preceder ou seguir a entidade, e o interno, que corresponde aos encadeamentos que a parafraseiam. Será evidenciado que os blocos formados revelam não o sentido que deriva dos conceitos das palavras tomadas isoladamente, mas o sentido produzido pela interdependência existente entre elas, isto é, o bloco semântico, expresso no encadeamento argumentativo.

O terceiro e último capítulo será constituído por duas análises de três letras de músicas de Chico Buarque, uma com base nas idéias lingüísticas de Bakhtin e outra na teoria da Argumentação na Língua. Primeiramente a leitura será feita pelo viés argumentativo, partindo do lingüístico, e, em seguida pelo viés do dialogismo, em que se buscará uma leitura cronotópica, que leva em consideração o extraverbal, por meio de um olhar exotópico. A leitura dialógica será feita posteriormente, para que o extralingüístico não direcione o olhar do leitor na análise argumentativa, que é intralingüística e considera os sentidos que derivam das relações entre elementos lingüísticos. A análise argumentativa parte, então, do lingüístico e segue instruções que conduzem aos possíveis contextos, diferentemente da análise dialógica, que necessita primeiramente do extralingüístico. As considerações finais versarão sobre a possibilidade de relacionar as duas teorias, como estratégia de leitura.

Acredita-se que os estudos lingüísticos discutidos podem contribuir para um procedimento de leitura capaz de desvelar a multiplicidade de discursos e de valores, além de assegurar lingüisticamente os contextos extra-verbais, que constituem o sentido. Dessa forma o presente estudo pode também auxiliar professores de língua portuguesa, mostrando-lhes caminhos para direcionar o olhar do aluno a um estudo lingüístico que priorize a análise e a construção de sentidos presentes nos textos. O planejamento pedagógico que não prioriza somente as regras gramaticais, mas que incentiva o educando a analisar o texto dentro da perspectiva dialógica e/ou argumentativa, certamente contribuirá para formar um leitor mais competente.

1 CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM: IDÉIAS LINGÜÍSTICAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN

De acordo com Faraco(2006), o círculo de Bakhtin originou-se de um grupo de estudiosos que se reuniram regularmente durante dez anos (1919 a 1929), com o objetivo de debater idéias relacionadas à filosofia e à linguagem. Entre os intelectuais de diversas áreas que faziam parte do grupo, é interessante salientar os nomes de Valentin N. Volochínov, Pavel N. Medvedev e Mikhail Bakhtin, sendo este último quem produziu a obra de maior destaque. Faraco o descreve com as seguintes palavras:

O melhor que se pode dizer dele (seguindo hoje uma tendência internacional) é que foi um filósofo, talvez um dos mais importantes do século XX, embora seu ostracismo por mais de trinta anos tenha impedido a circulação e o debate de suas idéias até praticamente a década de 1970. (p. 15, 2006).

Entre as importantes produções do Círculo de Bakhtin, está o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Na obra, segundo Faraco (2006), Volochínov discorda dos pensamentos que defendem a corrente de pensamento chamada de objetivismo abstrato pelo fato de essa teoria ter suas raízes no sistema sincrônico da língua, o qual ignora as transformações históricas a que a mesma está sujeita.

Segundo Flores e Teixeira (2005), Bakhtin (Voloshínov)¹, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, discorda do objetivismo abstrato devido à supervalorização das

¹ Há discussões a respeito da autoria de algumas obras de Bakhtin, entre elas o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Faraco (2006) esclarece que o mesmo foi publicado, originalmente, sob a autoria de Valentin Voloshínov, mas que, posteriormente, o lingüista Viatcheslav V. Ivanov afirmou que o livro teria sido escrito

regularidades fonéticas, gramaticais e lexicais como garantias para a unicidade da língua. A crítica é direcionada a um conceito de língua relacionado a um sistema de normas imutáveis que não são abertas a questionamentos e que descrevem formal, estática e normativamente as enunciações monológicas. Bakhtin (Volochínov)² questiona a concepção de compreensão que não leva em consideração a participação ativa dos usuários da língua. Na citação a seguir, podem-se perceber algumas das principais discordâncias em relação a essa corrente

Para o objetivismo abstrato, a língua, como produto acabado, transmite-se de geração a geração (...) o objetivismo abstrato coloca a língua fora do fluxo da comunicação verbal. (...) Na verdade a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. (...) O objetivismo abstrato, como vimos, não sabe ligar a existência da língua na sua abstrata dimensão sincrônica com sua evolução. (Bakhtin/ Volochínov, 2006, p. 111/112).

Como muito bem observa Flores e Teixeira (2005), o objetivismo abstrato considera somente a realidade e a objetividade imediatas da língua dentro de um sistema de formas normativas e, dessa forma, não leva em consideração a relação entre o sistema e a consciência individual. Já para Bakhtin (Voloshinov), como postula ainda Flores e Teixeira (2005), a língua é extremamente subjetiva, porque ao empregá-la, o que se busca não é a utilização das palavras isoladamente, nem se leva em consideração o significado que elas têm no dicionário e muito menos o sentido informativo, o que se procura na verdade é chamar a atenção, opinar, mentir, falar a verdade, entreter, enfim, inúmeras ações que seriam impossíveis de realizar, sem utilizar-se da relação entre as próprias palavras e o contexto. Dessa forma

A proposta do filósofo é ver a língua imersa na realidade enunciativa concreta, servindo aos propósitos comunicativos do locutor. Para ele, não importa a forma lingüística invariável, mas sua função em um dado contexto. (Flores e Teixeira, 2005, p 48).

por Bakhtin, mas sem comprovar, e isso gerou uma dúvida, que se estende até hoje, para muitos estudiosos da área.

² A grafia do nome desse autor será conforme a obra citada, já que há muita variação de uma obra para outra.

Bakhtin/Volochínov (2006) também faz uma crítica à outra área intitulada subjetivismo individualista, pois, para ele, devido à atividade lingüística, à interação, o falante não está associado ao individualismo, já que a enunciação e o enunciado são puramente sociais. Brait (2001) faz ver que a crítica às duas tendências não tem por objetivo desvalorizar os estudos lingüísticos nelas baseados. O que Bakhtin, conforme a referida autora, sugere é o surgimento de uma terceira tendência “que não se limita à formalização abstrata e nem às delimitações dos talentos individuais.” (p.80), como se pode comprovar na citação a seguir.

(...) em nenhum momento ele despreza a contribuição desse conjunto de estudos, reconhecendo, como demonstra o conjunto de suas obras, o papel da língua na constituição do universo significante e o papel da literatura enquanto gênero discursivo privilegiado no que diz respeito à representação da complexa natureza dialógica da linguagem. (Brait, 2001 p. 80).

A respeito dessa questão, Faraco (2003) destaca que, no capítulo 5 do livro *Estética da Criação Verbal*, sobre Dostoievski, Bakhtin idealiza a separação do estudo da linguagem verbal em duas disciplinas distintas. À lingüística caberia o estudo gramatical e à translingüística (ou metalingüística) caberia o estudo das práticas socioverbais. Bakhtin (2003) enfatiza que ambas, apesar de estudarem sob diferentes ângulos, analisam o mesmo fenômeno concreto: o discurso. Por isso as duas se complementam mutuamente. De acordo com Flores e Teixeira (2005), a lingüística se deteria na linguagem dentro de sua generalidade, enquanto a metalingüística trabalha com as relações dialógicas, que não são puramente lingüísticas, ou seja, estuda a enunciação e seus constituintes. Portanto, para dar conta do discurso, é necessário recorrer à língua e considerar os diferentes contextos.

Bakhtin (2003) explica que os diversos tipos de graus de alteridade da palavra do “outro”, associados às diversas maneiras de se relacionar, como a paródia ou a polêmica, por exemplo, pertencem à área da metalingüística. Esta, por sua vez, deve ser orientada pela estilística direcionada ao estudo dos grandes acontecimentos vitais do discurso dos povos, já que consideram as transformações da cultura e da época. Para esclarecer melhor, pode-se citar a paródia, estudada por Fávero (1999), em que a linguagem se torna dupla, sendo definida como uma escrita transgressora que se ocupa de um texto para transformá-lo, reestruturá-lo, ao mesmo tempo em que o nega, através do diálogo e da ambivalência.

Dito de outro modo, o sujeito, que é o destinatário, cruza com o texto e com o contexto, gerando a intertextualidade bem como possibilitando a dupla leitura.

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (2003) também diferencia oração de enunciado. Enquanto a primeira é um pensamento acabado parcialmente, com estrutura de natureza gramatical; o segundo é um elemento pleno, situado historicamente, tendo como valor semântico o sentido. O enunciado, diferentemente da oração, não é neutro e se refere ao sujeito. Está inserido em um contexto, se dirige a alguém e remete aos enunciados anteriores a ele. Nesse sentido, a oração somente tem sentido inserida no enunciado, como Bakhtin(2003) explica, na citação a seguir, destacando a importância de se terem claras as características da oração.

(...) o enunciado pode ser construído a partir de uma oração, de uma palavra, por assim dizer, de uma unidade do discurso (predominantemente de uma réplica do diálogo), mas isso não leva uma unidade da língua transformar-se em unidade de comunicação discursiva. (Bakhtin, 2003, p. 278).

Com os estudos bakhtinianos, a lingüística rompeu as barreiras da frase fora de contexto, inserindo-as numa realidade sócio-histórica e ideológica. Passaram-se a analisar os discursos, tidos como elementos lingüísticos dialógicos. O diálogo, para Bakhtin (2006), vai além da interação face a face, abrangendo as relações entre interlocutores e entre discursos. Dito de outra maneira, o enunciador e o enunciatário necessitam interagir verbalmente para que possam se entender, por isso, através da leitura, dialogam, somando o ponto de vista de quem escreve com os de quem lê. O mesmo ocorre com a fala.

Dentro do discurso de quem enuncia há a presença da intertextualidade que não deixa de ser uma forma de diálogo, entre diferentes textos que constituem o discurso. De acordo com Barros (2003), Bakhtin também trabalha com a intertextualidade, tida como as diferentes vozes presentes num mesmo texto, que geram o diálogo com outros textos. Em alguns casos, as vozes se mostram, gerando textos polifônicos e, em outros, são silenciadas, gerando textos monofônicos. “Monofonia e polifonia de um discurso, são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos.” (Barros, 2003, p.06). A autora exemplifica com dois tipos de discursos: o autoritário, que proíbe a fala de alguém por algum motivo e o poético,

que expõe em seu interior as contradições sociais. O primeiro é monofônico, porque “esconde” as vozes que o constitui, isentando-se de ambigüidade de posições; já o segundo é polifônico, porque é justamente o contrário, nele as vozes são mostradas abertamente e, na grande maioria dos casos, são explicitadas e questionadas. Então, tanto as vozes que se fazem ouvir como as que ficam “mascaradas” em um discurso autoritário são dialógicas. Dessa forma, pode-se afirmar que o diálogo entre interlocutores e entre discursos são as duas definições de diálogo, para Bakhtin, segundo Barros (2001).

Bakhtin/Volochínov (2006) atribui grande importância ao discurso citado, argumentando que o mesmo “é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*.” (p. 150). Isso quer dizer que o discurso citado é um ponto de vista inserido em outro, e por isso passa a se adaptar aos objetivos desse novo lugar. As idéias de seu lugar de origem passam a dialogar com novas ideologias, presentes no discurso de outrem, evidenciando a presença de uma enunciação extremamente dialógica.

A análise do discurso citado exige que se tenha clara a distinção entre os conceitos de intertextualidade e de interdiscursividade. Com base nos estudos bakhtinianos, Fiorin (1999) descreve a primeira como sendo

(...) o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Há de haver três processos de intertextualidade: a citação, a alusão e a estilização. (p. 30).

E a interdiscursividade como

(...) qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido (...) O termo *intertextualidade* fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre a interdiscursividade, mas não a intertextualidade. No entanto, é preciso verificar que nem todas as relações dialógicas mostradas nos textos devem ser consideradas intertextuais. (...) seria mais fiel ao texto russo falar em relações dialógicas entre textos e dentro do texto. (...) pode-se ter (...) relações entre textos quando um texto se relaciona dialogicamente com outro texto já constituído. Há no texto que se relaciona com ele um encontro de dois textos. (Fiorin, 2006, p 181).

Para o autor citado acima, ao produzir um texto, o enunciador sempre fará referência a outro texto, através do discurso que o mesmo manifesta, por isso a intertextualidade implica a interdiscursividade, uma vez que esta não pode ser dissociada da questão do discurso. Nesse sentido, a intertextualidade pode não estar presente em todos os textos, já a interdiscursividade sim, e é por isso que o discurso é tido como social e o texto como individual. Os dois conceitos aqui discutidos relacionam-se à questão das vozes bakhtinianas, pois, segundo Fiorin (1999), em um texto ou discurso podem ser “ouvidos” outros textos ou discursos. Nesse sentido, o autor diferencia discurso bivocal de discurso objetivado. Esses conceitos podem ser bem entendidos na citação:

Bakhtin fala em (...) discurso objetivado (discurso da personagem representada) com dominância de traços sociológicos ou com dominância de traços caracterológicos e individuais (Bakhtin, 1970:249). O discurso bivocal é aquele em que se encontram duas vozes. Nele se cruzam “os dois enunciados igual e diretamente orientados para o objeto no interior de um mesmo contexto” (*Idem, ibidem*). Já o discurso objetivado é um discurso representado. “ Num mesmo contexto, há dois centros, duas unidades de discurso: o enunciado do narrador e enunciado da personagem. (...)”.

O conceito de intertextualidade ignorou o segundo fenômeno. O discurso bivocal tem duas vozes e um único centro de discurso. Nele, há pois uma relação *in absentia* (ou...ou) entre dois centros: o que fala e o outro. No discurso objetivado, há uma relação *in praesentia* (e...e) entre diferentes centros discursivos. (Fiorin, 1999, p. 35).

Na paródia, exemplo de discurso bivocal, de acordo com Fávero (1999), as vozes são oriundas de mundos diferentes, fazendo-se ouvir através da polifonia, que é uma das características que remetem à noção de bivocalidade.

Todo e qualquer texto, seja ele falado, escrito, científico ou não, é constituído por outros discursos com os quais mantém diálogo. O “eu” e o “outro” tornam-se “um” dentro da ampla e complexa concepção dialógica de linguagem do círculo de Bakhtin que, entre outros conceitos, destacou a responsividade que faz do ouvinte ou leitor um ser extremamente ativo dentro do diálogo. Ele concorda, discorda, aplica, amplia, podendo ter ainda muitas outras atitudes em relação à palavra do outro. Dessa forma, durante o processo de compreensão, como destaca Bakhtin (2003), “(...) o ouvinte se torna falante.” (p. 271).

Embasado nessas “idéias-chave” preliminares, o presente trabalho, nesta parte inicial do capítulo, focaliza o caráter social da linguagem, que leva em consideração a ideologia presente nos discursos. É discutida, então, a importância de se considerar o lugar socioideológico em que o enunciado foi produzido, além do tempo, do espaço, e do momento histórico, considerados elementos fundamentais no discurso. O olhar exotópico que dá completude ao sentido do enunciado, será melhor esclarecido no final deste capítulo, juntamente com a idéia de signo como índice social de valor, reiterando a idéia de que o sentido é valorativo. Em toda palavra há significados sociais previamente concretizados nas crenças de cada indivíduo ou grupos de indivíduos, o que faz com que toda enunciação tenha uma *orientação apreciativa*.

Serão, a seguir, detalhados alguns conceitos importantes para o entendimento do pensamento do Círculo de Bakhtin sobre linguagem, que serão usados por nós nas análises das letras de música de Chico Buarque de Holanda.

1.1 Signo ideológico: elemento fundamental na constituição da linguagem

O mundo adquire sentido no momento em que ele é representado. Isso acontece através de palavras, gestos, desenhos, cores, enfim, através de signos. Para Bakhtin/Volochínov (2006), os signos envolvem uma dimensão axiológica, atravessada por valores, porque a relação com o mundo nunca é direta, já que toda comunicação acontece através da linguagem e nenhuma palavra consegue refletir o objeto que significa, de forma totalmente igual a ele. Portanto, o signo sempre refrata e reflete o mundo de maneira subjetiva, pelo fato de ser social e ideológico.

Diferentemente de Saussure, Bakhtin/Volochínov não trabalha com dicotomias e, segundo Faraco (2001), com ele foi possível pensar pela primeira vez as questões do signo além do sistema formal, dos códigos, fazendo com que o significante e o significado deixassem de ter uma relação fixa, como se pode comprovar na citação a seguir do próprio Bakhtin:

A significação é a função do signo; eis porque é impossível representar a significação (...) à parte do signo, como algo independente, particular. Isso é tão inexequível como considerar a significação da palavra *cavalo* como sendo o cavalo particular que tenho diante de meus olhos. Se assim fosse, seria possível, tendo comido uma maçã, dizer que se comeu não uma maçã, mas a significação da palavra *maçã*. O signo é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma existência a parte do signo. (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 52).

A linguagem tornou-se extremamente social e aberta à heterogeneidade da vida. Flores e Teixeira (2005) concordam com essa idéia, deixando claro que a dicotomia língua/fala também é criticada por Bakhtin (Voloshinov) na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, quando defende uma lingüística que ultrapassa as barreiras dos constituintes imediatos e contemple o evento que une a língua e a fala, ou seja, a enunciação, tida também como a passagem do sinal ao signo.

Castro (2001) explica a diferença entre signo e sinal, presente no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, esclarecendo que Bakhtin/Volochínov, nessa obra, afirma que o sinal é reconhecido e somente o signo pode ser compreendido. Nesse sentido, o sinal equivale ao signo de Saussure³, e por isso faz uma crítica a esta concepção de signo. Então o signo será o objeto de estudo deste trabalho, já que é ele que é provido de sentido. Porém, é necessário salientar que a crítica em relação ao mestre de Genebra é mais severa por parte de Volochínov do que por parte de Bakhtin. Além desse aspecto, os dois autores apresentam algumas divergências de idéias que são muito bem esclarecidas por Teixeira (2005), no artigo “O Círculo de Bakhtin e a lingüística: o abstrato e o concreto na constituição do sentido”. A autora argumenta que Voloshinov não se posiciona sempre da mesma maneira, como por exemplo, em relação à questão da forma lingüística. Em determinados momentos, “(...) ele desconsidera a língua no processo de constituição do sentido, remetido por ele ao contexto (...)” (Teixeira, 2005, p 89), ou seja, somente o contexto é que determina o sentido das palavras, já em outros “Voloshinov inclui as formas lingüísticas como parte inalienável do enunciado, deixando entrever a idéia de inseparabilidade entre forma e sentido no estudo da linguagem.” (Teixeira, 2005, p 89).

³ Para Saussure (2001) “(...) o signo lingüístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces (...)”, é ainda “(...) a combinação do conceito e da imagem acústica (...)” (p. 80-1), e essa relação é arbitrária.

Teixeira (2005) destaca que, apesar de Bakhtin ser menos radical em relação à teoria saussuriana, a considera insuficiente para o estudo da comunicação verbal. Nas idéias bakhtianas podem ser observadas soluções para que a lingüística torne-se mais voltada à fala concreta, ou seja, a seus usos. Para isso, Bakhtin sugere a criação da metalingüística (translingüística), como a parte da lingüística que se detém no estudo dialógico da comunicação, porque o “objeto da lingüística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva, mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre elas (dialógicas), nem as formas da comunicação (...)” (Bakhtin, 2003, p 324). Teixeira (2005) salienta que do “(...) mesmo modo que o segundo Voloshinov, Bakhtin defende que as formas lingüísticas só têm sentido do interior de uma enunciação (...)” (p. 94), porque é na relação entre interlocutores que a ideologia se faz presente.

Bakhtin/Volochínov (2006) enfatiza que as manifestações de linguagem que não envolvem a atmosfera social, como, por exemplo, um grito de dor, enquanto atividade puramente natural, não entram no domínio da ideologia e, conseqüentemente, não adquirem valor social. Porém, no momento em que essas atividades são expressas levando em consideração a época, o lugar, a sociedade, enfim, todos os fatores ideológicos que nela estiverem contidos, passam a exprimir valores. Em suas palavras,

Todo gesto ou processo do organismo: a respiração, a circulação do sangue (...), resumindo, *tudo que ocorre no organismo pode tornar-se material para a expressão da atividade psíquica, posto que tudo pode adquirir um valor semiótico, tudo pode tornar-se expressivo.* (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 53).

Há muito mais a ser analisado na linguagem verbal do que a simples decifração de um código, pois nela está contida toda expressividade e historicidade que contribuem para a construção do sentido. Brait (2001) esclarece que a linguagem funciona de acordo com os diferentes grupos sociais em que se faz presente, ou seja, é a ideologia predominante no grupo que faz com que uma situação seja julgada de uma ou de outra maneira. Guimarães (2005) destaca que todas as classes sociais utilizam a mesma língua, mas o que difere são os valores que são atribuídos aos signos ideológicos.

Para Bakhtin/Volochínov (2006), os signos ideológicos, como um ritual, por exemplo, não podem ser inteiramente substituídos pelas palavras, assim como os gestos também não. O que as palavras fazem é acompanhar esses signos. Eles se apóiam nas palavras para chegar até outras pessoas. Por isso o ato de ler criticamente abrange muito mais do que a simples decodificação, havendo toda uma estrutura ideológica que deve ser levada em consideração pelo leitor. É o que se pode entender, quando afirma Bakhtin:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação dessas formas ocasiona uma modificação do signo. (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 45).

A forma lingüística vai se modificando ao longo do tempo e dando origem a outras que carregam conceitos ideológicos próprios, construídos com base na época e no espaço social onde estão inseridos. Sendo assim, qualquer objeto pode transformar-se em um signo ideológico, como as estrelas da Bandeira do Brasil, por exemplo, que possuem um sentido puramente ideológico devido ao lugar em que estão inseridas e com o objetivo que têm, que é representar os estados do país. Bakhtin/Volochínov (2006) entende que “todo signo ideológico, e portanto também signo lingüístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados” (p 45). Esses fatores devem ser levados em consideração durante o processo de leitura. Bakhtin/Volochínov (2006) os colocará dentro da noção de cronotopia, que será esclarecida posteriormente.

Nas diferentes esferas da criatividade ideológica, há um modo singular de ver a realidade que se reflete na linguagem. A religião, a política, a ciência e os inúmeros campos sociais carregam conceitos ideológicos que estão enraizados na linguagem que é própria de cada setor. Por esse motivo o que é considerado certo por uma esfera pode não ser para outra. A época histórica é responsável pela construção das ideologias próprias de cada setor da sociedade e a relação entre ideologia e momento histórico é fundamental para a construção de sentidos, como é evidenciado na citação a seguir:

Em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante

do cotidiano (...) É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro, nos limites de um grupo social determinado). Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante. (Bakhtin/Volochínov, 2006, p 123-124).

Zandwais (2005) ressalta que Bakhtin/Volochínov considera o signo ideológico como um importante indicador das transformações sociais, já que é capaz de anunciar as que ainda não aconteceram. Isso é possível devido ao fato de ele próprio ser um ato ideológico de intervenção da exterioridade sócio-histórica, porque, além de o signo refletir/refratar o sentido, ele reflete/refrata também o sujeito inscrito na história, no social. Guimarães(2005) complementa a idéia, afirmando que, de acordo com Bakhtin, o signo reflete e refrata (representa/distorce) a realidade indiretamente, ou seja, por meio da ideologia, além de seu valor ou sentido ser constituído pela interação verbal.

Guimarães (2005) explica que Bakhtin considera a enunciação não como algo individual, e sim social. A fala está diretamente relacionada à comunicação, que não deixa de ser social. Como se pode perceber na citação,

A enunciação (...) é uma réplica do diálogo social, é a base da língua sua natureza é social, ideológica, não existindo fora de um contexto social. Os locutores, mesmo que virtuais, possuem sempre um horizonte social: o locutor pensa e se exprime para um auditório definido, de acordo com seu imaginário social. A enunciação é, para a filosofia marxista da linguagem, uma realidade da língua, que está atrelada a uma estrutura sócio-ideológica. (Guimarães, 2005, p 148).

A existência do signo e da enunciação, para Bakhtin, segundo Guimarães (2005), acontece devido à necessidade de interagir verbalmente com outros indivíduos e, por isso, não há como negar que todo ato enunciativo traz falas de outros, sendo a presença do interlocutor fundamental, pois participa ativamente do discurso, fazendo com que o locutor responda às dúvidas que surgem ou aponte algo que terá resposta posteriormente. Nesse sentido, ao serem inseridas no discurso, todas as palavras são carregadas de sentidos oriundos de outras enunciações, podendo ser utilizadas como discurso citado (revelando explicitamente a presença do “outro”), como uma resposta ou uma retomada da palavra alheia (que também já foi empregada em outros contextos), deixando de ser neutra. Logo se percebe que nenhuma é a primeira ou a última palavra a ser proferida. Ao falar ou

escrever, não se buscam as palavras fora de contexto, ou seja, no dicionário, porque, de acordo com Faraco, as palavras são buscadas “(...) nos lábios dos outros.” (2006, p.81). Isso significa que todo enunciado já foi anteriormente dito, devido às diversas vozes que a ele se incorporam. Portanto o sujeito ideológico não é único e traz consigo a refração, as diferentes vozes. Nesse sentido, Bakhtin (2003) enfatiza que, se tomados isoladamente, os signos não podem ser considerados verdadeiros ou falsos, pois é na relação de um enunciado com a realidade sócio-histórica e com os interlocutores que eles adquirem sentido.

Como bem postula Bakhtin/Volochínov (2006), todos os pensamentos, além de pertencerem ao sistema ideológico e de obedecerem a leis próprias, pertencem ao psiquismo, que também tem leis específicas. Dito de outro modo, todo texto tem influência de diversas ordens, o que o torna repleto de sentidos que podem não estar explícitos. Nas palavras de Bakhtin/Volochínov,

A atividade mental não é visível nem pode ser percebida diretamente, mas, em compensação, é compreensível. O que significa que, durante o processo de auto-observação, a atividade mental é recolocada no contexto de outros signos compreensíveis. O signo deve ser esclarecido por outros signos. (2006, p.62).

Essa é uma idéia fundadora do dialogismo. É na relação entre signos que o sentido torna-se evidente, ou seja, há a compreensão de um enunciado no momento em que ele se relaciona com outros enunciados. Por esse motivo, o estudo das palavras isoladas é infecundo no ponto de vista da construção do sentido. Somente inserida em um enunciado, uma palavra pode ter sentidos, que são conceituados por Bakhtin (2003), como respostas dadas a perguntas. Em outras palavras, o que não é uma resposta, não tem sentido e portanto, não é dialógico, podendo ter significado⁴, mas não sentido, pois pergunta e resposta estão dentro de consciências distintas que não são fechadas em si mesmas. Nessa perspectiva, não são categorias lógicas, porque não é possível existir um sentido único.

⁴ Bakhtin (2003) diferencia sentido de significado. O primeiro “é mais forte que qualquer força, muda o sentido total do acontecimento e da realidade sem lhes mudar uma vírgula na composição real (do ser); tudo continua como antes mas adquire um sentido inteiramente distinto (a transfiguração do ser centrada no sentido). Cada palavra do texto se transfigura em um novo contexto.” (p 404) Já o significado é a primeira etapa da interpretação, está acessível à consciência individual e é o aspecto primordial semântico da obra. “Mas esse elemento semântico-axiológico (...) só é significativo para os indivíduos ligados por certas condições comuns de vida (...), em suma, por laços de *fraternidade* em um nível elevado.” (p. 406)

Eles são construídos a partir da relação entre si mesmos, ou seja, somente em contato com outro sentido podem se atualizar, mesmo que sejam uma pergunta feita pelo próprio sujeito que está compreendendo uma obra.

Segundo esse mesmo autor, a língua é tida como realidade semântico-axiológica e não como forma lingüística. Para Bakhtin (2003) a língua é produto da criação coletiva, um fenômeno social e, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo. Pelo fato da língua trabalhar com os signos lingüísticos, ela faz parte da Lingüística. “(...) a língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (Bakhtin/Volochínov, 2006, p.132). Portanto ela trabalha com a não repetitividade, que faz parte da história e, também, com a totalidade inacabada e inteiramente nova, que não pode ser descrita e definida nos termos e métodos da lingüística (e da semiótica), porque todo enunciado estabelece uma relação com outro enunciado, pressupondo aqueles que o antecedem e o sucedem (pois não há enunciados isolados), e não podendo ser estudado fora dessa cadeia, desse meio. Nesse sentido, o discurso possui elementos que pertencem ao plano da repetitividade da língua e, também, elementos que pertencem ao plano da não-repetitividade do enunciado. O reconhecimento do repetível e a descoberta do novo mesclam-se durante o processo de compreensão, porque o primeiro está refletido em cada elemento do segundo, co-participando do todo. Nas palavras de Bakhtin,

Esses dois momentos (o reconhecimento do repetível e a descoberta do novo) devem estar fundidos indissolivelmente no ato vivo da compreensão (...). A diretriz exclusiva no reconhecimento, na busca apenas do conhecido (do que já existiu) não permite descobrir o novo (isto é, o principal, a totalidade não-repetível). (2003, p. 378).

Para Bakhtin (2003), a compreensão deve ser criadora e ativa, ou seja, que aumente a riqueza artística e seja participativa. Mas destaca que não há como compreender sem avaliar, porque o sujeito que estuda a obra, tem sua própria visão de mundo, sua opinião já formada que determinam a avaliação, mas a possibilidade da mudança não pode ser excluída. Somente aquele que descobre o novo, chega ao enriquecimento de uma leitura. Ao se compreender realmente uma obra, o ponto de vista do sujeito leitor deve se transformar em outro e, para que isso aconteça, é preciso, primeiramente, entender como se

fosse o autor, para depois distanciar-se temporal e culturalmente para incluir um contexto diferente do contexto do autor. Teixeira (2005) lembra, em nota de rodapé, que por “(...) *sinal*, Voloshinov entende o nível da recorrência e do estável, por *signo*, o sempre imutável e adaptável.” (p. 98). Como se pode comprovar na citação a seguir, em que ele relaciona esses conceitos com o processo de compreensão

Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. (...) O processo de descodificação (compreensão) não deve, em nenhum caso, ser confundido como o processo de identificação. Trata-se de dois processos profundamente distintos. O signo é descodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada (...) O sinal não pertence ao domínio da ideologia, ele faz parte do mundo dos objetos técnicos (...). (Bakhtin/Volochinov, 2006, p. 96).

Como bem postula Beth Brait (2001), estudar o discurso não é analisar a fala individual, mas identificar os demais discursos que socialmente o constitui através da interação entre sujeitos. Dessa forma, a dimensão histórica passa a exercer grande influência nos estudos discursivos. Para Bakhtin, destaca Barros (1999), a língua manifesta historicamente os sinais ideológicos do discurso que evidenciam o confronto de índices de valor, e que pode ser comprovado a partir do fato de diferentes classes sociais utilizarem o mesmo sistema linguístico e produzirem discursos ideologicamente opostos, o que pode ser evidenciado nas contradições em seu interior. Assim, a língua deixa de ser neutra para tornar-se viva e complexa. Essa mesma autora lembra que o pensador russo recusou, na análise textual, o formalismo, por este não relacionar o texto com a sociedade e com a ideologia, por considerar que o texto tem estrutura própria e por não unir a realidade social com a organização linguística. Os formalistas consideravam o discurso auto-suficiente e Bakhtin, segundo Barros (1999), procurou provar o oposto: que ele não pode ser compreendido de fora da situação social em que está inserido, além de se envolver em processos de trocas com outras formas de comunicação, de interação.

Brait (2005) salienta que Bakhtin e seu Círculo relacionam ao signo ideológico, reflexões em torno do enunciado/enunciação, bem como também a outros elementos que constituem o processo enunciativo-discursivo, porque só podem ser compreendidos realmente na articulação com outros termos, nesse sentido

(...) é possível dizer que *enunciado*, em certas teorias, equivale a frase ou a seqüência de frases. Em outras, entretanto, que assumem um ponto de vista pragmático, o termo e conseqüentemente o conceito por ele gerado são utilizados em oposição à frase, unidade entendida como modelo, como uma seqüência de palavras organizadas segundo a sintaxe e, portanto, passível de ser analisada “fora de contexto”. O enunciado, nessa perspectiva, é concebido como unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado. Uma mesma frase realiza-se em um número infinito de enunciados, uma vez que esses são os únicos, dentro de situações e contextos específicos, o que significa que a “frase” ganhará sentido diferente nessas diferentes realizações “enunciativas”. (Brait, 2005, p. 63).

Pode-se afirmar, com base na citação que, para Bakhtin o enunciado é constituído por uma situação extraverbal presente no verbal e que é identificada por interlocutores, que compartilham conhecimentos pressupostos e/ou sentimentos. Dentro de uma situação específica, uma simples palavra pode ser considerada um enunciado, desde que apresente características como: carregar uma avaliação – feita por quem enuncia – ter um tom apropriado, apresentar um espaço comum entre interlocutores, ser compreensível e do conhecimento comum da situação entre aquele que enuncia e aquele que recebe a enunciação. Nesse sentido

(...) o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos, etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante (...). (Brait, 2005, p. 67).

Em todo enunciado, de acordo com Brait (1999), os participantes de uma situação estão com constante relação, transformando-se em co-participantes, tendo o extraverbal como integrante, constituindo a estrutura da significação. Dessa forma, o falante, o ouvinte e também o tópico, constituem o discurso. O primeiro é aquele que o enunciator⁵ leva em conta, mas os três componentes inter-relacionam-se mutuamente. A autora esclarece também que a definição atual de texto é bastante semelhante à concepção de enunciado em Bakhtin. Dessa forma, sua definição relaciona-se tanto ao objeto de significação, que é um conjunto organizado e estruturado, quanto ao objeto de comunicação, que é veiculado por

⁵ Aqui, enunciator é quem enuncia, ou seja, a pessoa que fala ou escreve.

uma cultura em que o contexto sócio-histórico é fundamental. É nesse sentido que o pensador russo defende a análise do todo do texto, considerando a organização, a interação verbal, o contexto e o intertexto.

Flores e Teixeira (2005) acentuam que o importante em Bakhtin é a entonação, ou seja, o acento avaliativo, valorativo. Não basta apenas resgatar o extralingüístico. É preciso também identificar o tom, já que é ele que vai mostrar a posição do locutor diante do tema que está expondo. Para os autores, ter tom é carregar uma avaliação.

Bakhtin/Volochínov (2006) acrescenta que, nas palavras, há a luta de valores sociais e, na junção do psiquismo com a ideologia está a presença do social, elemento fundamental para a existência da linguagem. E, para entender melhor como o social se faz presente, é necessária a discussão do importante conceito bakhtiniano: o dialogismo. Nele está a idéia de que, como se verá a seguir, para a construção de um discurso, o enunciador leva em consideração o discurso do outro. Todo discurso é constituído de uma dialogização interna.

1.2 Relações dialógicas: dimensões para o estudo do sentido

O sentido é constituído através do diálogo entre interlocutores e com outros textos. Para isso é necessário que o leitor ou ouvinte “responda” às questões colocadas no discurso interpretado. Deve-se salientar que o sentido faz parte do enunciado e carrega valores, como a verdade e a beleza, por exemplo, mas exige uma compreensão responsiva, para que possam ser identificados. Dessa forma, ou seja, através da responsividade, o sentido é dialogicamente constituído. Sobre o conceito de diálogo em Bakhtin, Faraco (2001) alerta:

Deve-se entendê-lo, portanto, como o encontro, em todas as instâncias da linguagem - inclusive na bivocalidade do enunciado individual ou na dinâmica do discurso interior -, de vozes, isto é, de manifestações discursivas sempre relacionadas a um tipo de atividade humana e sempre axiologicamente orientadas, que se entrecruzam, se complementam, discordam umas das outras, se questionam, duelam entre si e assim por diante. (p. 124).

Segundo Bakhtin (2003), tudo o que é exposto lingüisticamente é constituído por palavras alheias, com graus variáveis do que é de “um” e do que é do “outro”. Sendo assim, a linguagem é essencialmente dialógica: em qualquer manifestação de linguagem se emprega o discurso de outrem, assimilando a sua ideologia ou questionando-a. Compreender as relações dialógicas e suas formas de manifestação permite perceber quanto complexa e heterogênea é a interação em sociedade. Caso a alternância de sujeitos falantes, que acontece no diálogo, sejam apagadas, o diálogo transforma-se em um texto contínuo e o sentido profundo desaparecerá, o que acontece nas análises puramente monológicas. Porque a vida do texto é gerada a partir do contato com outros textos, ou seja, o contexto, que é constituído por outros indivíduos, e não por coisas.

O dialogismo acontece a partir da interação verbal entre enunciador e enunciatário, dentro de uma situação dada. Mas essa relação eu-tu em Bakhtin, de acordo com Barros (1999), não remete ao subjetivismo, porque, dialogicamente, o sujeito não é o centro e é substituído por vozes sociais que o tornam histórico e ideológico. Ele não está presente nem no eu, nem no tu, mas no espaço gerado entre ambos, ou seja, no texto.

Nas palavras de Bakhtin, “todo enunciado (...) tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (...)” (2003, p. 275). Na relação de alternância entre falante e/ou escritor e seus interlocutores (que podem ser anteriores e posteriores à sua produção, entre o “eu” e o “outro”), acontece o diálogo para Bakhtin. Por esse motivo, o autor alega que todo enunciado é marcado pela alteridade, ou seja, por vestígios de palavras alheias e por respostas a essas palavras. Como se pode perceber, o sentido da palavra “diálogo” para Bakhtin, vai muito além daquele que se aprende, em geral, nas aulas de Língua Portuguesa (o face a face). Confira-se no trecho que segue:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra diálogo num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (Bakhtin/Volochínov, 2006, p. 127).

Para ele, o âmbito dessa palavra supera a descrição dos elementos estritamente lingüísticos, buscando também os elementos extralingüísticos que, direta ou indiretamente, condicionam a interação nos planos social, histórico e ideológico. Dessa maneira, postos lado a lado, dois ou mais enunciados estabelecem uma relação dialógica, mesmo que sejam produzidos em momentos históricos e em lugares diferentes, isso devido ao intercâmbio sociocultural que permite esse confronto de idéias. Nessa perspectiva, como muito bem explica Faraco (2003), o sentido da palavra diálogo, não pode ser reduzido ao encontro de “dois seres empíricos isolados e auto-suficientes, soltos no espaço e no tempo, que trocam enunciados a esmo.” (p. 62). O autor acrescenta que as relações dialógicas, para Bakhtin, são relações de sentido que têm como referência, não o evento da interação face a face, mas o todo da interação verbal que fazem com que o *eu* e o *outro* adquiram valores diferentes, ou seja, que sejam determinados por distintos quadros axiológicos. No momento em que se tem uma atitude valorativa diante de uma situação, se está construindo um conceito singular que é baseado em outro e é dessa forma que surgem os enunciados: respondendo a uma idéia que já foi exteriorizada e, conseqüentemente, dando-lhe um acento apreciativo. No mesmo instante em que se responde ao já dito, se está tomando uma posição axiológica.

Caryl (2003) explica que o diálogo em Bakhtin refere-se aos discursos que apresentam componentes “falantes” e é medido pela precisão de expressão, ritmo apropriado, influência sobre o ouvinte, além de fazer uso da palavra como um de seus vários instrumentos. Na obra “Os cem primeiros anos de Mickail Bakhtin”, o autor destaca que o diálogo entre pessoas reais não produz obrigatoriamente verdade, beleza, felicidade e sinceridade. Apenas concretiza temporariamente, possibilita o movimento e, quando há ótimas condições, proporciona opções. Em realidade, pode acontecer troca de mentiras, reciprocidade de enganos, desejos e anseios não correspondidos, crueldade, enfim, não existem somente trocas positivas. O dialogismo tem como base uma logística que interage e provoca tensões ao limite entre as palavras, fazendo com que adquiram entonação e revelem uma completa visão de mundo.

Além de ser atento aos movimentos intelectuais e políticos de sua época, Brait (1999), explica que Bakhtin dedicava-se ao estudo da estruturação do diálogo das conversas cotidianas e espontâneas por se relacionarem com as situações em que são produzidas.

Guimarães (2005) postula muito bem o conceito de dialogismo em Bakhtin, explicando que o mesmo está relacionado a falas de distintos sujeitos em um espaço discursivo comum. Associado à dialogia, está a polifonia que não pode ser excluída dos atos lingüísticos, já que as palavras não são neutras, ou seja, são carregadas de posições de outros, e toda enunciação contém pontos de vista de discursos exteriores, mesmo que implicitamente. Dentro da polifonia se trabalha também com a idéia de que, no discurso, estão presentes vozes de diferentes sujeitos. Vozes essas que podem ser identificadas implícita ou explicitamente, como o discurso citado, por exemplo. Para Bezerra (2005), a polifonia é a forma suprema do dialogismo, pois representa a libertação de um indivíduo escravizado e caracteriza-se pela presença de um autor que rege o coro de vozes participantes do diálogo, vozes que são criadas por ele, mas que são repletas de autonomia e independência, capazes de se cruzarem, de ter vida própria e ter até mesmo opiniões contrárias às de seu criador. Além de criar, o autor recria personagens, que não dependem dele para agir e pensar, portanto seu acabamento não é dado pelo produtor, e sim pelo outro, aquele que acrescenta a visão exterior, a visão exotópica. Nas palavras de Bezerra,

A polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equípolentes, todas representadas de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo. Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos. A consciência da personagem (...) não se fecha, está sempre aberta à interação com a minha e com outras consciências e só nessa interação revela e mantém sua individualidade. (2005, p 194-195).

De acordo com Caryl (2003), o escritor polifônico valoriza a discussão aberta sobre questões irresolúveis e, dessa forma, insere seus heróis num ambiente de total liberdade. Dentro da polifonia, continua Caryl, o leitor também tem um espaço bastante amplo, em que tem a possibilidade de participar ativamente dentro da obra, e o autor pode adotar diferentes atitudes frente à luta por significado que existe dentro de cada discurso, enfatizando a bivocalidade. Dito de outro modo, pode exagerar em um dos lados, criando a estilização; opor entre si duas ou mais vozes dando ênfase a uma delas, como é o caso da paródia; ou ainda aplicar o chamado “discurso bivocalico ativo”, em que é gerado um debate no interior de um discurso e o lado parodiado nega-se a aceitar a ofensa e, sem protestos, resiste procurando subverter a situação. Caryl (2003), salienta, também que o dialogismo é o resultado ulterior da polifonia e é preciso ter cuidado para não confundir

esses conceitos, uma vez que ambos têm características semelhantes. Barros (1997) distingue dialogismo e polifonia, explicando que o termo dialogismo recobre o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso. Já a polifonia caracteriza “um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem.” (Barros, 1997, p. 35). Faraco (2003) assinala que “*Polifonia* não é, para Bakhtin, um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são eqüipolentes.” (p. 75). Ou seja, “nenhuma voz social se impõe como a última e definitiva palavra.” (p. 76).

Para aprofundar a questão das relações dialógicas, Faraco (2003) esclarece que, para que elas aconteçam, é necessário que o material lingüístico tenha entrado no nível do discurso, ou melhor, que seja um enunciado. Somente assim o diálogo se faz presente. Nas relações dialógicas, o ouvinte e/ou leitor sempre responde às perguntas colocadas pelo falante e/ou ouvinte, mesmo que elas estejam implícitas. As respostas, que muitas vezes podem ser meras afirmações ou concordâncias de idéias entre interlocutores, são responsáveis pela continuação discursiva e é através da atitude responsiva que a compreensão acontece, já que ela é a uma resposta a um signo através de outro signo. Dessa forma, não há relações dialógicas entre elementos isolados de um sistema lingüístico, como as palavras do dicionário, por exemplo. Faraco explica o que se entende por compreensão nessa perspectiva:

(...) é uma atividade dialógica que, diante de um texto, gera outro(s) texto(s). Compreender não é um ato passivo (um mero reconhecimento), mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante de um texto. (Faraco, 2003, p 42).

A compreensão, como se pôde perceber, é o efeito da interação entre dois sujeitos, duas consciências tidas como orientações axiológicas que trabalham com o sentido de enunciados que se complementam e dialogam entre si. Enunciados esses que já foram ou ainda serão escritos (porque não há uma palavra que seja a primeira ou a última). Para Bakhtin (apud Amorim, 2006), compreender significa entender a obra de acordo com o próprio autor, dentro dos limites estabelecidos, e, posteriormente, posicionar-se, adaptando o que foi lido para o atual contexto sócio-histórico. De acordo com Brait (1999), a

compreensão é sempre dialógica, porque tem a participação de um terceiro inserido no enunciado, interferindo no sentido total de que passa a fazer parte. Em relação à compreensão em Bakhtin, Flores e Teixeira (2005) explicam que ela é

“(...) tomada como uma forma de diálogo, o que implica o reconhecimento da interação do locutor e do receptor no processo de instituição do sentido (...) a matéria lingüística adquire significação em um processo ativo e responsivo, isto é intersubjetivo.” (p. 51).

Relativamente à responsividade, pode ser acrescentada a explicação de Sobral (2005), para o termo “responsabilidade”, entendido como a união do ato responsivo com a “responsabilidade do agente pelo seu ato, um responder responsável que envolve necessariamente um compromisso ético do agente.” (p. 20). O ato responsável é também participativo e inclusivo. Em outras palavras, o ato responsável admite tanto uma idéia, quanto uma outra, tida como oposta ou diferente; ele valoriza e avalia ambas. Não escolhe apenas uma delas, mas as avalia e as valoriza, bem como faz também com seus próprios atos e, também, com os atos alheios, participando ativamente dos mesmos.

Portanto, todo usuário da língua está condicionado às relações dialógicas, ou seja, depende ou utiliza-se do diálogo. Diálogo entre o falante e interlocutor ou entre o falante e o sistema lingüístico, do qual nasce o seu discurso particular, que é criado com base no contexto imediato e mediato. O primeiro contexto é aquele que representa a situação social mais próxima da enunciação e o mediato é o contexto mais distante que engloba os múltiplos discursos ideologicamente constituídos através de diferentes momentos históricos.

A situação sócio-cultural e/ou o lugar social-ideológico (de pai, filho, médico, por exemplo) que as personagens estão ocupando dentro do texto, faz parte do contexto imediato e influencia diretamente o pensamento delas e, conseqüentemente, dos leitores. Já a realidade social e histórica de toda a época em que a enunciação foi criada, faz parte do contexto mediato. Em relação a esse assunto, Bakhtin é enfático:

A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. (Bakhtin, 2006, p. 117).

A situação social imediata é extremamente influenciada pela mediata e vice-versa. Por isso, em muitos casos, a opinião de um pai pode ser bem diferente e até oposta à de um filho. Embora vivam em uma mesma época (contexto imediato), carregam vestígios de épocas passadas distintas (contexto mediato). No contexto imediato, entrecruzam visões diferentes de mundo, entonações e valores.

A situação imediata e o contexto social mais amplo são os lugares em que a interação concreta e a situação extralingüística se mostram evidentes e relacionam-se mutuamente. Bakhtin relaciona o verbal com o extraverbal, esclarecendo que,

Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, outras enunciações). (2006, p. 129).

As outras enunciações podem influenciar o contexto mediato que, com o passar do tempo, é enriquecido com diferentes situações históricas que exercem grande influência no texto de origem. Defende-se, então, que, para interpretar um enunciado de alguém, é preciso conhecer os contextos que o mesmo aponta. No texto há marcas, pistas que levam o leitor a buscar outras enunciações ou contextos, para que o sentido seja construído. Em muitos casos, sem essa busca, não há sentido, já em outros, ela serve para enriquecer a interpretação.

O contexto imediato é responsável pela complexidade da orientação sócio-ideológica, devido ao fato de ele abranger toda situação que está próxima à enunciação. O tempo e o lugar em que a enunciação acontece exercem enorme influência nas ações e pensamentos das personagens, construindo assim diferentes conceitos de mundo que podem ser conhecidos e questionados pelo leitor durante a leitura crítica. A situação sócio-ideológica imediata e a mediata têm grande importância dentro de qualquer análise textual, porque, segundo Bakhtin/Volochínov (2006) tanto o ato de fala determinado pelo contexto imediato quanto aquele que é determinado pelo contexto mediato são produtos da interação social e constituem “o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade

lingüística”. (p. 126). Sobre a importância do contexto imediato, assim postula Bakhtin/Volochínov,

Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos. (2006, p.122).

No entendimento de Clark (1998), Bakhtin trabalha com uma quantidade aproximada de fatores que regem a prática discursiva dos usuários da língua e a utiliza como instrumento para organizar a quantidade ilimitada de contextos em que os locutores empregam as palavras. Contextos mediatos e imediatos determinam totalmente a estrutura de uma elocução, porque, ao desconsiderar a situação imediata, por exemplo, analisam-se os significados verbais fora de seu contexto e, conseqüentemente, o raciocínio reflexivo não tem como acontecer. Como já foi dito, os contextos são inúmeros. Cada vez que uma palavra é utilizada, ela muda de contexto e, automaticamente, muda de sentido. Em relação a esse assunto, Clark (1998) esclarece, ainda, que, se a capacidade de as palavras significarem coisas distintas de acordo com o contexto não for explorada, elas acabam perdendo a liberdade e se aprisionando nos dicionários ou em situações específicas.

Clark (1998) destaca que, ao contrário do Estruturalismo, que, de acordo com Petter (2002), examina as relações que unem os elementos no discurso e busca determinar o valor funcional desses diferentes tipos de relações, o autor soviético vê a linguagem como uma importante ferramenta para a comunicação. Nesse sentido,

(...) a teoria de Bakhtin é uma “meta”-lingüística ou “trans”-lingüística, na medida em que inclui na linguagem fatores que têm sido evitados pela maioria dos lingüistas. Um dos modos pelos quais Bakhtin formula essa distinção é dizer que os lingüistas estudam a língua, ao passo que ele está preocupado com a comunicação. (p. 237).

Dessa forma, Bakhtin (2003) se detém na capacidade do usuário de conhecer o uso da linguagem, e não as regras ou normas gramaticais tão estudadas pelos gramáticos. A autora assinala também que, ao estudar a comunicação, se tem como unidade fundamental a enunciação. Esta, por sua vez, une o falar e ouvir simultaneamente, e não separados, como

costumeiramente se faz, porque, quando se utiliza a linguagem, promove-se a interação entre duas consciências que trabalham para um entendimento entre falante e ouvinte. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso é uma ação, mas extremamente complexa, pois cada interlocutor tem de levar em consideração a intenção da outra pessoa e também todo contexto, seja ele, imediato ou mediato.

A variedade de contextos é gerada a partir dos empregos discursivos de uma determinada expressão, então, se uma palavra é muito utilizada, logo, não será difícil encontrar contextos para reempregá-la. Por isso Caryl (2003) afirma que, na medida em que uma expressão é usada com intensidade, acumulará mais contextos, mais visões de mundo e, conseqüentemente, o número de seus significados aumentará.

É oportuno destacar a diferença entre tema e significação. De acordo com Flores e Teixeira (2005), Bakhtin (Voloshinov) não separa forma e sentido, o que para ele é o tema e a significação. O primeiro é o sentido da enunciação, que é único e individual e não reiterável. Para se chegar a ele, é necessário levar em consideração os elementos verbais da situação, e não somente analisar morfológica ou sintaticamente um enunciado. O segundo elemento constitutivo do sentido é a significação, que é a parte técnica do tema, ou seja, tudo que é reiterável, convencionalmente definido, abstrato e repetido em diferentes enunciações. Dessa forma Flores e Teixeira (2005) esclarecem que, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (Voloshinov) “deixa entrever, então, uma semântica que comporta duas dimensões em estreita correlação: o sentido dado pela estrutura (reiterável e sempre igual) e o sentido dado pela enunciação (sempre mutável e adaptável).” (p. 51). Junto ao tema e à significação está o acento apreciativo ou de valor da palavra. Este chega através da entoação expressiva, que se refere à relação individual que há entre locutor e o objeto do discurso.

Clark (1988) explica que para Bakhtin

O tema caracteriza-se pela transitoriedade, dado que sua significação é apropriada unicamente ao momento da proferição e a nenhum outro. É único e irreprodutível. O tema apresenta matizes de significação tão delicadamente finos que a maioria de nós não os considera na lufa-lufa da comunicação diária. Bakhtin argumenta que a elocução “Que horas são?” possui uma acepção diferente cada vez que é utilizada e, em conseqüência, um tema diferente, que depende da situação particular em que é expressa e da qual ela é parte. O tema de uma enunciação e, destarte, um produto tanto de uma situação de vida real

quanto de categorias lingüísticas convencionais, tais como sintaxe, gramática e léxico.

O outro aspecto essencial da linguagem, de acordo com Bakhtin, é o “significado” (...). Esta é a face fixa, repetível, de qualquer elocução que é reproduzível e auto- idêntica. (p. 250).

A autora acima esclarece que, juntamente com o significado referencial, está o uso avaliativo da enunciação, ou seja, não há somente um significado, há também um valor. Por isso que, para ela, Bakhtin discorda com a separação entre a referência, comumente empregada como denotação, e a atitude, conhecida como conotação.

De acordo com Faraco (2003), os enunciados surgem sempre num contexto cultural semântico axiológico e, por esse motivo, não existe enunciado neutro. A linguagem verbal assevera valores, revelando, assim, que toda enunciação assume uma posição axiológica e essa posição é mais significativa do que a condição gramatical da mesma. A forma lingüística não tem tanta importância quanto o valor axiológico encontrado no sentido dos enunciados.

Faraco (2003), ao tratar do valor axiológico dos enunciados, exemplifica sua funcionalidade com o texto bíblico, relatando que este já foi tomado como palavra de autoridade e que hoje há diferentes escalas de valores diante dele. Tido como a palavra de Deus, tem a nota bem elevada de uma hierarquia positiva de valor. No entanto, se remetido a outros contextos sociais, ele não passa de um mero texto literário. Embora, quase sempre considerado patrimônio literário e, por isso, esteja, ainda, numa hierarquia positiva de valor, pode ser ironizado ou estilizado. Por isso pode-se dizer que o “sentido da palavra é totalmente determinado pelo seu contexto. Contexto, aqui, entendido como visão de mundo, cosmovisão. De fato, há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis.” (Bakhtin, 2006, p.109).

A linguagem é extremamente social, já que é necessária a existência de um interlocutor para que ela aconteça. A palavra une os interlocutores, sendo que ela é o que há de mais comum entre ambos. Bakhtin afirma que toda palavra contém duas faces e o que a determina é o fato de ela proceder de alguém e se dirigir a alguém. É orientada em função do interlocutor e esse fato possui uma grande importância porque “toda palavra serve de expressão a um em relação a outro. (...) é o território comum do locutor e do interlocutor”.

(Bakhtin, 1995, p.113). Na citação a seguir, observa-se que a enunciação é também determinada pelo “outro” que está interagindo, mesmo não estando explicitamente presente no enunciado. A posição hierárquica ocupada pelo “outro” contribui para a construção do sentido.

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato (...) (Bakhtin, 1995, p.112).

Brait (2005) explica que, para Bakhtin, o destinatário de um enunciado possui diversas faces, podendo ser o parceiro e interlocutor direto, ou seja, o destinatário concreto, ou ainda, um destinatário presumido ou, também, o outro não caracterizado – um sobredestinatário, que rompe limites espaciais e temporais.

Aqui se evidencia, mais uma vez, o caráter sócio-ideológico da linguagem. Bakhtin enfatiza a importância do interlocutor na interação verbal e, também, do lugar social como determinante do sentido do enunciado. A ideologia, que é construída a partir de toda vivência e das experiências de vida, exerce uma enorme influência na construção de sentidos. A memória compartilhada entre os interlocutores, caracterizada aqui como todo conhecimento comum, também auxilia a construção de um ou outro sentido. Por isso, muitas vezes, um gracejo não faz sentido ou não tem graça e uma ironia pode não ser tida como tal.

Explicitado o conceito de dialogismo como relações dialógicas, passaremos na seção seguinte a detalhar conceitos importantes para encaminhar a leitura das relações dialógicas; como o de exotopia, que valoriza a necessidade do olhar exterior para a completude de uma obra; o conceito de cronotopia, que considera a importância de se distanciar no tempo e no espaço para ampliar a leitura; bem como a entonação, presente no índice social de valor, que serve de contexto axiológico-emocional da interpretação.

1.3 Exotopia, cronotopia e índice social de valor.

Como se referiu na seção anterior deste trabalho, para que o sentido possa ser (re)construído, é preciso que se olhe o texto, levando em consideração o espaço e o tempo em que foi produzido. Toda enunciação gera um sentido diferente toda vez que é analisada, devido à situação histórica, ou seja, o tempo, o lugar, os interlocutores e, também, devido às novas leituras que podem ser acrescentadas à mesma. “Em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secreta.” (Bakhtin, 1995, p.19).

O tempo e o espaço revelarão outros discursos que se relacionam ao que está sendo analisado e que auxiliam o entendimento. O olhar que vem de fora (exotópico), carregado de vestígios de épocas passadas, juntamente com o atual, é que pode trazer ao enunciado a noção de completude. É através do diálogo entre o passado, o presente e as visões exteriores que se tem a responsividade e, com ela, o acabamento, a totalidade discursiva. Isso porque quando se fala ou se escreve, sempre se busca uma resposta. Segundo Bakhtin (2003), a consciência de si mesmo provém dos outros. São os outros que dizem, que dão a entonação (o acento, o valor, o tom), fazendo com que se consiga chegar a uma representação de si próprio. Desde cedo, se busca uma avaliação dos outros: a aprovação dos pais e dos amigos são os principais aspectos que uma criança leva em consideração ao falar e agir. Tezza (2001) esclarece que só é possível entender o que pensador russo quer dizer por “valor”, quando se percebe “a natureza e a intensidade do processo eu-outro, da relação espaço-temporal-sentido, no mundo de Bakhtin.” (p. 302).

Tezza (2001) explica que, para Bakhtin, é o *outro* que completa o “um”, pois vê o que este não pode ver. Através do conceito de exotopia, que contém a idéia de que o acabamento do homem vem de fora, ou seja, do excedente da visão e do de cronotopia, que leva em consideração o tempo e o espaço, pode-se entender melhor o mundo e, conseqüentemente, o que se lê. O leitor pode ser o “outro” que está exterior ao texto e, dessa forma, completá-lo com sua visão de mundo, suas experiências de vida e vendo o que o autor não foi capaz de ver. Somente quem está na posição exterior tem condições de ver o outro na sua completude.

Quem enuncia e quem interage são seres sociais carregados de valores e qualidades necessárias, para que possam se comunicar. Por isso, segundo Barros (2001), são considerados “plenos” ou “preenchidos”. Emissor e receptor não podem ser conceituados como seres vazios e sem complexidade. Toda vez que um discurso é exteriorizado, automaticamente se exprime uma atitude valorativa a respeito do tema, seja ela contra ou a favor. Dessa forma, expor uma idéia é, antes de tudo, posicionar-se diante dela, não ficar indiferente, e com isso pode-se dizer que o caráter informativo da linguagem não existe. A respeito dessa atitude, Barros (2001) acentua:

Essa “avaliação social”, (...) reitera a idéia de particularidade da situação em que se dá um enunciado, envolvendo uma atividade que poderíamos traduzir como “competência avaliativa e interpretativa de sujeitos em processo interativo”, ou, mais simplesmente, o julgamento da situação que interfere diretamente na organização do enunciado e, que justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação. (p. 77).

Bakhtin (2003) enfatiza que é praticamente impossível compreender, sem fazer um julgamento, porque as duas atividades acontecem ao mesmo tempo. Ao ler ou ouvir, o interlocutor já tem uma opinião formada, devido à sua ideologia, embora possa mudar com a introdução de idéias novas, presentes na leitura. Dessa forma, a compreensão completa o texto.

Tezza (1996) descreve a exotopia, afirmando que, assim como o autor-criador mantém uma relação de distanciamento com o herói, sendo um ponto de vista exterior, que sabe e vê mais que o personagem, a exotopia permite os diferentes modos de relação (e distanciamento) de uma consciência para outra. O conceito exotópico é designado por Amorim (2006) como uma tensa ligação, onde, no mínimo dois lugares se cruzam. Lugares estes representados pelo sujeito que olha de um lugar discursivo determinado e por aquele que procura exteriorizar o que está enxergando do olhar do outro. Ao contar algo que acaba de vivenciar, por exemplo, se está olhando o fato de outra posição, neste caso: do narrador, que acaba obrigatoriamente acrescentando sua perspectiva, através da escolha das palavras usadas. Portanto é impossível representar lingüisticamente o acontecido, sem revelar sua visão dos fatos. Tezza (2001) explica que o autor-criador está à frente em relação ao tempo e fora do espaço da personagem, por isso tem condições de melhor enxergá-lo.

A exotopia também auxilia na compreensão da cultura estrangeira, porque é através do olhar de uma cultura diferente, que a primeira pode se revelar, ou seja, fazendo comparações e levantando questionamentos. E sob somente um olhar interior isso não é possível, porque só se vê uma cultura e, dessa forma, a comparação não acontece.

Bakhtin (Volochínov), na obra *Marxismo e Filosofia da linguagem*, relata que o “*centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior; está situado no meio social que envolve o indivíduo.” (2002 p.121). Afirma, também, que a enunciação, enquanto todo, só acontece durante a comunicação verbal, porque ela é determinada por suas fronteiras, que se personalizam no meio extraverbal e verbal, que são as outras enunciações.

Seguindo Bakhtin, Tezza (1996) afirma que o acabamento do homem vem de fora; é o outro que o completa, que vê o que ele não pode ver, vê no outro o que ele próprio não pode ver. O autor relaciona a exotopia com o que chama de excedente da visão humana, ou seja, o olhar daquele que está fora é que pode melhor avaliar e dar uma opinião mais completa e ampla sobre determinada circunstância. O que é visto, lido ou analisado por uma segunda pessoa pode ser bem diferente do que foi identificado pela primeira, devido ao fato de ela estar do lado de fora e carregar outras opiniões e outras leituras de mundo ou, até mesmo, pelo fato de estar vivendo em outra época histórica ou em outro lugar social. A respeito desse assunto, Bakhtin (apud, Tezza, 2001) esclarece que

(...) o excedente da minha visão contém em germe a forma acabada do outro, cujo desabrochar requer que eu lhe complete o horizonte sem lhe tirar a originalidade. Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, completar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo moldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento (p.45).

É o excedente de visão, no tempo e no espaço, que dá sentido estético à consciência do outro, dá-lhe forma e acabamento, uma forma e um acabamento que jamais se pode ter por conta própria, na estrita solidão de uma voz. “Quando Brás Cubas escreve suas memórias, ele é um outro; ele é o olhar exotópico que dá acabamento estético ao Brás

Cubas herói – é o excedente de visão, no tempo e no espaço, que dá sentido às suas memórias.” (Tezza, 2001).

Tezza (2001) acentua que o fato de uma consciência estar fora e outra dentro de um texto, faz com que uma possa ver a outra como um todo acabado, apesar de não conseguir fazer o mesmo com sua consciência, pela inexistência do distanciamento necessário. O herói, por exemplo, vivencia acontecimentos abertos, livres e é o autor, que sabe e vê o personagem de fora, que lhe dá o acabamento. Tezza (2001) continua, explicando que, quando as duas consciências não coincidem, nasce o acontecimento estético, já se herói e autor concordam entre si, geram o acontecimento ético – confissão, panfleto, injúria, ... , mas se o herói inexistente, há um acontecimento cognitivo, que pode ser comprovado nos ensaios, tratados, artigos científicos, entre outros gêneros, já se Deus constitui a outra consciência, há o acontecimento religioso.

Tezza (2001) relaciona excedente com dialogismo, explicando que, da mesma forma que uma obra precisa da visão externa para se completar, a visão externa também necessita do outro para significar. Mais uma vez comprova-se que todo ser humano não é completo, porque, se fosse, não haveria a necessidade de crescer, nem a incessante busca por melhores condições de vida e nem a luta pela sobrevivência. Se os novos olhares inexistissem, o enunciado seria acabado e não seriam construídos os diferentes sentidos que são gerados a cada nova leitura. Conseqüentemente, o sujeito também é um ser inacabado, incompleto. Em relação à incompletude, Amorim (2006) afirma que o *outro* acrescenta ao sentido discursivo princípios, valores e também seu contexto sócio-histórico. Dessa forma, a leitura passa a ter diferentes visões de mundo a respeito de um mesmo tema. Bezerra (2005) acrescenta que a inconclusibilidade e o não acabamento tem origem no fato de o romance ter a possibilidade da mudança, uma vez que as personagens estão sempre evoluindo, se relacionando com novas leituras, e, por isso, nunca se concluindo.

Por não ouvir as respostas exteriores, o monólogo possui conclusibilidade. Ele desconsidera o outro enquanto sujeito ativo e participante que carrega a diversidade do meio social, procurando ser a primeira e/ou a última palavra, em que há um autor imaleável e que dá o acabamento definitivo a suas personagens. Pelo fato de o mundo ser inconcluído, tudo pode mudar, evoluir e transformar-se. Até mesmo as coisas ruins têm a possibilidade de se tornarem boas. Para Caryl (2003), isso pode acontecer por que o processo de inconclusibilidade dá luz a algo novo, que faz ampliar as respostas ao mundo, sendo assim,

é sempre positivo. A troca que acontece durante o diálogo traz a fertilização, o crescimento das idéias, dos pensamentos. Para Brait (1999), o discurso inconcluso é aquele que interage constantemente no agitado ambiente de outros discursos passados e presentes.

O acabamento de uma personagem, no caso da literatura, vai sempre depender do olhar externo do autor sobre ela. Sendo assim, o autor sabe mais que o sua personagem, porque ele olha de fora, excede a visão, podendo ver o outro como um todo. A consciência de acabamento que a personagem tem de si é construída através de uma relação dialógica de produção do conhecimento entre um e outro. Tezza (2001) acrescenta que o *outro* vê o que aquele que enuncia não pode ver e o enunciador vê no outro o que ele próprio não pode ver.

Somente se colocando no lugar do sujeito para conhecer seu sistema de valores e depois, voltando para o lugar de origem, ou seja, excedendo a própria visão, é que se chega à completude. A atividade de escrita é um exemplo muito prático dessa noção, porque sempre que se escreve algo, se escreve para alguém ler. Para que seja claro e construa sentido, é necessário que o escritor se coloque no lugar de quem vai ler. A necessidade do outro é fundamental, é ele que vai dialogar com as idéias expostas e, sem sua existência, não haveria motivo e necessidade de se comunicar. Aqui, fica mais uma vez evidenciado o conceito de dialogismo de Bakhtin que também pode ser explicitado pelo de exotopia, uma vez que aquele refere-se à característica constitutiva de linguagem humana de permitir múltiplas relações dialógicas num enunciado.

No capítulo em que trata de cronotopo e exotopia, Amorim (2006) analisa um retrato feito por Picasso⁶ e esclarece que o olhar que contempla e lê a obra dá aquilo que somente ele, estando de fora, pode ver e entender. A soma da cultura presente na pintura com a de quem lê, gera um rico confronto de idéias, que só pode acontecer devido a esse *outro* que traz consigo uma ideologia diferente daquela que está exposta.

O conceito de cronotopia está muito relacionado com o de exotopia. Amorim (2006) explica que aquele foi criado dez anos depois deste, em um ensaio escrito entre 1937 e 1938 e tem origem na teoria da relatividade de Einstein. Foi adaptado à literatura, transformando-se em uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a união entre os índices espaciais e

⁶ (...) um retrato que Picasso fez de uma de suas mulheres, Dora Mäar. Sabemos que Picasso teve várias mulheres e que delas fez vários retratos, mas entre os vários que pintou desta mulher, este se tornou o mais conhecido. Chama-se *A mulher que chora* e ficou concluído no final de 1937. (Amorim, 2006, p. 97).

temporais de um discurso. O tempo torna-se a dimensão do movimento e transforma o que está exposto lingüisticamente. Portanto, ao levar em consideração a temporalidade, todo sentido renasce, modifica-se. Amorim (2006) continua seu artigo, esclarecendo que o conceito de cronotopo refere-se a um lugar coletivo, ou seja, o tempo e o espaço de onde se originam as histórias, estando relacionados aos gêneros textuais, tidos como formas coletivas que se “moldam” de acordo com o tempo e o lugar onde estão inseridos. Tezza (2001) esclarece que, para Bakhtin, “(...) há dois modos de representação verbal do espaço, relativamente ao personagem: de dentro do herói, temos seu *horizonte*; de fora, seu *ambiente*.” (p. 294). Dessa forma, pode-se constatar, também, que, ao identificar o cronotopo de uma produção discursiva, identifica-se automaticamente a cultura e uma visão de mundo. Ao se levar em consideração onde e quando determinado enredo se desenvolve, o tempo e o espaço deixam de ser um mero “pano de fundo”, para se tornarem elementos que auxiliam a análise que se está realizando.

Através da noção de cronotopos, Bakhtin, segundo Guimarães (2005), faz ver que a memória não se deixa mandar por regras imutáveis, porque a partir da junção do que já foi vivido com o que se vive na atualidade, é criado um efeito paradoxal. Ao considerar que todo dizer é constituído de múltiplas vozes, se pode constatar que, juntamente com elas, está a quebra da barreira entre o tempo e o espaço que passam a co-existir de formas diferenciadas na memória. A noção de cronotopos também trata da enunciação como “uma relação de coincidências entre múltiplas vozes dispersas no espaço e no tempo, mas que, ao se amalgamarem, penetram no domínio da memória e, portanto, na ordem histórica (...)” (Guimarães, 2005, p. 95). Por esse motivo, o estudo do cronotopos possibilita compreender, a razão pela qual a memória não exterioriza o vivido de forma organizada e objetiva, como acontece nas ciências exatas.

A sobrevivência de uma obra, segundo Bakhtin (2003), depende da relação que ela mantém entre o passado e o futuro, porque tudo que abrange somente o presente, termina juntamente com ele. O autor exemplifica, dizendo que a leitura que se faz nos dias atuais de Shakesperare, só é possível devido ao passar dos anos, que possibilita ao leitor enxergar o que os críticos da época não conseguiam. A distância no tempo, no espaço, e também na cultura entre o que se busca compreender é que leva a uma compreensão criativa. A visão alheia é outro aspecto que contribui para tal entendimento, uma vez que tudo o que diz respeito a si mesmo, vem de algum lugar exterior à sua consciência, ou seja, através da

palavra do outro. O próprio nome de cada um chega pela primeira vez através da boca de um outro alguém, que é entendido por Bakhtin (2003) como palavra alheia. Portanto toda palavra que é dita ou escrita, em qualquer língua, é de posse de quem enuncia, de quem ouve, de quem a empregará futuramente e, também, de quem já a empregou no passado. Apesar de as palavras estarem divididas entre a sua e a do outro, as fronteiras podem confundir-se, gerando uma luta dialógica, que é desfeita no momento em que se identifica a ideologia do outro. Ainda segundo o pensador soviético (2003), não há limites entre o passado e futuro, pois os sentidos construídos em séculos anteriores jamais serão estáveis, concluídos e acabados, pelo contrário, sempre irão se renovar, pois passarão a fazer parte de novos contextos.

Conforme Tezza (1996), o fato de o outro saber mais que o herói é o excedente que dá o acabamento à obra literária, é a consciência que está fora de outra e, por isso, conseguindo enxergar o que a primeira não vê. Na exotopia, o ponto de vista do outro é o que dá acabamento, pois, do lugar exterior, se consegue olhar mais e melhor. Uma obra pode demonstrar quantidades maiores e menores de exotopia, ou seja, o autor ora pode estar perto, ora pode estar distante do herói. Nessa relação, também é possível identificar a presença do dialogismo, pois, assim como uma palavra de um sujeito precisa da palavra do outro para significar, esta precisa daquela de igual forma. É preciso ver o mundo através do sistema de valores do interlocutor, da mesma maneira como ele vê e depois contrapondo com os seus, criar um lugar que lhe é próprio. A posição exotópica, segundo esse mesmo autor, garante o valor estético da obra, num processo que

(...) só começa realmente no momento em que estamos, numa viagem exotópica, de volta a nós mesmos. Daqui, de onde estamos, vendo o que ele não vê, completamos, damos acabamento ao outro. Mesmo que eu escreva sobre mim mesmo, que eu seja meu herói, tenho de me transformar num outro, tenho de ser filtrado por outro olhar; para Bakhtin, o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. (Tezza, 1996, p. 288).

É preciso uma posição espacial fora de si, alguém que enxergue além. No caso do herói, esse outro, que lhe dá acabamento e unidade, é o autor. Mas além do espaço, Tezza (1996) argumenta que a exotopia trabalha, também, com outro item: o tempo, pois o autor-criador está, temporariamente, além, em relação ao herói. É nesse sentido que Brait (1997)

explica que a linguagem é empregada no momento e no lugar em que o enunciado é construído, tornando-se, assim, histórico e social, pois não é enunciado no vazio. Tezza (1997) resume muito bem essa questão, esclarecendo que “o autor-criador está à frente, espacialmente de fora e temporalmente mais tarde do que o herói (...)” (p 223). Em suma, o que dá sentido estético à consciência do outro é o excedente de visão, no tempo e no espaço, ou seja, são o acabamento e a forma que não é possível dar-lhe por meio da existência de somente uma voz.

De acordo com Bakhtin (2003), só é possível identificar o autor de uma obra, em sua totalidade, ou seja, no instante inseparável em que o conteúdo e a forma se mesclam e nunca no conteúdo separado do todo, embora a forma traga um pouco mais explicitamente sua presença. Faraco (2005) salienta que Bakhtin diferencia autor-pessoa de autor-criador. O primeiro é o escritor, o artista, enquanto o segundo é a função que o autor-pessoa desempenha, além de ser o elemento que dá forma ao objeto estético. Ele é aquele que transporta a realidade vivida para o outro plano axiológico, que é o plano da obra, criando assim novos sistemas de valores. Ele não registra passivamente os acontecimentos reais, mas recorta-os e reorganiza-os de maneira estética, ou seja, criadora. Nas palavras de Faraco

O ato criativo envolve, desse modo, um complexo processo de transposições refratadas da vida para a arte: primeiro, porque é um autor-criador e não o autor-pessoa que compõe o objeto estético (...); e, segundo, porque a transposição de planos da vida para a arte se dá não por meio de um isenta estenografia (...), mas a partir de um certo viés valorativo (...) (2005, p. 39).

O autor-criador é o excedente da visão e conhecimento, ou seja, é a visão de fora, que completa a obra, que trabalha a linguagem de uma posição exterior a ela. Não é possível visualisá-lo, pois é um meio de ver a realidade e que direciona o olhar do leitor. O autor da citação acima acrescenta que, para Bakhtin, não são as idéias do escritor enquanto pessoa, que estão em jogo dentro de uma obra, mas sua refração, ou seja, um ato de apropriação da palavra alheia, que foi lapidada e transformada em outra, pela própria personagem, que tem total liberdade para isso. Portanto a função estético-formal do autor-criador, considerado uma segunda voz, é uma posição axiológica (valor avaliativo, a entonação). Até mesmo em uma autobiografia, é preciso a presença do autor-criador, pois é necessário colocar-se à frente, exterior à própria vida, dar um certo acabamento, ou seja,

não somente observar como se estivesse diante de um espelho, por exemplo, que só se pode ver o que está diante dos olhos (uma face apenas) , mas no interior, por dentro de si, passando pela própria consciência (ou do outro nos demais gêneros textuais) e depois retornando à sua. Nesse sentido, o autor-criador escreve sobre o herói, mas sempre atento ao que os outros pensam deste. Faraco enfatiza, ainda, que a relação entre autor-criador e herói leva em consideração os ilimitados e heterogêneos dizeres da sociedade em geral que estão sendo questionados na obra, de maneira não mecanizada.

Para realmente entender o que se lê, Bakhtin, segundo Caryl (2003), explica que é preciso reexpressar a forma, pois somente ver e ouvir não basta. Um poema, por exemplo, surge efetivamente, quando é enunciado, e não quanto é escrito, ou seja, quando aquele que recebe e aquele que lhe atribui a forma, sentem a criatividade da obra, dando entonação (sentido axiológico) à mesma. Para esse leitor de Bakhtin, muito mais que dar acesso ao estético, a forma tem função ética, pois, no momento em que o autor leva em consideração seu leitor, o belo abre espaço à igualdade de direitos. Nesse sentido, a forma exerce a função de regular o conteúdo, além de refletir uma atitude valorativa, mas nunca através de padrões fixos e rígidos, pelo contrário, sempre através do incentivo à criatividade e a liberdade, que se adaptam às mais diversas situações práticas, como é o caso dos gêneros do discurso, como explica Caryl (2003)

A tarefa da forma (...) é *destacar e isolar o conteúdo* (...), livrá-lo da dependência, permitir que relaxe (...). Abençoada com a forma, “uma súplica não mais precisa de um Deus que a escute, uma queixa não mais precisa de um alívio (...)” Em suma, a forma destaca e isola o conteúdo para que a consumação possa ocorrer. Nesse estágio do pensamento de Bakhtin sobre a estética, portanto, uma totalidade fechada, consumada e auto suficiente é o objetivo da arte. (p. 295).

Uma parte de suma importância da realidade extracontextual, de acordo com Bakhtin (2003), são as ordens, exigências, mandamentos, elogios, entre outros fenômenos do discurso, que estão relacionados a uma entonação, que podem estender-se a qualquer palavra desprovida de significado direto de elogios, censura, bênçãos, etc. A entonação serve de contexto axiológico- emocional da interpretação. Barros (1999) salienta que o pensador russo considera a entonação como um elemento revelador da dependência de toda estrutura formal da fala com a relação do enunciado e o conjunto de valores pressupostos na sociedade, lugar onde o discurso acontece. Através da análise da entonação, que pode

comprovar que o enunciado é expressão e produto da interação verbal, diferentemente das palavras do dicionário, que são desprovidas de entonação. Esta também é considerada um recurso usado na fala cotidiana para expressar uma atitude frente a uma certa maneira de falar, podendo gerar a ironia, por exemplo, que Bakhtin, de acordo com Barros (1999) chama de bivocalismo.

Dentro do pensamento de Bakhtin, Caryl (2003) explica que um evento torna-se estético quando há uma consciência externa que o observa, que o envolve, atribuindo à seqüência um sentido de “totalidade”. Ocupar uma posição exterior e retornar ao seu lugar, possibilita ver o que o outro não pode ver e, conseqüentemente, prestar-lhe um serviço completo de observação dos fatos e dos sentimentos. Dessa forma chega-se ao momento estético crucial. Um olhar precisa do outro para enxergar a totalidade, porque é impossível ver todos os lados ao mesmo tempo. No espaço exterior e no tempo posterior é que a totalidade das coisas pode ser observada.

Passaremos agora a explicitar princípios e conceitos da Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e colaboradores. Diferentemente do pensamento lingüístico do Círculo de Bakhtin, já bastante estudado e consolidado, alguns conceitos da Teoria da Argumentação na Língua, como o de polifonia, por exemplo, estão ainda em fase de estabilização, devido ao fato de ser uma teoria recente (mais ou menos 30 anos) e estar em constante construção e reconstrução em torno da idéia-base: a argumentação está na língua, ou seja, a análise partirá do que está exposto lingüisticamente.

2. CONCEPÇÃO ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM: PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação na Língua (ADL)⁷, criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe (1983), considera a língua essencialmente argumentativa e os sentidos são construídos nos chamados encadeamentos argumentativos. O valor argumentativo de uma palavra é definido como o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. Por exemplo, a significação de “a escola é longe” depende do conjunto de conclusões que se podem tirar, como portanto não chegarei logo; portanto não vou a pé; portanto é difícil chegar.

Para os teóricos da ADL, a língua não descreve e nem informa, mas argumenta. Dessa forma, não consideram o sentido informativo das palavras, como sendo o mais importante, ou o único, desfazendo-se, assim, as noções de verdade e de falsidade na língua. Ducrot (1997) traz o exemplo “Você irá a Paris amanhã” e explica que pode ser uma promessa, uma ordem, uma autorização, entre outras coisas, que somente a situação permitirá especificar, mas quem o interpreta como uma ordem, não responderá “É verdade” e, nem “ Como você quiser”, caso lhe seja atribuído o valor de uma informação, que pode ser um, entre muitos outros sentidos que um enunciado pode ter. Ducrot (1997) salienta que a

(...) necessidade de recorrer à situação para atribuir um sentido a um enunciado, não implica, entretanto, que a estrutura propriamente lingüística dos enunciados seja semanticamente ignorada, visto que é ela que indica o que se deve procurar no contexto, e como procurar, quando se quer interpretar um enunciado. (p. 02).

⁷ ADL – sigla correspondente ao nome da teoria em francês.

Ducrot (1997) discorda que as palavras têm como função primeira, descrever a realidade e ser um meio de comunicar informações, pois, dessa forma, a descoberta da estrutura semântica “(...) consistiria em determinar sob que condições elas são verdadeiras ou falsas. Exemplo: Dar uma representação semântica da frase *Pedro é inteligente*, consistiria em indicar o que Pedro deve ser para que seja verdadeiro decretá-lo inteligente.” (p. 04). Esse tipo de análise perdeu a importância, para o autor, bem como para muitos outros gramáticos e filósofos da linguagem, porque, em realidade, o estudo do sentido “(...) escapa à análise e à descrição das estruturas lingüísticas, implicando uma pesquisa pragmática (contextual)” (Ducrot, 1997, p. 02). Dessa forma, dentro de um estudo lingüístico-argumentativo, que considera impossível separar o semântico do pragmático, os significados das palavras no dicionário deixam de ser válidos. Como pode ser comprovado na citação a seguir:

Somos assim, conduzidos a colocar em dúvida a análise que pretendia separar, como dois objetos inteligíveis, um sem o outro, o material lingüístico utilizado quando um enunciado é produzido, e o fato de esse material ser utilizado (por exemplo, que ele é selecionado por um falante numa certa situação), porque essa seleção e essa situação não podem ser consideradas nelas mesmas, independentemente das palavras inscritas ou pronunciadas. É, ao contrário, a partir dessas palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados. (Ducrot, 1997, p 03).

Graeff (2005) destaca que a descrição informativa das palavras, com base ao que se conhece da realidade, leva a um estudo superficial. A sinonímia e a substituição lexical, por exemplo, “(...) só ocorrem no discurso, a partir de encadeamentos argumentativos, cuja própria existência é responsável pela produção dos sentidos precisos que as palavras assumem.” (p. 104). A autora explica, também, que

(...) são sinônimas de uma palavra num encadeamento argumentativo X, palavras que, substituindo, mantêm a mesma argumentação. (...) Já relativamente às palavras que apenas constata, faz-se a hipótese de que elas servem, num texto, para retomar as palavras que argumentam, sem acrescentar nada ao valor argumentativo. (Graeff, 2005, p. 102).

Delanoy (2008) enfatiza que a ADL é embasada em princípios estruturalistas de signo, de relação e de língua e fala, apesar de terem algumas diferenças. Para essa teoria,

signo é um elemento abstrato “(...) que somente se define, quando entra em relação com outros signos. (...) o signo é a frase, também abstrata, dotada de significação – conjunto de instruções abertas (não pré-existentes) que dependem do enunciado para se chegar ao sentido” (p. 27) que é o valor semântico do enunciado: a frase concretizada. Ainda para a ADL (apud Delanoy 2008), discurso é o conjunto de enunciados articulados, a que o leitor recorrerá para resgatar o sentido. O discurso é produzido por um eu, chamado de locutor, que vai expressar seu ponto de vista, ou seja, argumentar, para um tu, o interlocutor. “E o sentido do discurso produzido está justamente no resgate dessa argumentação. Com isso, o leitor tem a tarefa de reconstruir o sentido a partir do que está expresso no discurso.” (Delanoy, 2008, p. 28). O leitor, aqui, procura ultrapassar o conteúdo discursivo, realizando uma leitura metalingüística.

No artigo “O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua”, Delanoy (2008), explica que a ADL é também uma teoria do uso da língua, por isso, enunciativa. Há um locutor (responsável pelo enunciado e no qual é marcado pelo eu, aqui e agora), que produz um enunciado, ou melhor, discurso a um interlocutor. Há também enunciadores, através dos quais o locutor se expressa. Eles são responsáveis pelos pontos de perspectivas expressos no enunciado. Locutor e enunciadores são seres discursivos abstratos e não podem ser confundidos com seres reais. O doutorando em Lingüística Aplicada, salienta que

Para Ducrot, os enunciadores são argumentativos. Daí decorre que o locutor, ao tomar atitude frente aos enunciadores, também argumenta. Assim, argumentar é expor um ponto de vista para um interlocutor. Essa exposição tem um caráter subjetivo, isto é, expressa uma visão do mundo. É dessa maneira que Ducrot descarta a objetividade da língua, mesmo relativamente à descrição. O mundo concreto pode ser tomado como tema, mas a descrição da realidade sempre será feita a partir de uma visão particular. (Delanoy, 2008, p. 27).

A ADL opõe-se à concepção tradicional de sentido, entendida como a separação entre o aspecto objetivo e denotativo, dos aspectos subjetivos e intersubjetivos, comumente ditos conotativo. A esse propósito Ducrot explica que

(...) a frase somente contem o denotativo e o contexto dá o conotativo. Pessoalmente, quero evitar essa confusão. A idéia fundamental é que na frase mesma há indicações sobre as relações entre os interlocutores e toda minha teoria sobre a argumentação está destinada a justificar essa idéia. Meu objetivo é mostrar que a frase, e portanto, a língua, contem alusões à atividade da fala, contem alusões sobre o que fazemos quando falamos. (Ducrot, 1988, p. 64).⁸

Ducrot (1988) acredita que a linguagem comum não é objetiva, ou seja, é incapaz de descrever diretamente a realidade. Em seu modo de ver, a linguagem descreve a realidade por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, de tal forma que, quando se diz: *Luana é saudável*, a descrição que se faz de Luana está mais relacionada à admiração do locutor por Luana e ao interesse de fazer o interlocutor considerar isso, do que a uma indicação objetiva da saúde de Luana, passível de ser comprovada em exames médicos que avaliam o estado de saúde, por exemplo.

Sendo assim, os aspectos, subjetivo e intersubjetivo, são reunidos no que chamou de valor argumentativo, definido como a orientação que as palavras dão ao discurso. Segundo Ducrot (1988), o emprego de uma palavra possibilita ou impossibilita uma certa continuação do discurso. Voltando ao exemplo *Luana é saudável*, e segundo o autor da ADL pode-se afirmar que continuações possíveis seriam *portanto poderá ter muitos filhos* ou *mas não poderá ter muitos filhos*, sendo vetada a possibilidade de se encadear *portanto não poderá ter muitos filhos*.

A explicitação do valor argumentativo fundamenta a teoria da Argumentação na Língua e é na Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel, que está sua forma mais complexa e aprimorada. Passaremos agora a detalhar as fases por quais a ADL passou até chegar a versão atual.

⁸ (...) la frase solo contiene lo denotativo y el contexto da lo connotativo. Personalmente quiero evitar esta confusión. La idea fundamental es que en la frase misma hay indicaciones sobre las relaciones entre los interlocutores y toda mi teoría sobre la argumentación está destinada a justificar esta idea. Mi objetivo es mostrar que la frase, y por lo tanto la lengua, contiene alusiones a la actividad del habla, contiene alusiones sobre lo que hacemos cuando hablamos. (Ducrot, 1988, p 64)

2.1 ADL Forma *Standard* : princípios que contribuíram para se chegar à versão atual da teoria

Dentro dos estudos lingüísticos, a Teoria da Argumentação na Língua é considerada uma teoria do sentido alternativa às demais teorias existentes. Na primeira fase dessa teoria, Ducrot (1988) apresenta o que chama de forma *Standard*.

Na primeira fase, é apresentada a idéia de que as palavras não têm sentido antes das conclusões delas tiradas, como se pode conferir nos enunciados: *Faz sol, vamos sair. Faz sol, não vamos sair*. Nesses dois discursos, o valor semântico da expressão *faz sol* varia, conforme as conclusões que se tirem dela. Num caso, o sol é favorável ao passeio; sendo, em outro, desfavorável. Ducrot (1988) explica que “(...) quando um discurso contém dois segmentos, dos quais um é o argumento e o outro a conclusão, os dois segmentos constituem um só enunciado e, isto por que o argumento somente tem sentido a partir da conclusão.” (p 75).⁹

A conclusão de um enunciado não se explica somente a partir do fato expresso pelo primeiro segmento, mas através da forma lingüística desse segmento. A própria forma lingüística impõe certas argumentações e veta outras. Imagine-se um outro exemplo: alguém chega tarde a um encontro e se procura desculpá-lo:

Desculpa-o, atrasou-se um pouco.

Desculpa-o, atrasou-se pouco.

Em ambos enunciados, o fato é o mesmo: a desculpa pelo pequeno atraso, no entanto, no primeiro enunciado se diz: há que desculpar uma pessoa por seu atraso. No segundo se indica que há que desculpar a pessoa porque sua falta não foi grave. Essa diferença foi determinada pelas formas: *um pouco e pouco*.

⁹ (...) cuando un discurso contiene dos segmentos de los cuales uno es el argumento e outro la conclusión, los dos segmentos constituyen un solo enunciado y eso porque el argumento solamente tiene sentido a partir de la conclusión. (Ducrot, 1988, p. 75)

Esta oposição argumentativa entre *pouco* e *um pouco* explica, também, por que se podem unir esses dois operadores por meio do articulador *mas*.

Ex: Trabalhou pouco, mas trabalhou um pouco.

Nesse enunciado o articulador *mas* une elementos que vão em sentido oposto. Com esse exemplo, Ducrot (1988) salienta que o poder argumentativo de um enunciado não é determinado pelo fato que expressa esse enunciado, mas pela sua *forma lingüística*.

Outro exemplo: Um determinado objeto custa R\$12,00. Pode-se dizer que *custa mais do que R\$10,00*. Mas pode-se dizer, também, que *custa menos de R\$ 15,00*. Nessa situação, os dois enunciados são igualmente verdadeiros, servem para expressar o mesmo valor, porém a constituição argumentativa dos enunciados é completamente diferente. Caso se queira dar a entender que o objeto é caro, se dirá que *custa mais de R\$10,00* ; caso se queira dizer que o objeto é barato, se dirá que *custa menos de R\$15,00*. A expressão *mais de* conduz a uma avaliação do preço orientada para “caro”, contrariamente a *menos de*, que orienta a “não caro”.

Esta análise mostra que a natureza lingüística das expressões *mais de* e *menos de* têm uma influência sobre a expressão semiológica, ou seja, sobre a imagem que se cria, e ainda não lingüística. Quando leio a informação aritmética 999 imediatamente traduzo ao enunciado lingüístico “*menos de 1000*” e é este enunciado subjacente o que me permite entender o valor argumentativo. Isso explica por que nas vitrines se encontram preços como R\$ 9,99, R\$1,99, R\$14,99.

Ducrot (1988) insiste na idéia de que “(...) a conclusão de um enunciado não se explica somente a partir do fato expresso pelo primeiro segmento, mas através da forma lingüística desse segmento. Em outras palavras, **a argumentação está marcada na língua mesma.**” (grifo nosso) (p. 80).¹⁰ Como se mostrou antes, *pouco* e *um pouco*, no mundo, conduzem ao mesmo sentido, no entanto, no enunciado, conduzem a conclusões opostas. Segundo Ducrot (apud Graeff, 2001), a argumentação está presente na própria língua,

¹⁰ (...) la conclusión no se explica solamente a partir del hecho expresado por el segmento A sino a través de la forma lingüística de A. En otras palabras la argumentación está marcada en la lengua misma. (Ducrot, 1988, p. 80)

inscrita na frase, compreendida como uma estrutura abstrata, cuja *significação* carrega *instruções* para decodificar o *sentido* dos enunciados possíveis. A instrução orienta o que se deve fazer para se chegar ao sentido do enunciado que é tido como uma parte do discurso, portanto é um acontecimento empírico, observável e “irrepetível”. É na frase que estão presentes as especificações sobre o tipo de pistas que é necessário procurar no contexto para dar sentido aos enunciados.

É necessário evidenciar que, para Ducrot (1988), há uma grande diferença entre os conceitos de frase e enunciado. A frase é uma estrutura abstrata e teórica que o usuário da língua utiliza para construir enunciados. É o enunciado que pertence ao discurso e é provido de sentido, ou seja, de valor semântico; sendo que este é constituído por dois segmentos: a argumentação e a conclusão articuladas por um conector, e seu sentido nunca se repete, pois a situação comunicativa em que está inserido nunca é a mesma.

Ducrot (1988) aborda, também, a diferença entre **sentido** e **significação**. Chama sentido ao valor semântico do enunciado e significação ao valor semântico da frase. Ducrot indica que há uma diferença de natureza entre sentido e significação e propõe uma concepção aberta, **instrucional**, de significação. O valor semântico da frase está constituído por diretrizes, instruções para a interpretação do enunciado.

Foi pelo fato de a teoria *standard* definir o potencial argumentativo dos enunciados em torno de conclusões é que ela foi rejeitada. Através de operadores como *pouco* e *um pouco*, por exemplo, pode-se chegar à mesma conclusão com o auxílio argumentativo de diferentes *topoi*, princípios que garantem a passagem de um argumento a uma conclusão e que serão esclarecidos e exemplificados mais adiante.

Uma das principais evidências do valor argumentativo das palavras em detrimento de seu valor informativo, defendido na forma *Standard*, é o fato de Ducrot e seus colaboradores terem percebido que, em todas as línguas, existem pares de frases cujos enunciados designam o mesmo fato, quando o contexto é o mesmo, mas as argumentações possíveis a partir desses enunciados são completamente diferentes. Ex: *João comeu pouco no almoço* e *João comeu um pouco no almoço*.

Para a ampliação da forma “*standard*” da ADL, foi decisiva a constatação da idéia de que as conclusões possíveis a partir desses enunciados são radicalmente opostas, principalmente com base na percepção de que os dois enunciados acima podem autorizar conclusões iguais, dependendo de como é vista a ingestão de alimentos, se como prejudicial ou benéfica. Percebeu-se, em outras palavras, que, com operadores como *pouco* e *um pouco*, por exemplo, pode-se chegar à mesma conclusão com o auxílio argumentativo de diferentes *topoi*, os quais “autorizam” a passagem do argumento para a conclusão.

A forma padrão de argumentação descrita até agora se torna interessante, conforme Ducrot (1988), para se chegar às *expressões argumentativas* de uma língua. Dito de outra forma, caso se mantenha a situação, se substitua uma expressão por outra em um enunciado (por exemplo, “*pouco*” por “*um pouco*”; “*avaro*” por “*econômico*”) e se chegue a conclusões diferentes, logo se pode nomeá-las de expressões argumentativas. Mas essa concepção de argumentação dificulta a descrição do valor semântico das expressões, pois, para tanto, seria necessário encontrar o traço em comum entre todas as conclusões extraídas de uma expressão argumentativa.

Como se mencionou antes, as conclusões variam conforme o “princípio” (*topos*) que autoriza a passagem de um argumento para uma conclusão. É sobre esse assunto que se tratará na seção que segue.

2.2 ADL Versão Ampliada

A noção de *topos* juntamente com a noção de polifonia modifica a forma *standard* da ADL, transformando-a no que se denominou forma *standard* ampliada. Na forma *standard*, o potencial argumentativo era definido em termos de conclusões possíveis e, nesta última, o potencial argumentativo é o conjunto de *topoi* que podem ser evocados por uma entidade determinada. Ducrot (1988) esclarece a noção de potencial argumentativo, afirmando que um enunciado tem diferente potencial argumentativo quando se pode dar

como continuação discursiva, enunciados-conclusões diferentes. O autor da ADL explica, na citação a seguir, como a polifonia e os *topoi* atuam na língua:

(...) a descrição de uma frase (entendendo-se por frase não a ocorrência particular de palavras num discurso determinado, mas a estrutura abstrata, que caracteriza a língua) indica, de uma parte – o aspecto polifônico – as grandes linhas do cenário segundo o qual os enunciadores deverão ser postos em cena, cãs um com seus enunciados particulares, e de outra – o aspecto argumentativo – especificando o tipo geral de *topoi* que os enunciados têm à sua disposição. Trata-se, entre os *topoi* ligados aos predicados apresentados na frase (...), daqueles que obedecem às condições impostas pelos operadores (entende-se por operadores palavras análogas a *pouco* ou *um pouco*). (Ducrot, 1997, p. 07).

No final da década de 1980, Ducrot, situa a noção de *topos* como sendo a base da argumentação e recoloca em destaque a crítica à semântica baseada no conceito de condições de verdade, segundo a qual “quanto mais verdadeiro é o que se diz no argumento, mais verdadeiro é o que se diz na conclusão”¹¹ (Carel e Ducrot 2005). A polifonia, por conseguinte, é um dos elementos que levam Ducrot e colaboradores a afirmar que o sentido dos enunciados não se resume ao seu valor de verdade. Sendo assim, o sentido de uma palavra não pode equivaler a seu valor referencial (contexto) e “(...) o argumento toma seu valor independentemente a conclusão.” (Ducrot, 1988, p 73)¹², como se buscará esclarecer a seguir.

2.2.1 Teoria da Polifonia

A noção de polifonia é fruto de uma crítica em relação ao fato de que o sujeito da enunciação é único e, segundo Ducrot (1997), substitui a análise semântica “horizontal”, teoria do *modus* ou dos “atos de linguagem” por uma análise “vertical”, que constitui o sentido do enunciado como sendo a “(...) superposição de vários discursos elementares, cujos supostos responsáveis, às vezes chamados “enunciadores”, podem ser diferentes do responsável que o enunciado atribui a si mesmo, que é chamado de locutor.” (Ducrot,

¹¹ “(...) *cuanto más verdadero es lo que se dice en el argumento, más verdadero es lo que se dice en la conclusión.*” Carel y Ducrot (2005, p 12)

¹² “(...) el argumento toma su valor independentemente de la conclusión.”

1997, p. 05). Este último pode ser o narrador, mas descartadas suas características pessoais que não estejam relacionadas com o texto em questão. Ducrot (1997) diferencia as análises horizontal e vertical, como se confere na citação:

Na análise horizontal (em *modus* e *dictum* ou ainda em força e conteúdo), os elementos distinguidos não chegam a ser objeto, cada um tomado à parte, de uma troca enunciativa: somente o resultado de sua combinação pode sê-lo. Ao contrário, a análise vertical atribui a cada um dos componentes uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível. É isso que quereria sugerir a comparação com a polifonia musical: vozes diferentes se fazem ouvir simultaneamente no enunciado. Nessa perspectiva, o valor informativo do enunciado pode ser apenas um fenômeno derivado. (p. 06).

Ducrot (1988) revela que o autor de um enunciado apresenta nele vários sujeitos exercendo diferentes funções: o sujeito empírico, que é o produtor do enunciado (autor) e por isso não interessa ao lingüista; o locutor, que é o responsável pelo enunciado (narrador e personagens) e os enunciadorees (que não têm palavras, mas suas vozes estão implícitas, subentendidas), que são as origens dos pontos de vista, ou responsáveis pelos pontos de perspectiva apresentados pelo enunciado. Como se pode perceber, o enunciadoree não é nem a pessoa responsável, nem o produtor real do enunciado. O principal autor da ADL destaca que

(...) a determinação do sujeito empírico não é um problema lingüísticos. O lingüista e em particular o lingüista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado, é dizer deve descrever o que *diz* o enunciado (...). De maneira que o que lhe interessa é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção. (Ducrot, 1988, p. 17).¹³

Em relação ao locutor, Ducrot acrescenta:

O locutor pode ser totalmente diferente do SE, freqüentemente é um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. (...) é possível fabricar enunciados que não tenham locutor, enquanto (...) um enunciado sempre tem um sujeito empírico. Benveniste dizia

¹³ (...) la determinación del SE no es un problema lingüístico. El lingüista y en particular el lingüista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado, es decir debe describir lo que *dice* el enunciado (...). De manera que lo le interesa el lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción. (Ducrot, 1988, p 17)

que estes enunciados, chamados às vezes impessoais, têm a ver com a *história*, em oposição a enunciados onde está marcado o locutor e que pertencem ao *discurso*. Por exemplo um provérbio é essencialmente um enunciado sem locutor. (Ducrot, 1988, p. 18-19).¹⁴

O locutor, segundo Ducrot (1988), assume atitudes (assumir, opor-se ou identificar-se) constituindo assim sua própria argumentação esboçada pela pluralidade de sujeitos, pela relação que é estabelecida entre eles. Assim é constatado que o enunciado apresenta diversos pontos de vistas (vozes) e o locutor posiciona-se em relação a esses pontos de vista. Quando o locutor tem por objetivo, por exemplo, impor um ponto de vista, há a identificação com um enunciador¹⁵. Já quando o locutor indica que está ou não de acordo com um enunciador, há, respectivamente a concordância e a desaprovação.

Conforme Graeff (p. 50, 2001), a idéia fundamental dessa teoria é que a frase contém indicações sobre as relações entre os interlocutores, ou seja, a língua mesma contém alusões sobre o que se faz, quando se fala.

Para Ducrot (1988), o locutor não se expressa diretamente, mas através de enunciadores, conceituados como outras vozes constituintes do discurso. A relação do locutor com outro(s) discurso(s) determina o ponto de vista defendido por ele. Sendo assim, para compreender o sentido de um enunciado, é preciso encontrar a posição do locutor. Ducrot (1988) entende que

Descrever o sentido de um enunciado consiste, (...), entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a função do locutor? A quem se atribui essa função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressos, (...) quais são as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado? A quem se atribui eventualmente essas funções? (p. 20).¹⁶

¹⁴ El locutor puede ser totalmente diferente del SE, a menudo es un personaje ficticio a quien el enunciado atribuye la responsabilidad de su enunciación. (...) es posible fabricar enunciados que no tienen L, mientras que (...) un enunciado siempre tiene un SE. Benveniste decía que estos enunciados, llamados a veces impersonales, tienen que ver con la *historia*, en oposición a enunciados donde está marcado el locutor y que pertenece al *discurso*. Por ejemplo un provérbio es esencialmente un enunciado sin locutor. (Ducrot, 1988, p 18-19)

¹⁵ No artigo de 2008, Ducrot e Carel vão reformular a Teoria da Polifonia e mostrar que o locutor pode assumir (impor) determinado ponto de vista, que é assimilado a um ser do discurso diferente dele próprio. Dessa significação da Teoria da Polifonia se tratará adiante.

¹⁶ Describir el sentido de un enunciado consiste, (...), entre otras cosas, en responder a diversas preguntas: ¿el enunciado contiene la función locutor?, ¿a quién se le atribuye esta función?, ¿a quién se asimila el locutor?, ¿cuáles son los diferentes puntos de vista expresos, es decir cuáles son las diferentes funciones de

Ducrot (1988) esclarece que o primeiro elemento do sentido de um enunciado é a apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores. Um segundo elemento é a indicação da posição do locutor em relação com os enunciadores. Dentro dessas possíveis posições, o locutor pode, em primeiro lugar, **identificar-se** com um dos enunciadores como é o caso da asserção. Ex.: *Pedro veio*. O locutor apresenta um ponto de vista, segundo o qual Pedro veio, e assume este ponto de vista.

Uma outra atitude possível, explica o autor da ADL (1988), consiste em dar aprovação a um enunciador: o locutor indica que está de acordo com esse enunciador, ainda que ele não tenha como objetivo fazer admitir o ponto de vista desse enunciador. Ex.: *Pedro deixou de fumar*. O enunciado contém duas indicações:

- a) o pressuposto: Pedro fumava antes e,
- b) a afirmação: Pedro não fuma agora.

Nesse exemplo, dentro da teoria polifônica, se apresentam dois enunciadores E1 e E2. O primeiro enunciador, E1, apresenta a idéia de que Pedro fumava antes. O segundo enunciador, E2, apresenta um ponto de vista segundo o qual Pedro não fuma atualmente.

Ducrot (1988) expressa a noção de pressuposição, dizendo que L dá sua aprovação a E1 e apresenta a noção de asserção, dizendo que L se identifica com E2. Então, se chama pressuposição aquilo no qual o locutor dá sua aprovação e, “afirmação”, àquilo que o locutor se identifica.

Uma outra atitude que o locutor pode ter ainda, é a de opor-se a esse enunciador, e impedir seu ponto de vista. O humor, segundo Ducrot (1988), é o exemplo para ilustrar esta atitude, pois, quando um enunciado é humorístico, significa que o L apresenta um ponto de vista absurdo sem apresentar nenhum outro ponto de vista suscetível de corrigir o primeiro. Tentaremos explicitar esse conceito de humor, fazendo a análise de uma “piada”, retirada do site <http://www.piadas.com.br/node/8671>, que segue:

enunciador presentes en el enunciado?, ¿a quién se atribuyen eventualmente estas funciones? (Ducrot, 1988, p. 20)

O PIANO

Quatro homens transportam um piano até o décimo andar. Insatisfeitos com a missão e já cansados, um deles diz:

- Vá alguém saber quantos andares nos faltam.

- Ok, vou eu.

O homem sobe até o décimo andar e, no caminho, deduz:

- Bom, se subi seis andares, isto quer dizer que estamos no quarto andar.

Ele retorna e diz aos companheiros:

- Tenho duas más notícias.

- Diga-nos uma agora e a outra só quando chegarmos lá em cima.

- Ok. Faltam seis andares para chegar.

E assim foi. Os homens, muito cansados, chegaram até o décimo andar e um deles pergunta:

- Então, qual era a outra má notícia?

- O prédio não é esse.

Na situação relatada acima, tem-se dois locutores: o homem que sobe até o último andar e o companheiro com quem ele dialoga. O homem termina a conversa com o enunciado absurdo: *o prédio não é esse*. E não é expresso nenhum ponto de vista oposto a ele, ou seja, não é retificado por nenhum enunciador.

Ducrot (apud Graeff 2007) esclarece que são considerados, por definição, humorísticos, os enunciados que cumprem as três condições seguintes:

- a) Entre os pontos de vista representados no enunciado, há, pelo menos, um, que é absurdo, insustentável em si mesmo ou no contexto;
- b) O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor;
- c) No enunciado, não é expresso nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo, ou seja, ele não é retificado por nenhum enunciador.

Um terceiro elemento do sentido se trata da assimilação de um enunciador com uma pessoa X.

Antes de mostrar como se aplica a concepção de sentido aos exemplos argumentativos, Ducrot (1988) indica a diferença entre a concepção de sentido e a teoria dos atos de fala. Nessa última, o sentido está constituído por dois elementos: uma força ilocucionária e um conteúdo proposicional. No exemplo, *Pedro veio*, tem-se uma força ilocucionária de asserção que se aplica a uma proposição, neste caso a vinda de Pedro. O enunciado interrogativo *Pedro veio?* contém uma força ilocucionária de interrogação que se aplica ao mesmo conteúdo proposicional: a vinda de Pedro. Um enunciado imperativo como *Pedro venha* teria uma força ilocutória de ordem, com esse mesmo conteúdo proposicional.

Nessa concepção da filosofia da linguagem, segundo Ducrot (1988), o locutor toma uma só atitude no enunciado, indicada pela força ilocutória. Na teoria da polifonia, pelo contrário, o enunciado apresenta muitos pontos de vista diferentes e o locutor toma atitudes em relação a esses pontos de vista.

Dessa forma, resumindo, há três etapas na constituição do sentido do enunciado: apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores; indicação da posição do locutor em relação à posição dos enunciadores e a identificação do(s) enunciator(es) com outra pessoa que não o locutor.

Para esclarecer a questão dos enunciadores, do locutor e da tomada das atitudes, Ducrot (1988), traz alguns exemplos de enunciados que contém o articulador “mas”.

Num primeiro exemplo, supõe-se que alguém propõe dar um passeio porque está fazendo um lindo dia e a resposta dada seja: (2) *Certamente, faz bom tempo mas me doem os pés*. Este enunciado está destinado a recusar o convite. Em (2) o locutor apresenta pelo menos quatro enunciadores. Um primeiro E1, que tem como ponto de vista [*faz bom tempo*]¹⁷. Um segundo enunciator, E2, que justifica o convite ao passeio a partir do bom tempo; um terceiro enunciator E3 que apresenta a [*dor nos pés*] do locutor, e o último enunciator E4 que conclui a partir de [*dor nos pés*] para o fato de não dar o passeio.

¹⁷ Os colchetes, nesse caso, são essenciais pois não se quer dizer que E1 disse “faz bom tempo”, porque os enunciadores não dizem nada, não falam.

Na segunda etapa, são tratadas as diferentes posições do locutor a respeito dos enunciadores. Com o enunciador E1, a posição do locutor é de aprovação. Com E2, o enunciador conclui favoravelmente ao passeio e o locutor tem a terceira atitude, ou seja, de recusa/desprezo. O ponto de vista apresentado por E3, ou seja, a [dor nos pés] faz parte do que o (locutor) L quer fazer seu interlocutor admitir, portanto se diria que L se identifica com E (3) como também se identifica com E4. A posição que o locutor quer impor é, então, de recusa ao passeio. Isto significa que o enunciado, em sua totalidade, serve para realizar um ato de recusa. Em relação com o terceiro elemento do sentido, Ducrot (1988) agrega que o locutor assimila os enunciadores E1 e E2.

Há outros enunciados que contém o mesmo articulador (mas) e sua descrição será diferente. Para chegar à descrição da significação da frase, será necessário encontrar algo em comum no sentido de todos os enunciados.

O segundo exemplo é retirado de um discurso do General Franco. Em um de seus discursos, o general anuncia a introdução de certas reformas na economia e a propósito diz: *Atuaremos com prudência mas com continuidade*. Há também quatro enunciadores, ainda que a posição do locutor é um pouco diferente. O primeiro enunciador E1 indica que [a ação será prudente]. O segundo enunciador E2 que concluiria de “prudência” à “ineficácia”. O terceiro enunciador E3 que insiste na continuidade. E o enunciador E4 que transforma a continuidade em não-ineficácia, quer dizer na eficácia.

Um último exemplo mostra a quantidade de possíveis posições do locutor em relação ao enunciador nas frases que contém a palavra *mas*. Ex.: (4) *Creio que vamos ter êxito, e por prudência agrego: (4')... mas nada é seguro na vida*. Para Ducrot (1988), aqui também são quatro os enunciadores: E1 crê no êxito e L se identifica com este enunciador. O locutor dá como objetivo na enunciação mostrar seu otimismo. O enunciador E2 conclui, a partir do êxito, até um otimismo absoluto, mas esse enunciador é desprezado pelo locutor. O (4') “... *mas nada é seguro na vida*”, que é o ponto de vista que apresenta a falta de certeza frente as coisas na vida é atribuído ao E3. O ponto de vista do enunciador E1 é um elemento da sabedoria universal. Finalmente o enunciador E4, a partir da falta de certeza, conclui que o otimismo não deve ser absoluto. O locutor se identifica com esse enunciador.

Depois de apresentar as três análises de enunciados que contém o articulador¹⁸ “mas”, Ducrot (1988) mostra que sua tarefa consiste em construir uma análise das frases que contém esse articulador, quer dizer procura encontrar a significação da estrutura “**X mas Y**”. A significação desta frase, segundo ele, estará constituída pelo conjunto de indicações que a frase dá a quem interpreta seus enunciados.

Ducrot (1988) explica que a primeira indicação é construir quatro enunciadores. O enunciador E1, que contém o ponto de vista de x, o enunciador E2, que conclui r a partir de x (quando se quer interpretar o enunciado deve-se imaginar essa conclusão r), o enunciador E3, que sustenta o ponto de vista de y, e o enunciador E4, que conclui não r. Ao interpretar um texto, continua Ducrot (1988), o leitor deve encontrar as posições do locutor em relação aos enunciadores.

No artigo “Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação”, Ducrot e Carel (2008), salientam que “é somente no enunciado, como ocorrência particular da frase, que o locutor põe em cena enunciadores, assimila-os, e toma posição em relação a eles.” (p. 07) e apresentam modificações na Teoria da Polifonia referentes às atitudes do locutor frente aos enunciadores e ao ato de assimilação. Confirma-se esta última atitude na citação que segue:

(...) o locutor tem dois tipos de relação com os enunciadores que ele põe em cena em seu enunciado, e que são as origens dos pontos de vista expressos. De um lado, ele os assimila a seres determinados, ou mais frequentemente indeterminados e caracterizados só de modo geral. A assimilação é feita, por exemplo, com um ser determinado quando se diz “eu me sinto cansado”. Dá-se a si mesmo como origem do ponto de vista segundo o qual se está cansado. É ainda o caso, mas talvez menos nitidamente, quando se diz “segundo meu médico, estou cansado”. Parece também aí que o julgamento de cansaço é atribuído a alguém preciso, embora o essencial seja menos a identidade do médico do que a sua função (...). (p. 07).

Nos exemplos de assimilação acima, os autores evidenciam que o sentido do enunciado não depende de saber quem é o enunciador do enunciado. O que importa saber é qual sua função. Em “*Conforme os melhores professores, os alunos não tiveram um bom*

¹⁸ Ducrot (2002) salienta que articulador e conector são palavras instrumentais, mas distingue-os, mostrando que os conectores têm a função de formar os encadeamentos argumentativos e correspondem ao DC (portanto) e ao PT (mesmo assim); já os articuladores têm a função de comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos, como, por exemplo, o articulador *mas*, citado por Ducrot.

desempenho” não importa saber quais são os melhores professores ou quem são os alunos que não tiveram um bom desempenho. O sentido do enunciado não necessita dessas informações. O enunciador de p é assimilado a melhores professores, mas eles não são identificados, nem pelo locutor, nem pelo sentido do enunciado, como no caso de “as pessoas que pensam sabem que p”, citado por Ducrot e Carel (2008).

Ducrot e Carel (2008) explicam também que a “ (...) segunda tarefa do locutor frente aos enunciadores é a de tomar certas atitudes em relação a eles (...)” (p. 07), sendo que as atitudes que os autores passam a mencionar atualmente é o assumir, o concordar e opor-se. A atitude de concordar com o enunciador faz com que se proíba e se fique proibido, no decorrer do discurso, de contestar o ponto de vista desse enunciador.

Como se disse, o locutor intervém duas vezes em relação aos enunciadores, para assimilá-los e para tomar posição em relação a eles. Dessa forma a assimilação é compatível com qualquer atitude. Por isso a assimilação ao locutor não exige necessariamente a atitude de assumir, pois o locutor pode assumir um enunciador ao qual ele não é assimilado, como se pode comprovar nos enunciados “parece que p” e “disseram-me que p”, em que o enunciador de p é assimilado a outro que não é o locutor. É claro que o locutor, ao utilizar a estrutura “parece”, pode também assumir o enunciador de p, e dar por objetivo à sua enunciação impor p. Em relação a esse assunto os autores esclarecem as principais mudanças que a teoria da polifonia sofreu desde sua criação:

O “bom senso” pareceria pedir que a assimilação ao locutor fosse condição necessária e suficiente do assumir. Eis por que uma única noção, “a identificação ao locutor” serviu às vezes para designar tanto o assumir quanto a assimilação ao locutor. Pensamos agora que se trata de um duplo erro. A assimilação ao locutor não é condição necessária para o assumir, porque pode acontecer que o locutor assuma um enunciador ao qual ele não é assimilado (...). (Ducrot e Carel, 2008, p. 08).

Por exemplo, em “Disseram-me que João viajou ontem à tarde”, o enunciador de p é assimilado a outro que não é o locutor e não se sabe a quem, uma vez que o enunciado não esclarece quem foi que disse que João viajou ontem à tarde. Portanto a assimilação é indeterminada, mas ela não impede o locutor de assumir o enunciador de p, e ter como objetivo impor p. Dizendo “Disseram-me que João viajou ontem à tarde”,

declara-se que a viagem de João é um fato sobre o qual alguém pode apoiar-se e que se impede de pôr em dúvida.

Para Ducrot e Carel (2008), com a idéia de assumir um enunciador, se atribui à enunciação a função de impor o ponto de vista do enunciador, mas os autores destacam que isso não torna a noção de enunciador, nem muito menos o que ocorre entre locutor e os pontos de vista, desnecessária, porque o ponto de vista, que é imposto no assumir ou mantido na concordância, deve ser definido levando em consideração a identidade do enunciador, tida como a assimilação da qual ele foi objeto. No enunciado “estou com sérios problemas”, o enunciador de “sérios problemas” está assimilado a “eu”. O assumir pelo locutor consiste em tentar fazer admitir a idéia de problemas tais como eles se manifestam para quem os vivencia. Já no enunciado, “segundo o meu professor, estou com sérios problemas”, os problemas, que o locutor visa admitir são os que um professor pode perceber através de observações externas que ele faz de seu aluno. Com essas observações Ducrot e Carel (2008) distinguem a atitude, no exemplo, a de assumir, da assimilação. Para eles é a distinção entre a atitude e uma tomada de posição frente a um conteúdo ou a uma proposição caracterizáveis em si mesmos. “Os pontos de vista de que se trata quando define a atitude são construídos em relação ao enunciador que é o objeto da atitude.” (Ducrot e Carel, 2008, p. 09).

Com a distinção entre a atitude e a assimilação, o conceito de identificação é suprimido e o enunciador passa a ter um papel indispensável que não era tão evidente antes dessa explicação.

As modificações na Teoria da Polifonia explicitadas acima, são recentes e estão relacionadas à Teoria dos Blocos Semânticos, que será o tema de uma das próximas subseções deste trabalho. Portanto, para dar seqüência à trajetória da ADL, é necessário ressaltar que as principais noções da teoria da Polifonia (1988) tiveram o objetivo de considerar o sentido a partir dos pontos de vista apresentados pelos enunciadores, uma vez que o sentido do enunciado é dado pela descrição que ele dá de sua enunciação. Essas noções foram, por algum tempo, consideradas as mais eficazes para os estudos lingüísticos, no entanto não se estava prevendo o efeito de dispersão a que a linguagem está sujeita. Dispersão essa que comprova que a passagem entre o argumento e a conclusão não é “estaque”, não pode ser “medida”. Dessa forma, o sentido passa a ser considerado a partir

dos pontos de vista apresentados pelos enunciadores e também pela relação entre eles. Ducrot (1988) esclarece que essa relação deve ser estabelecida pelo princípio que garante a passagem do argumento para a conclusão, o *topos*, conceito que fornece uma espécie de “garantia” a essa passagem e transformam os pontos de vista, em “crenças” ou “discursos” exteriores à língua. O locutor, então, passa a buscar qual o melhor *topos* para interpretar um enunciado argumentativo e, assim, para haver argumentação, o ponto de vista deve estar condicionado ao fato de que a conclusão deve ser fundamentada pelo enunciador e que o trajeto percorrido entre enunciador e conclusão deve ser realizado por intermédio de um *topos*. Este será o tema da próxima subseção.

2.2.2 Teoria dos *Topoi*

Os *topoi* são crenças, lugares comuns cuja função é orientar os enunciados em direção à conclusão. São princípios “universais” convocados pelo enunciado. Em outras palavras, são princípios argumentativos que justificam a passagem do argumento para a conclusão, constituindo um trajeto argumentativo. Carel e Ducrot (2005 p.12) dizem, que, segundo a teoria dos *topoi* o encadeamento argumentativo *o hotel está perto, portanto é fácil chegar* se baseia no princípio *quanto mais perto está o lugar, mais fácil se chega a ele*, e vice versa, o encadeamento *o hotel está longe, portanto é difícil chegar* se baseia no princípio *quanto mais longe está algo, mais difícil é seu acesso*. Ao introduzir estes *topoi*, Jean-Claude Anscombre e Ducrot se basearam nas relações argumentativas e em princípios que não são de ordem lingüística. Ao basear a argumentação em noções independentes da língua, estavam, na verdade, “renunciando ao princípio argumentativo saussuriano segundo o qual a língua somente se estuda a partir dela mesma.”¹⁹

Antes de expor a crítica que a Teoria dos Blocos Semânticos fará à Teoria dos *Topoi*, será explicitada a noção e o funcionamento dos “*Topoi*”, por meio dos exemplos que seguem, apresentados por Ducrot (1988):

(19) *Ha trabajado un poco, va a tener éxito.*

¹⁹ (...) renunciando al principio saussureano según el cual la lengua sólo se estudia a partir de ella misma.” (Carel e Ducrot, 2005. p. 13).

(Trabalhou um pouco, vai ter êxito.)

(20) *Ha trabajado poco, va a fracasar.*

(Trabalhou pouco, vai fracassar.)

(21) *Ha trabajado poco, va a tener éxito.*

(Trabalho pouco, vai ter êxito.)

Caso se pense que o trabalho conduz ao êxito, os enunciados (19) e (20) são perfeitamente possíveis. Mas, como se creia que o trabalho é causa de fracasso, tem-se como possível o enunciado (21). Podemos tirar uma mesma conclusão do enunciado com *pouco* e *um pouco*. Tudo depende da idéia que o locutor tem do conceito de trabalho. Como é o caso dos exemplos (19) e (21) em que se tira a mesma conclusão, embora se chegue a ela por caminhos diferentes, os quais são justificados por meio do *topos*, visto como o intermediário entre o argumento e a conclusão. Para chegar à mesma conclusão, a partir de dois argumentos distintos, se manifestam dois *topoi* diferentes. Ou seja, duas situações distintas, o que a forma *standard* não considerava.

Segundo Ducrot (1988), quando se fala de situação, se quer dizer duas coisas diferentes. Distingue *situación externa* de *situación interna*. A primeira é o contexto externo da pessoa que fala e consiste principalmente no que a pessoa crê, o que pretende que seu interlocutor creia, sua ideologia. Com essas definições os enunciados (19) e (21) podem ser produzidos na mesma situação “(...) por que qualquer que seja a opinião dos interlocutores sobre o trabalho, estes enunciados são possíveis (...)”²⁰. Já entre (19) e (20) há distintas crenças sobre o trabalho.

A *situación interna* é, para Ducrot (1988), a situação construída pelo enunciado. Ele explica que

(...) todo enunciado porta uma imagem do meio de onde é produzido, diz algo da ideologia em que se situa. Assim o enunciado (19) constrói uma certa situação interna onde o trabalho conduz ao êxito. O enunciado (21), por sua vez

²⁰ “(...) por que cualquiera que sea la opinión de los interlocutores sobre el trabajo, estos dos enunciados son posibles (...)” (Ducrot, 1988, p. 95).

constrói outra diferente, pois aqui o trabalho é causa de fracasso. Esta é uma situação determinada pelo próprio enunciado. (p 96).²¹

Pode-se dizer que a *situação interna* é a relação criada pela língua e a *externa* é a relação criada pelo mundo, por diferentes sociedades, ideologias, mas é a partir da língua que se constrói a situação. A argumentação é que implica determinada situação. Por isso a argumentação está na língua. É a partir do sentido do enunciado que se pode inferir realidades.

Após Carel (1992) perceber que os *topoi* estavam contrariando a idéia principal de que a argumentação está na língua e não exterior a ela, como eram os *topoi*, Carel, juntamente com Ducrot desenvolveram a Teoria dos Blocos Semânticos (daqui em diante TBS), proposta como uma nova versão da Teoria da Argumentação na Língua. A TBS demonstra a concepção, segundo a qual o caráter argumentativo de um encadeamento é definido pela interdependência entre os seus dois segmentos. Esta nova proposta abre mão da noção de *topos* e introduz os conceitos de bloco semântico, de aspecto normativo e transgressivo, de argumentação interna e externa. A Teoria dos Blocos Semânticos sustenta a idéia central de que a argumentação está presente no sistema da língua, constituindo-se no principal elemento para apreensão do sentido dos enunciados. A importância desse estudo é inquestionável, pois suas análises e reflexões direcionaram os olhares a um novo horizonte em relação à semântica lingüística.

2.3 Teoria dos Blocos Semânticos: versão atual da Teoria da Argumentação na Língua

Como se mencionou antes, Carel e Ducrot desenvolveram a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta como uma nova versão técnica da Teoria da Argumentação na Língua. Essa terceira fase da ADL radicaliza a rejeição da divisão tradicional entre semântica e pragmática, explicitando a concepção segundo a qual o caráter argumentativo

²¹ “(...) todo enunciado conlleva una imagen del médio donde es producido, dice algo de la ideologia en la que se situa. Así el enunciado (19) construye una cierta situación interna donde el trabajo conduce al éxito. El enunciado (21) por su parte contruye outra diferente, pues aquí el trabajo es causa de fracaso. Esta es una situación determinada por el enunciado mismo.” (Ducrot, 1988, p 96).

de um encadeamento é definido pela interdependência entre os seus dois segmentos. Para Carel (2001) esse fenômeno é chamado de interdependência semântica, porque, em dois tipos de encadeamentos – consecutivos (em *donc* = portanto) e concessivos (em *pourtant* = mesmo assim) -, manifestam um fato fundamental, a saber, que cada um dos segmentos encadeados toma somente seu sentido na relação com o outro. Em discursos desses dois tipos, o sentido do primeiro segmento é determinado pelo segundo segmento e vice-versa, de modo tal que não há uma relação de inferência entre os segmentos, mas de interdependência semântica. É o que explica Carel no trecho que segue:

Minha noção de argumentação nada tem a ver com aquela de inferência. Esta última, com efeito, repousa sobre uma idéia de passagem, ao fim da qual um enunciado (argumento) transmitiria sua veracidade a um novo enunciado (a conclusão). Minha noção de argumentação, ao contrário, supõe uma dependência de dois segmentos. Não há, para mim, num encadeamento argumentativo, qualquer progresso informativo. É um único ponto de vista que é desenvolvido, ou sob um ângulo normativo, ou sob um ângulo transgressivo.(...) A lingüística que eu desenvolvo procura ser estruturalista. (Carel, 2001, p. 07).

Essa nova proposta abre mão da noção de *topos* e introduz, entre outros conceitos, os de bloco semântico, de aspecto normativo e transgressivo, de argumentação interna e externa, como se verá a seguir.

A Teoria dos Blocos Semânticos sustenta a idéia central de que a argumentação está presente no sistema da língua, constituindo-se no principal elemento para apreensão do sentido dos enunciados. De acordo com Carel e Ducrot ,

A semântica estrutural implica, em efeito, que não é possível descrever as palavras através de elementos não lingüísticos. Se considerarmos que os conectores envolvem interdependência, devemos admitir que os encadeamentos só têm uma realidade discursiva. (2005, p.19-20).²²

²² La semántica estructural implica, en efecto, que no es posible describir las palabras a través de elementos no lingüísticos. Si consideramos que los conectores involucran interdependencia, debemos admitir que los encadeamientos solo tienen una realidad discursiva. (Carel y Ducrot, 2005, p 19-20).

Segundo Carel e Ducrot (2005), a principal idéia da teoria é que o sentido de uma expressão está dado pelos discursos argumentativos que podem ser encadeados a partir dessa expressão. A argumentação não é acrescentada ao discurso, mas sim constitui o sentido. Jean-Claude Anscombre e Ducrot criaram a Teoria dos *Topoi* para dar conta desse fenômeno. Marion Carel, como já foi explicitado, percebeu que, na realidade, a Teoria dos *Topoi* contrariava a ADL, pois baseava a argumentação em elementos existentes no mundo exterior, enquanto o que se tentava estabelecer é que a argumentação era de ordem puramente lingüística. Nesse sentido, pode-se entender que a Teoria dos Blocos semânticos fortaleceu a idéia da ADL de que fora do discurso as palavras não adquirem sentido, que somente o discurso pode atribuir sentido às palavras.

É assim que, também, para a TBS o sentido de uma entidade lingüística não está constituído por coisas, fatos, crenças psicológicas. Está sim fundamentado por certos discursos que essa entidade lingüística evoca. Esses discursos constituem *encadeamentos argumentativos*, os quais se definem pela articulação de dois predicados ligados pelos conectores DC (portanto) e PT (mesmo assim). Essas duas partes do encadeamento constituem um único sentido. Como se pode perceber, nos enunciados *João tem muito dinheiro DC (portanto) é feliz* e *João tem saúde DC (portanto) é feliz* não se trata da mesma felicidade. No primeiro enunciado, João é feliz devido à sua riqueza e, no segundo, é devido à sua saúde. A interpretação do primeiro e do segundo segmentos, nos dois enunciados, não é feita separadamente, pois a idéia é indecomponível. Há uma unidade semântica, ou seja, a seqüência dos dois segmentos produz sentido somente se estiverem juntos. Constituem-se, desse modo, dois blocos semânticos distintos entre si: dinheiro/felicidade e saúde/felicidade, os quais, no exemplo em foco, estão em seu aspecto normativo, podendo ser expressos, também, em seu aspecto transgressivo: *João tem muito dinheiro, PT não é feliz* e *João tem saúde PT não é feliz*. Cada aspecto tem seu recíproco. No caso do enunciado *João tem muito dinheiro DC é feliz*, o aspecto normativo recíproco seria *João não tem muito dinheiro DC não é feliz*. Já aspectos transgressivos recíprocos seriam *João não tem muito dinheiro PT é feliz* e *João tem muito dinheiro PT não é feliz*. A relação semântica argumentativa que dinheiro e felicidade constroem solidariamente pode ser expressa pelo discurso: *Quem tem dinheiro é feliz*, o qual pode ser visto positiva ou negativamente. O fato de se poder generalizar não impede que se possam expressar as exceções, pelo aspecto transgressivo (encadeamento em PT). Assim um bloco semântico

apresenta quatro aspectos: os recíprocos, positivo e negativo, e os conversos, normativo e transgressivo, como se evidenciou nos enunciados anteriores.

Mostrou-se que, na TBS, somente são admitidos dois tipos de conectores e, conseqüentemente, dois tipos de encadeamentos argumentativos: os normativos, com conectores como *portanto* (DC) e os transgressivos com conectores do tipo *mesmo assim* (PT). No entanto, um encadeamento normativo, por exemplo, não está necessariamente marcado pela expressão *portanto*. Existem outras que exercem a mesma função, como se pode observar nos enunciados:

Paulo é atencioso, portanto não terá maiores problemas.

Paulo é atencioso, então não terá maiores problemas.

A atenção de Paulo faz com que ele não tenha maiores problemas.

No caso dos encadeamentos transgressivos, isso também ocorre. É o caso dos enunciados:

Paulo é atencioso, mesmo assim teve problemas.

Embora Paulo seja atencioso, teve problemas.

Apesar de ser atencioso, Paulo corre o risco de ter problemas.

Na citação a seguir, Carel (2001) destaca uma questão fundamental para o estabelecimento da diferença entre os aspectos normativos e transgressivos:

Uma observação. (...) Em particular, segundo minha terminologia, o encadeamento *Pedro é rico, portanto é infeliz* (...) é normativo. Por certo, ele é contrário às crenças sociais. Mas isso não faz dele o que eu chamo de encadeamento transgressivo. Ele é, ao contrário, normativo, porque, tanto quanto *Pedro é rico, portanto é feliz* (...), ele vê a regra (a riqueza traz infelicidade) como uma prescrição. O encadeamento *Pedro é rico, portanto é infeliz* deve, então, ser bem diferenciado de *Pedro é rico, mesmo assim é infeliz*: o primeiro contradiz a regra segundo a qual a riqueza traz felicidade; o segundo se contenta em desobedecê-la. (Carel, 2001, p. 04).

Cumprir referir, ainda, que, na construção do bloco semântico, deve-se considerar a existência dos dois modos de argumentar de uma entidade lingüística: o externo e o

interno. Segundo Ducrot (2002), a argumentação externa é tida como a pluralidade dos aspectos constitutivos do sentido da entidade na língua, e que são a ela ligados de modo externo. Em outras palavras, refere-se aos encadeamentos argumentativos que podem anteceder ou seguir essa entidade. Por isso a argumentação externa (AE) pode ser AE à direita e AE à esquerda. Confirmam-se os exemplos:

É prudente DC (portanto) não terá acidentes.
(não terá acidentes: AE à direita de prudente)

Revisa o carro DC (portanto) é prudente.
(revisa o carro: AE à esquerda de prudente)

Graeff (2005) expõe o caso da palavra *economizar*: pode-se dizer que o aspecto normativo *economiza DC adquire coisas* e o aspecto transgressivo *economiza PT não adquire coisas* constituem a sua AE à direita, enquanto sua AE à esquerda seria *não gasta DC economiza e gasta PT economiza*. O que se observa, nesse exemplo, é que na AE à esquerda, há uma modificação da regra que é expressa pela AE à direita: se uma argumentação externa de uma entidade X (como em *Economiza DC adquire coisas*) contém o aspecto normativo, ela contém também o transgressivo e vice-versa. Ducrot (2000) explica essa diferença e o que muda na comparação das duas:

Quando se trata do aspecto externo à esquerda de uma entidade, a regra que precede, motivada pela preocupação geral de substituir a ordem da realidade pela ordem do discurso, aplica-se ainda, mas exige uma pequena reformulação: se a AE da entidade X contém “Y CONN X”, ela contém o aspecto dito “transposto”, que é “neg-Y CONN’ X”. Assim a AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente “ter pressa DC apressar-se”, mas igualmente “neg-ter pressa PT apressar-se”. (p. 09).

Ducrot e Carel, na formulação da Teoria dos Blocos Semânticos, acrescentam que a argumentação interna (AI) de uma entidade lingüística é um encadeamento em DC ou PT que parafraseia essa entidade. Sublinham que a entidade em questão não pode ser um segmento do encadeamento. Assim, uma AI de *prudente* seria *perigo DC desistir*, ou *perigo DC precaução*, entre outras que podem ser criadas, dependendo da situação.

Carel (1997) mostra que a Teoria dos Blocos Semânticos pode ser considerada uma semântica argumentativa que possibilita construir sentido através da lexicalização. Dessa forma há a possibilidade de se descrever não apenas o enunciado, como se previa anteriormente, mas também o léxico de uma língua. E foi esse fato que levou Ducrot e Carel a desenvolverem, nesse momento da teoria, conceitos lingüísticos de argumentação externa (AE) e argumentação interna (AI) das palavras. A diferença entre ambas está no aspecto converso, que é possível apenas na argumentação externa (AE). Assim, essa argumentação pode apresentar o seu aspecto X DC Y e, também, o seu aspecto converso X PT neg Y, o que não é possível na argumentação interna (AI), em que apenas um dos aspectos é possível.

As observações feitas até aqui mantêm e reiteram a idéia fundamental da Teoria da Argumentação da Língua de que a linguagem não descreve diretamente a realidade, ou seja, de que a linguagem não é objetiva, ressaltando a descrição argumentativa, feita por meio da atitude do locutor e do chamado que este faz ao interlocutor, aspecto subjetivo e intersubjetivo da linguagem, por meio dos quais as palavras impõem a visão argumentativa discursiva da realidade.

Com base nas idéias expostas até aqui: do dialogismo de Bakhtin e da Teoria da Argumentação da Língua, de Ducrot e colaboradores, a seguir apresentaremos as análises de três letras de músicas de Chico Buarque de Holanda, para que, assim, possamos verificar como as duas teorias funcionam na prática de leitura, ou seja, como podem contribuir para um melhor entendimento de textos.

3. ANÁLISES ARGUMENTATIVAS E DIALÓGICAS DAS LETRAS DAS MÚSICAS

Optou-se por separar as análises em duas partes: a primeira será composta pelas análises argumentativas de cada uma das letras de música selecionadas e a segunda parte será constituída pelas análises dialógicas. Apesar disso, é importante destacar que se decidiu apresentar primeiramente a teoria da Argumentação da Língua, pois possibilita uma análise intralingüística e as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin possibilitam uma análise extralingüística, fundada na interação. Cumpre destacar que a análise dialógica parte do exterior à língua, uma vez que o signo é um índice social de valor apontando para a ideologia e a história. A análise argumentativa, por sua vez, estuda as possibilidades argumentativas que se concretizam nos enunciados. Barbisan (2004) esclarece que, para a ADL, o sentido do enunciado é argumentativo, construído a partir da língua. Os conceitos de Blocos Semânticos e polifonia nortearam as análises argumentativas.

Foram selecionadas três letras de músicas, de Chico Buarque de Holanda, compostas no período em que o Brasil enfrentava a ditadura militar. A escolha pelas letras de Chico Buarque de Holanda ocorreu devido ao fato do ano de 2008, completar 40 anos do *Ato Institucional* (AI 5²³), contra o qual Chico Buarque se manifestou por meio de várias canções. Nas análises, encontram-se numeradas na seguinte ordem:

TEXTO I – Apesar de Você

TEXTO II – Cálice

TEXTO III – Samba de Orly

²³ O Ato Institucional nº. 5, ou simplesmente AI 5, foi instaurado durante o governo de Arthur da Costa e Silva - 15 de março de 1967 à 31 de agosto de 1969, entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. O mais abrangente e autoritário de todos os outros atos institucionais, revogou os dispositivos constitucionais de 67 e reforçou os poderes discricionários do regime militar. O Ato vigorou até 31 de dezembro de 1978.

Escolheram-se as referidas letras de música, intencionalmente, uma vez que as três apresentam situações em que o contexto da ditadura militar se faz presente e, dessa forma, estão inseridas em um contexto mediato semelhante, que refletem e refratam uma ideologia contrária à forma de governo autoritária e opressora, o que interessa à análise na perspectiva dialógica.

3.1 Análises argumentativas das letras das músicas “Apesar de você”, “Cálice” e “Samba de Orly”

Como já se explicitou, primeiramente todas as letras são analisadas pelo viés argumentativo e, posteriormente, pelo viés dialógico. Relativamente à análise argumentativa, em todas as letras aqui analisadas é possível construir blocos semânticos constituídos por encadeamentos cujos encadeamentos são semanticamente interdependentes, construindo sentidos, que apresentam certa relação entre si. Como procedimento metodológico, as análises farão o resgate da argumentação presente no discurso das letras selecionadas, para assim explicitar o sentido. É importante destacar que o pesquisador que utiliza a ADL, tem consciência de que o discurso expressa um ponto de vista a respeito de um determinado assunto, permitindo que se conheçam todos os outros pelas relações desse encadeamento com os outros do mesmo quadrado argumentativo e, às vezes, também do quadrado contrário, que representa outro bloco semântico. Além de reconstruir o sentido a partir do que está expresso discursivamente, o pesquisador vai explicá-lo linguisticamente, ou seja, realizará uma ação “metadiscursiva”.

Destaca-se da ADL, a versão técnica atual, a Teoria dos Blocos Semânticos, com as noções de encadeamentos argumentativos que constituem o quadrado argumentativo; de argumentação interna e externa; destacam-se, também, noções da Teoria da Polifonia; bem como descrições polifônicas e argumentativas da pressuposição e da negação. Nas análises, foram selecionados trechos a partir dos quais fosse possível evocar um encadeamento argumentativo que, segundo a TBS, corresponde a um átomo de significação. Assume-se que enunciados com diferentes materialidades lingüísticas possam ser reduzidos a uma mesma argumentação, isto é, encadeamentos em PT ou em DC. Posteriormente, constitui-

se, a partir do encadeamento evocado, o quadrado argumentativo do bloco que contém os aspectos normativos e transgressivos, com as relações de reciprocidade, conversão e transposição que se podem estabelecer entre eles e fez-se a análise dos trechos selecionados, destacando-se a polifonia que advém da relação entre aspectos conversos e recíprocos e transpostos, se for o caso.

3.1.1 Análise argumentativa da letra da música “Apesar de Você”

TEXTO I - Apesar de Você (1972)

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda,
Falou, ta falado,
Não tem discussão,
A minha gente hoje anda,
Falando de lado,
E olhando pro chão, viu,

Você que inventou esse estado
Inventou de inventar,
Toda a escuridão,
Você que inventou o pecado,
Esqueceu-se de inventar,
O perdão.

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Eu pergunto a você,
Onde vai se esconder,
Da enorme euforia,
Como vai proibir,
Quando o galo insistir
Em cantar,
Água nova brotando,
E a gente se amando,
Sem parar.

Quando chegar o momento,
Esse meu sofrimento,
Vou cobrar com juros, juro,
Todo esse amor reprimido,
Esse grito contido,
Este samba no escuro,
Você que inventou a tristeza,
Ora, tenha fineza,
De desinventar,
Você vai pagar e é dobrado,
Cada lágrima rolada,
Nesse meu penar.

Apesar de você,
Amanhã há de ser
Outro dia,
Inda pago pra ver,
O jardim florescer,
Qual você não queria,
Você vai se amargar,
Vendo o dia raiar,
Sem lhe pedir licença,
E eu vou morrer de rir,
Que esse dia há de vir,
Antes do que você pensa.
Apesar de você!

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Você vai ter que ver,
A manhã renascer,
E esbanjar poesia,
Como vai se explicar,
Vendo o céu clarear,
De repente, impunemente,
Como vai abafar,
Nosso coro a cantar,
Na sua frente.
Apesar de você!

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Você vai se dar mal....

Etcetera e tal.....
La laia, la laia, la laia

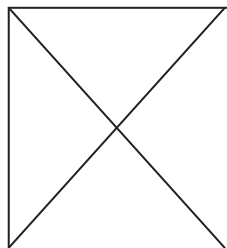
Trecho 1 -

*Hoje você é quem manda,
Falou, ta falado,
Não tem discussão,
A minha gente hoje anda,
Falando de lado,
E olhando pro chão, viu.*

O locutor inicia a música unindo os predicados **mandar** e **fazer**, construindo um bloco semântico cujo encadeamento argumentativo evoca o aspecto transgressivo recíproco desse bloco e constrói uma argumentação interna de **desobedecer**, como se pode observar no esquema:

Manda DC (=portanto) faz

Não manda DC (=portanto) não faz



Não manda PT(=mesmo assim) faz

Manda PT (=mesmo assim) não faz,

(desobedece)

Na primeira estrofe, é explicitado o hoje como um tempo em que há alguém que manda de maneira autoritária, e por isso, as pessoas são obrigadas a obedecer, fazendo evocar o aspecto normativo do bloco anterior: **Manda DC (=portanto) faz** e construindo a argumentação interna de **obedecer**

Trecho 2 -

*Você que inventou esse estado
 Inventou de inventar,
 Toda a escuridão,
 Você que inventou o pecado,
 Esqueceu-se de inventar,
 O perdão.*

Na segunda estrofe, quando constrói os versos acima, o locutor afirma que quem “inventou esse estado”(de obediência), inventou o que não podia,ou seja, a tristeza, a repressão, o pecado (era pecado desobedecer). Dessa forma é construída a argumentação interna das palavras pecar (**é proibido PT faz**) e perdoar (**pecar PT não punir**).

Trecho 3 -

*Eu pergunto a você,
 Onde vai se esconder,
 Da enorme euforia,
 Como vai proibir,
 Quando o galo insistir
 Em cantar,
 Água nova brotando,
 E a gente se amando,
 Sem parar.*

Nessa terceira estrofe, o locutor volta a dirigir seu olhar para o amanhã, através do aspecto transgressivo do bloco construído anteriormente para enfatizar que o que está por vir trará alegrias. Ele utiliza estruturas transgressivas para expor idéias argumentativas semelhantes, relacionadas à desobedecer.

Manda PT (=mesmo assim) não faz	{	Manda o galo não cantar PT cantará
(Manda calar, mesmo assim, não cala)		Manda água nova não surgir PT ela surgirá
		Manda as pessoas não se amarem PT se amarão

Segundo Ducrot e Carel (2008), uma palavra ou frase, consideradas como entidades da língua, não podem evocar, como seu segmento, um encadeamento normativo sem evocar ao mesmo tempo o encadeamento transgressivo correspondente e inversamente.

Portanto nos encadeamentos transgressivos acima também podem ser encontrados os seus encadeamentos normativos correspondentes, que são:

Você não quer que o galo cante DC não cantará

Você não quer que o dia surja DC não surgirá

Você não quer que as pessoas se amem DC não se amarão

Os autores acima, explicam que não se pode apresentar, no discurso, um enunciado como suporte de um encadeamento transgressivo fundamentado na sua significação sem admitir ao mesmo tempo a possibilidade do encadeamento normativo correspondente, porque os dois encadeamentos estão igualmente inscritos como possibilidades na significação da frase realizada como enunciado. É importante salientar que dois encadeamentos são ditos “correspondentes” quando eles se distinguem pelo conector e pela introdução de uma negação, como pode ser observado nos encadeamentos acima e melhor ainda no bloco que segue.

É possível observar, também, que a negação é um aspecto converso do bloco, evidenciando que a afirmação está presente na negação e vice-versa, ou seja, faz parte do mesmo bloco, como se pode observar dos aspectos normativos e transgressivos abaixo:

Você não quer que o galo cante DC não cantará



Você não quer que o galo cante PT cantará

Trecho 4 -

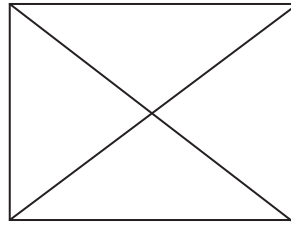
*Quando chegar o momento,
Esse meu sofrimento,
Vou cobrar com juro, juro,
Todo esse amor reprimido,
Esse grito contido,
Este samba no escuro,*

*Você que inventou a tristeza,
Ora, tenha fineza,
De desinventar,
Você vai pagar e é dobrado,
Cada lágrima rolada,
Nesse meu penar.*

Na quarta estrofe é introduzido o bloco contrário: **mandar X não fazer** e é comparado o hoje com o amanhã, com o objetivo de mostrar que, no futuro, aquele que manda hoje, perderá a autoridade, isto é, seu poder não será reconhecido. O poder será substituído, haverá outra forma de governo.

manda DC não faz

não manda DC faz



Não manda PT não faz

manda PT faz

O locutor segue a música, argumentando que, aquele que está impondo ordens e mandando hoje, amanhã ninguém o obedecerá.

Trecho 5 -

*Apesar de você,
Amanhã há de ser
Outro dia,
Inda pago pra ver,
O jardim florescer,
Qual você não queria,
Você vai se amargar,
Vendo o dia raiar,
Sem lhe pedir licença,
E eu vou morrer de rir,
Que esse dia há de vir,
Antes do que você pensa.
Apesar de você!*

O sentido é construído mais uma vez com o aspecto transgressivo recíproco no bloco **mandar e fazer: manda PT não faz**. E as estruturas transgressivas reaparecem, destacando a idéia: você não quer, PT vai ser feito.

Você não quer que o jardim floresça PT florescerá.

Você não quer que o dia surja, PT ele surgirá.

Você não quer ver o amanhã renascer, PT vai enxergar.²⁴

Trecho 6 -

*Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Você vai se dar mal...*

Na última estrofe é reiterado o bloco contrário de **mandar DC fazer: manda DC não obedece**. O primeiro une os predicados: **reconhece a autoridade PT não faz** (reconhece, mas desobedece), enquanto o segundo une: **manda DC não faz** (não reconhece a autoridade, muda a ordem de quem manda). Dessa forma fica claro que o mundo de hoje exige desobediência, pois há alguém que manda e quer que suas ordens sejam cumpridas, mas ao mesmo tempo, é mencionado o amanhã como o tempo em que não será mais necessário desobedecer, porque não haverá aquele que manda, ou seja, autoritarismo.

²⁴ De acordo com Ducrot e Carel (2008), anteriormente à TBS, a polifonia somente descrevia o enunciado negativo “não p”, de dois enunciadores ligados, um a “p”, outro à recusa de “p”. Com a TBS, passou-se a descrever a parte positiva “p” por três tipos de entidades argumentativas, se é levado a associá-la a pelo menos três enunciadores. Multiplicação que se tornou inevitável pelo fato de que os pontos de vista desses “enunciadores positivos” são transformados de modo diferente pela ação, sobre eles, da negação. Do mesmo modo, os enunciadores ligados ao caráter negativo do enunciado serão, também eles, pelo menos três, cada um dos quais “responde” a um dos enunciadores positivos.

3.1.2 Análise argumentativa da letra de música “Cálice”

TEXTO II - CÁLICE (1973)

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta

Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa

De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil, pai, abrir a porta
 Essa palavra presa na garganta
 Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade
 Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade

Talvez o mundo não seja pequeno
 Nem seja a vida um fato consumado
 Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer do meu próprio veneno
 Quero perder de vez tua cabeça
 Minha cabeça perder teu juízo
 Quero cheirar fumaça de óleo diesel
 Me embriagar até que alguém me esqueça

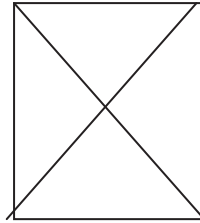
Trecho 1 –

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue

No início da letra, em seu refrão, o locutor se dirige a um enunciatário (Pai), por meio do enunciador E1, com o qual concorda e assimila. O ponto de vista desse enunciador é de que o “cálice de vinho tinto de sangue” deve ser afastado. Pela pressuposição, presente nesse segmento lingüístico, é possível constituir o encadeamento do trecho em foco: **afastar o cálice DC ser ruim**, como se pode observar no bloco:

afastar o cálice DC ser ruim

não afastar o cálice DC não ser ruim



não afastar o cálice PT ser ruim

afastar o cálice PT não ser ruim

A entidade lingüística “vinho tinto de sangue”, aqui, refere-se a algo negativo e, por isso, a rejeição e o desejo de distanciamento. Percebe-se, então, que o cálice, a que o locutor se refere, não é bom para ele, ou seja, prejudica-o de alguma forma. Verifica-se também, na letra, um caso de homonímia entre os homófonos: cálice e cale-se. Pelas relações discursivas é possível distinguir cale-se de cálice.

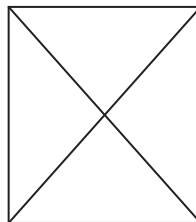
Trecho 2 –

Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta

No terceiro verso do trecho acima, é possível reconhecer um bloco semântico, unindo ao aporte (ou conseqüente) do bloco acima a palavra “cale-se”, homófona de “cálice”. Como no bloco anterior, é evocado o aspecto normativo: **calar-se DC ser ruim**. Observe:

calar-se DC ser ruim

não se calar DC não ser ruim



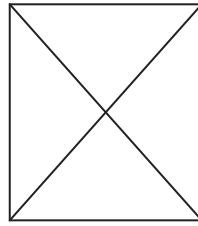
não se calar PT ser ruim

calar-se PT não ser ruim

Neste trecho 2, o locutor une os predicados **silenciar X obedecer** e faz evocar o seu aspecto normativo, que é **silenciar DC obedecer**, conforme o bloco:

silenciar DC obedecer

não silenciar DC não obedece



não silenciar PT obedece

silenciar PT não obedece
 (desobedece)

O locutor acrescenta que o “cálice de vinho tinto de sangue” é uma bebida amarga e é comparada com a dor, a labuta, o silêncio. Silêncio, tido como uma ordem a ser cumprida, ou seja, uma obediência. Assim passa a ser criticado constantemente ao longo de toda letra.

No terceiro verso da primeira estrofe: *Mesmo calada a boca, resta o peito*, o locutor também evoca o aspecto transgressivo do bloco anterior através do encadeamento **silenciar PT não obedecer**, ou seja, há a ordem de fazer silêncio, mesmo assim não se silenciam os sentimentos ou pensamentos. Então há o ato de não silenciar, constituindo uma argumentação interna da palavra “desobedecer”, encontrada no aspecto transgressivo converso do bloco acima.

Trecho 3-

De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta

Nos versos acima, há a presença do pressuposto *ser filho da outra é bom*. Dessa forma pode-se concluir que: **não é bom ser filho da santa DC é bom ser filho da outra**. Nesses versos, o locutor assume que, apesar de estar vivenciando um momento ruim, de proibições, de silêncio, há, também, uma situação oposta, ou seja, uma outra forma de viver, menos morta, sem mentiras, sem força bruta, sem o silêncio, com liberdade de expressão e, por isso, discorda da realidade que o obriga a se calar.

Trecho 4 –

Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado

Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa

No início da segunda estrofe: *Como é difícil acordar calado / Se na calada da noite eu me dano / Quero lançar um grito desumano / Que é uma maneira de ser escutado*, o locutor evoca o bloco **silenciar X obedecer** no modo normativo recíproco: **não silenciar DC não obedecer**. O segmento **não obedecer** tem o sentido de **não ter liberdade** e expõe o desejo “gritar” e ser escutado, além de expor a dificuldade de ficar calado.

No final da estrofe, com os versos: *Esse silêncio todo me atordoa / Atordoado eu permaneço atento / Na arquibancada pra a qualquer momento / Ver emergir o monstro da lagoa*, mais uma vez o locutor assume o aspecto transgressivo: **silenciar PT não obedecer**, onde volta a mencionar que, apesar de o silêncio atordoar, ele fica atento, ou seja, não silencia e portanto não obedece. Ficar atento é uma forma de desobedecer, isto é, de fazer o que é proibido.

Trecho 5 –

De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta

Na terceira estrofe, em que é relatado o fato de a “porca estar muito gorda e por isso não andar, bem como o fato de a faca não cortar por estar muito usada”, o locutor continua permitindo evocar o aspecto transgressivo: **silencia PT não obedece**, que autoriza a relacionar a um contexto em que a proibição já não é mais tão eficiente, ou seja, que, mesmo exigindo autoridade e intimidando, há aqueles que não cumprem suas ordens e, por isso, o poder vai se desgastando.

Trecho 6 -

Como é difícil, pai, abrir a porta
 Essa palavra presa na garganta
 Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade
*Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade*

Nesses versos, o locutor assume, mais uma vez, o aspecto transgressivo **silencia PT não obedece** em que evidencia que, mesmo em silêncio, ou melhor, calado, os pensamentos estão livres, podendo opinar e questionar, descumprindo, assim, a ordem de fazer silêncio.

Trecho 7 -

Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça

Na última estrofe, com o verso *Talvez o mundo não seja pequeno*, o locutor põe em cena um enunciador, E1, segundo o qual *o mundo é pequeno* e, dessa forma, constrói o encadeamento **Diz-se que o mundo é pequeno DC o mundo é pequeno**. Assim, mais uma vez, pode-se perceber que o pressuposto é o aporte do encadeamento. O locutor põe, também, um enunciador, E2, segundo o qual **o mundo não é pequeno DC não é**, com o qual se assimila e cujo ponto de vista assume; no enunciado: *Talvez o mundo não seja tão pequeno*. Um encadeamento semelhante pode ser construído com o segundo verso (*Talvez*) *a vida não seja um fato consumado*, onde o locutor põe em cena um enunciador, E1, segundo o qual *a vida é um fato* e, dessa forma, constrói o encadeamento **Diz-se que a vida é um fato consumado DC ela é um fato consumado**. O locutor põe em cena, também, um enunciador, E2, segundo o qual **a vida não é um fato consumado DC ela não é**, com o qual se assimila e cujo ponto de vista assume; no enunciado (*Talvez*) *a vida não seja um fato consumado*.

Os demais versos *Quero inventar meu próprio pecado / Quero morrer do meu próprio veneno / Quero perder de vez tua cabeça / Minha cabeça perder teu juízo / Quero cheirar fumaça de óleo diesel / Me embriagar até que alguém me esqueça* podem ser considerados argumentações externas à direita dos segmentos **Talvez o mundo não seja pequeno** e **Talvez a vida não seja um fato**. Por exemplo:

Talvez {
o mundo é pequeno DC quero inventar meu próprio pecado
o mundo não é pequeno DC quero inventar meu pecado

e

Talvez { a vida é um fato consumado DC morrer do meu próprio veneno
 a vida não é um fato consumado DC morrer do meu próprio veneno

Nos encadeamentos acima, o locutor põe em cena dois enunciadores, cujos pontos de vista são encadeamentos recíprocos (no caso em DC, positivo e negativo) e, dessa forma, o locutor se assimila ao *lambda*, que para Ducrot e Carel (2008) é o ser no mundo, mas diferente do sujeito empírico.

Nessa letra também pode ser comprovada a idéia chave da ADL de que somente o discurso pode atribuir sentido às palavras, fora dele, por exemplo, a palavra “cálice” fica impossibilitada de ser relacionada com o verbo calar-se, como acontece aqui.

3.2.2 Análise argumentativa da letra da música “Samba de Orly”

TEXTO III - Samba de Orly (1970)

Vai meu irmão
 Pega esse avião
 Você tem razão
 De correr assim
 Desse frio
 Mas beija
 O meu Rio de Janeiro
 Antes que um aventureiro
 Lance mão

Pede perdão
 Pela duração (Pela omissão)*
 Dessa temporada (Um tanto forçada)*
 Mas não diga nada
 Que me viu chorando
 E pros da pesada
 Diz que eu vou levando
 Vê como é que anda
 Aquela vida à toa
 E se puder me manda
 Uma notícia boa

* Versos originais vetados pela censura

Trecho 1 –

Vai meu irmão
 Pega esse avião
 Você tem razão
 De correr assim
 Desse frio

O locutor inicia a letra pondo em cena um enunciador, E1, cujo ponto de vista assume (de que o irmão pode ir embora) e ao qual assimila. Nesse sentido, é construído um bloco semântico que une os predicados **estar frio x ir embora** e evocado o sentido normativo: **estar frio DC ir embora**, conforme o bloco:

estar frio DC ir embora

não estar frio DC não ir embora



não estar frio PT ir embora

estar frio PT não ir embora

Ao argumentar: *Você tem razão / de correr assim / desse frio* o locutor concorda com a atitude do *irmão* de ir embora, nesse sentido, a entidade lingüística “frio” é vista como um motivo para que ele vá embora.

No trecho 2 –

Pede perdão
Pela duração (Pela omissão)*
Dessa temporada (Um tanto forçada)*

Versos originais vetados pela censura

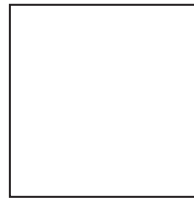
No início da segunda estrofe é evocado o aspecto converso do bloco anterior, ou seja, uma negação: **estar frio PT não ir embora** e, dessa forma, constrói a argumentação interna de *temporada forçada ou omissão forçada*, que é **estar no frio PT querer ir embora**. Considerando que a argumentação interna é uma paráfrase, a permanência no frio, é tida como uma temporada, ou omissão forçada. A entidade lingüística “frio” associa-se a “ir embora”. Nesse sentido o enunciado expõe que o locutor está longe e quer ir embora, ou seja, deseja sair do frio. Assim o encadeamento **estar frio PT querer ir embora** autoriza a relacionar o segmento **querer ir embora** a “sair de lá”.

Trecho 3 –

Mas não diga nada
Que me viu chorando

Na entidade lingüística “*não diga nada que me viu chorando*”, há a presença do pressuposto **viu chorando**. A partir desse pressuposto do enunciado anterior *não diga nada que me viu chorando*, é construído o bloco semântico **viu chorando DC dizer que chora**, mas na letra é evocado o aspecto transgressivo: **viu chorando PT não dizer que chora**, expressando uma negação: **não dizer que chora**. Ducrot e Carel (2008) esclarecem que o enunciado negativo, que no caso é **viu chorando PT não dizer que chora**, deverá conservar o suporte do enunciado positivo, que neste caso é **viu chorando**. Observe no bloco:

viu chorando DC dizer que chora não viu chorando DC não dizer que chora



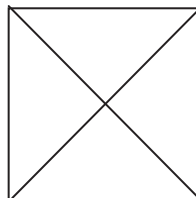
não viu chorando PT dizer que chora **viu chorando PT não dizer que chora**

Trecho 4 –

E se puder me manda
Uma notícia boa

Com os dois últimos versos, *E se puder / me manda / uma notícia boa*, há a presença de dois enunciadores: **pode DC manda uma notícia boa** e **não pode DC não manda uma notícia boa**, que constituem os aspectos normativos recíprocos de um mesmo bloco, mas o locutor não se posiciona entre nenhum dos dois, revelando uma expressão de condição. Observe no bloco:

pode DC manda uma notícia boa **não pode DC não manda uma notícia boa**



não pode PT manda uma notícia boa pode PT não manda uma notícia boa

Na letra as marcas lingüísticas confirmam o ponto de vista de Ducrot em relação ao fato de que a língua não tem função informativa, mas sim argumentativa. O locutor, durante toda a letra, constrói argumentações a partir do sistema da língua, ou seja, a argumentação não é acrescentada, mas constitui o sentido.

3.2 Análises dialógicas das letras das músicas “Apesar de você”, “Cálice” e “Samba de Orly”

As análises dialógicas pretendem reiterar a idéia do dialogismo de Bakhtin, presente nos trechos selecionados, em que se possa evidenciar mais claramente o caráter social ideológico da linguagem, bem como o reconhecimento da interação entre locutor e interlocutor na construção do sentido e do acento apreciativo que, de acordo com Flores e Teixeira (2005), é transmitido através da entonação expressiva, que diz respeito à relação individual entre o locutor e o objeto do discurso.

O dialogismo é uma concepção de linguagem e tem como base a interação, não necessariamente face a face, mas que sempre necessita de um eu/tu/ele inseridos em um tempo e em um espaço. O dialogismo engloba a idéia das relações dialógicas, que ultrapassam a interlocução, podendo incluir a relação entre outros discursos, entre cronotopos diferentes e entre olhares exotópicos, dando conta de que o signo é sócio-ideológico e, como tal, reflete e refrata pontos de vista diversos, conforme os diferentes contextos em que ele é enunciado. O signo porta valores, entonações diferentes, que revelam a heteroglossia, a plurissignificação e a polifonia.

Barros (1996) destaca que Bakhtin aponta no enunciado-discurso dois aspectos: o que vem da língua e o que vem do contexto. O enunciado é considerado produto de uma enunciação e de um contexto histórico, social e cultural. É, nesse contexto, que participantes interagem verbalmente com seus enunciados de forma concreta e ativa. O discurso que resulta desse processo é dialógico, pois requer reação-resposta ativa daquele a quem são destinados os enunciados. Portanto tanto o contexto mediato, quanto o mediato são de suma importância para a construção de sentido.

Nas análises a seguir, primeiramente, é reconhecida a realidade extraverbal da letra, sendo parte constituinte dos contextos mediato e imediato, denominados também como centros de valor. Após estabelecer a estratificação histórica e social da natureza dialógica da linguagem, busca-se detectar, no nível lingüístico, o sentido negociado para cada trecho selecionado das letras das músicas, com base nos conceitos de contexto mediato e imediato, polifonia, interdiscursividade, cronotopia, exotopia e índice social de valor.

3.2.1 Análise dialógica da letra da música “Apesar de Você”

TEXTO I - Apesar de Você (1972)

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda,
Falou, tá falado,
Não tem discussão,
A minha gente hoje anda,
Falando de lado,
E olhando pro chão, viu,

Você que inventou esse estado
Inventou de inventar,
Toda a escuridão,
Você que inventou o pecado,
Esqueceu-se de inventar,
O perdão.

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Eu pergunto a você,
Onde vai se esconder,
Da enorme euforia,
Como vai proibir,
Quando o galo insistir
Em cantar,
Água nova brotando,
E a gente se amando,
Sem parar.

Quando chegar o momento,
Esse meu sofrimento,
Vou cobrar com juro, juro,
Todo esse amor reprimido,
Esse grito contido,
Este samba no escuro,
Você que inventou a tristeza,
Ora, tenha fineza,
De desinventar,
Você vai pagar e é dobrado,
Cada lágrima rolada,
Nesse meu penar.

Apesar de você,
Amanhã há de ser
Outro dia,
Inda pago pra ver,
O jardim florescer,
Qual você não queria,
Você vai se amargar,
Vendo o dia raiar,
Sem lhe pedir licença,
E eu vou morrer de rir,
Que esse dia há de vir,
Antes do que você pensa.
Apesar de você!

Apesar de você,
 Amanhã há de ser,
 Outro dia,
 Você vai ter que ver,
 A manhã renascer,
 E esbanjar poesia,
 Como vai se explicar,
 Vendo o céu clarear,
 De repente, impunemente,
 Como vai abafar,
 Nosso coro a cantar,
 Na sua frente.
 Apesar de você!

Apesar de você,
 Amanhã há de ser,
 Outro dia,
 Você vai se dar mal...

 Etcetera e tal....
 La laia, la laia,la

Para iniciar a análise da música, dentro da visão do dialogismo bakhtiniano, é preciso, em primeiro lugar, situá-la no seu contexto mediato, ou seja, em um ambiente de repressão, em que a ditadura, como forma de governo opressor, proíbe e “dita” as regras. Como muito bem postula Bakhtin/Voloshínov (2006) “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” (p. 109). Por isso é fundamental que se conheça o contexto sócio-histórico em que a música foi produzida. A obra foi composta por Chico Buarque de Hollanda, como forma de manifestação contra a ditadura militar e direcionada especialmente ao presidente Médici. A censura aprovou a letra, pois de acordo com o livro *Chico Buarque. Letra e música*, foi entendido que se referia a uma mulher extremamente mandona, mas, posteriormente, um jornal insinuou que a mesma referia-se ao presidente, por isso, foi proibida e Chico Buarque buscou exílio na Itália.

Trecho 1 –

Amanhã vai ser outro dia
 Amanhã vai ser outro dia
 Amanhã vai ser outro dia

O fato de a letra iniciar com o verso “amanhã há de ser outro dia”, revela um sentimento de esperança e certeza de que uma mudança estava por acontecer. Aqui pode ser observada uma relação dialógica entre toda melancolia do presente e os dias melhores que estavam por vir. A palavra *amanhã* está relacionada a um tempo futuro que não corresponde ao sentido que normalmente lhe é atribuído, está relacionada a um tempo um pouco mais distante, mas que não demorará muito para chegar, ou seja, o *amanhã* se refere a um tempo diferente (melhor) daquele em que a música foi escrita. A palavra “hoje”, na segunda estrofe, pode ser analisada de forma semelhante: o *hoje* também não se refere ao

dia de hoje, e sim ao momento sócio-histórico em que a música está inserida e que é analisado negativamente pelo locutor, como pode ser observado na estrofe:

Trecho 2-

Hoje você é quem manda,
Falou, tá falado,
Não tem discussão,
A minha gente *hoje* anda,
Falando de lado,
E olhando pro chão, viu

Ao longo de toda letra, percebe-se o diálogo entre aquele que escreve, defendendo a liberdade de expressão, e aquele a quem a música se refere, representando o governo militar. O lugar social de cidadão contra o governo, que o narrador ocupa no texto analisado, faz parte do contexto imediato, que está marcado pela insatisfação e revolta dos intelectuais.

Trecho 3-

Você que inventou esse estado
Inventou de inventar,
Toda a escuridão,
Você que inventou o pecado,
Esqueceu-se de inventar,
O perdão.

Na estrofe acima, o locutor utiliza o pronome “você” para se referir ao governo militar através de uma linguagem popular e informal, pois, assim, a música poderia estar narrando uma discussão entre namorados, caso o objetivo principal da letra, que era posicionar-se contra a ditadura militar, fosse descoberto pelo governo. E, conforme o livro de Chico Buarque “Letra e música” foi exatamente isso que aconteceu, mas a explicação de Chico, argumentando que o “você” estaria se referindo a uma mulher extremamente autoritária, não convenceu a censura.

Nesse trecho está clara a presença da polifonia, conceituada por Barros (2003), como as vozes que estão em constante diálogo no interior do texto. Elas estão explícitas e são abertamente mostradas: o discurso de quem defende e luta pela democracia contra o discurso de quem proíbe e escraviza. E, ao mesmo tempo, se pode evidenciar o discurso do namorado ofendido contra o discurso e as atitudes autoritárias da namorada.

A quarta estrofe pode ser analisada de forma semelhante, mas com mais evidência da ambigüidade. Confira-se:

Trecho 4 -

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Eu pergunto a você,
Onde vai se esconder,
Da enorme euforia,
Como vai proibir,
Quando o galo insistir
Em cantar,
Água nova brotando,
E a gente se amando,
Sem parar.

A voz do povo revoltado questionando o governo opressor sobreposta à voz do namorado insatisfeito com uma companheira autoritária pode ser uma prova da mescla de duas situações de diálogo. As metáforas empregadas na estrofe acima constroem duplos sentidos, possibilitando que a palavra *galo* e *água*, por exemplo, possam ser interpretadas de diversas maneiras.

Em determinados momentos, o narrador posiciona-se externamente em relação ao contexto imediato da música para que, através de um olhar exotópico possa completar o sentido da letra. Observe

Trecho 5 -

Quando chegar o momento,
Esse meu sofrimento,
Vou cobrar com juro, juro,
Todo esse amor reprimido,
Esse grito contido,
Este samba no escuro,
Você que inventou a tristeza,
Ora, tenha fineza,
De desinventar,
Você vai pagar e é dobrado,
Cada lágrima rolada,
Nesse meu penar.

Aqui o locutor afirma que todas as injustiças cometidas pelo governo serão “pagas” por ele. O olhar que vem de fora, ou seja, o olhar posterior à ditadura, faz com que o sentido se complete. O locutor se coloca num tempo futuro, onde poderá cobrar as injustiças que estão sendo cometidas naquela realidade. O excedente de visão tido como o olhar exterior, pode melhor avaliar e dar uma opinião mais completa e ampla sobre determinada circunstância. O que também pode ser comprovado nas estrofes seguintes

Trecho 6 -

Apesar de você,
Amanhã há de ser
Outro dia,
Inda pago pra ver,
O jardim florescer,
Qual você não queria,
Você vai se amargar,
Vendo o dia raiar,
Sem lhe pedir licença,
E eu vou morrer de rir,
Que esse dia há de vir,
Antes do que você pensa.
Apesar de você!

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Você vai ter que ver,
A manhã renascer,
E esbanjar poesia,
Como vai se explicar,
Vendo o céu clarear,
De repente, impunemente,
Como vai abafar,
Nosso coro a cantar,
Na sua frente.
Apesar de você!

Outra questão bastante importante a ser observada é o índice social de valor. A música atribui valor positivo à liberdade de expressão e valor negativo à opressão e à censura. Esse fato revela a forte presença de uma ideologia contrária à ditadura. Como pode ser comprovado na leitura da última estrofe

Trecho 7 -

Apesar de você,
Amanhã há de ser,
Outro dia,
Você vai se dar mal....

É oportuno lembrar, também, que o olhar do leitor em relação à letra é fundamental para a construção de sentidos. Certamente o leitor de hoje fará uma interpretação bem mais abrangente daquela que o leitor da época em que a música foi composta fez. Isso porque, segundo Bakhtin (2003), a distância no tempo, no espaço, e também na cultura entre o que se busca compreender é que leva a uma compreensão criativa. Em consonância com as idéias de Tezza(2001), ao identificar o cronotopo da produção discursiva em questão, identifica-se automaticamente sua cultura e sua visão de mundo.

Conforme foi citado na parte teórica desse estudo, a compreensão é o efeito da interação entre dois sujeitos, duas consciências tidas como orientações axiológicas que trabalham com o sentido de enunciados que se complementam e dialogam entre si. Nesse sentido, na música pode ser evidenciada a duplicidade de sentido decorrente dessa idéia de compreensão: para os opressores a letra constrói um sentido relacionado à rebeldia e ao descumprimento das leis, que proibiam manifestações contrárias ao governo. Já para o autor, a letra tem um sentido bem diferente, relacionado à liberdade de expressão e à denúncia das injustiças cometidas pelo governo.

Cabe destacar a importância da entonação da letra para a construção de sentidos. Pois, como muito bem postula Bakhtin (2003), a tonalidade serve de contexto axiológico-emocional da interpretação e Barros (1999) complementa que, através da análise da entonação, se pode comprovar que o enunciado é expressão e produto da interação verbal. Pode-se afirmar então, que o texto aqui estudado, revela uma forte entonação, em torno da ironia: *“Eu pergunto a você, /Onde vai se esconder,/Da enorme euforia,”*, da ameaça: *“Você vai pagar e é dobrado , /Cada lágrima rolada /, Nesse meu penar”* e da desaprovação das atitudes governamentais: *“Hoje você é quem manda, /Falou, tá falado, /Não tem discussão, /A minha gente hoje anda, / Falando de lado, / E olhando pro chão, viu”* dessa forma, a denúncia, a crítica e a resistência passam a ser os tons predominantes na letra.

3.2.2 Análise dialógica da letra da música “Cálice”

TEXTO II - CÁLICE (1973)

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta

De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil, pai, abrir a porta
 Essa palavra presa na garganta
 Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade
 Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade

Talvez o mundo não seja pequeno
 Nem seja a vida um fato consumado
 Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer do meu próprio veneno
 Quero perder de vez tua cabeça
 Minha cabeça perder teu juízo
 Quero cheirar fumaça de óleo diesel
 Me embriagar até que alguém me esqueça

Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoia
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa

A situação social que dá forma à enunciação da letra da música “Cálice” tem origem no desejo do locutor em demonstrar seu descontentamento e de levantar questões que façam com que o interlocutor perceba a crítica que ele está fazendo. Crítica esta, que é feita de forma indireta, revelando a presença de uma consciência contrária, que é representada através do diálogo com um possível alocutário. O horizonte social do locutor é de um cidadão brasileiro que está obrigado a se calar, mas que mesmo assim, procura expor suas idéias. O faz inicialmente através de um discurso “disfarçado” em que se utiliza do vocabulário religioso, como se pode evidenciar no título da letra e, principalmente no refrão: *Pai, afasta de mim esse cálice / de vinho tinto de sangue.*

Conforme Bakhtin (2006), “*a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a*

estrutura da enunciação” (p. 117). Os contextos sociais, principalmente o mediato constitui-se da forte presença do momento histórico na enunciação. No caso desta letra, “Cálice”, o contexto mediato é marcado por um tempo em que o Brasil enfrentava a ditadura militar, que teve início em 1964 e estendeu-se por vinte um anos, nos quais a presidência da república foi ocupada sucessivamente por generais do exército. Os golpes militares atingiram quase toda a América Latina e tinham a censura, a repressão e a tortura como estratégia de governo. Em contrapartida, esse período foi marcado por movimentos pacifistas, como, por exemplo, os em defesa das mulheres e dos negros.

Na perspectiva bakhtiniana, não existe abordagem fecunda para a compreensão de um enunciado, sem valorizar o fato de que os leitores, co-participantes, têm acesso ao todo. E, partindo do todo, são capazes de assumir uma posição em relação à enunciação. Nesse sentido, não basta somente a percepção da situação posta. É preciso um posicionamento, um ato responsivo do leitor. Ver axiologicamente o mundo representado no enunciado é colocar-se em sua realidade, para dar-lhe um olhar concludente. Assim é marcado o início da percepção dos centros axiológicos, que se refletem no discurso. Na letra da música “Cálice”, aqui analisada, a diretriz volitivo-emocional é complexa e pré-estabelecida na relação social, como o papel assumido pelo locutor frente à sociedade – de cidadão que discorda das atitudes governamentais.

No resgate do contexto social mais imediato, alguns elementos contribuem para abranger a situação concreta, extralingüística. Inicialmente, a visualização da atitude-ação é determinante para o entendimento em virtude de a enunciação se encontrar integrada na unicidade da situação social do momento. O cidadão brasileiro que quer o afastamento da dor causada pela repressão. A delimitação do meio social concreto do enunciado pressupõe conhecimento prévio dos valores e princípios do locutor. Valores relacionados ao momento histórico e à posição da população que está contra o governo militar. O locutor apresenta-se como um sujeito em que a posição ideológica é de aparente discordância com os valores dos que comandam o país.

Ressalta-se que a letra inserida nesse contexto social apresenta dois contextos de valor interagindo, dois centros de referência concretos, há duas consciências a serem reconhecidas. O centro de valor do locutor configura-se a partir do horizonte social de um cidadão que expõe a dificuldade de viver sem liberdade de expressão e o desejo de ser livre. Sua percepção volitivo-emocional, em relação ao governo, se estabelece a partir de

um olhar diferente da posição volitivo-emocional do centro de valor do regime militar. O centro de valor dos militares origina-se a partir de um horizonte social de um governo autoritário e opressor.

Percebe-se a presença de uma hierarquia entre o governo e o cidadão, com atitudes que revelam a suspensão de direitos de cidadania pelo governo, revelando um forte abuso de autoridade e, dessa forma, dando motivos para o povo defender uma ideologia contrária.

O centro de valor do locutor é de alguém que conhece muito bem a realidade política, sabe das dificuldades enfrentadas pela população, e que se identifica com essa vivência, colocando-se em meio a proibições e repressões.

O sentido negociado para a palavra “cálice”, na arena em que se constituem os diálogos, é de contrariedade: de um lado, o sentido relacionado ao utensílio religioso que contém vinho, considerado uma bebida sagrada pelos cristãos; de outro, o sentido relacionado ao verbo “calar-se”, que exprime uma ordem, expressando o autoritarismo e proibições. As palavras “cálice” e “cale-se” são homônimas homófonas. Nesse sentido, quem ouve ou canta a letra da música, pode perceber a duplicidade de sentido. Já no título da letra da música, a palavra “cálice”, pouco tem a ver com o significado que encontramos no dicionário, a não ser que se fique restrito a um de seus objetivos, que é tentar “enganar” o governo militar, através do emprego da palavra “cálice”. Pode-se, desse modo, entender a idéia de Flores e Teixeira (2005) de que a língua é extremamente subjetiva e que, ao empregá-la não se leva em consideração somente o significado que as palavras têm no dicionário, nem o sentido informativo, o que se procura na verdade, como está comprovado aqui, é chamar a atenção, opinar, falar a verdade, enfim inúmeras ações que seriam possíveis de realizar, sem se utilizar da relação entre as palavras e o contexto.

Na letra da música é possível ver claramente a concepção dialógica de linguagem (Bakhtin 2006) pelo diálogo entre o discurso e seus contextos, neste caso, o discurso de quem é contra a ditadura e um contexto opressor e injusto.

Trecho 1 -

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Nesse trecho pode ser identificado o lugar sócio ideológico ocupado pelo locutor, o de filho que fala para um pai. Para conhecer o contexto social imediato é preciso saber quem e/ou como é esse filho e qual seu objetivo. Aqui, além de ser um “disfarce”, pode ser entendido como alguém inferior, fraco, pedindo a uma pessoa superior para afastar toda a tristeza que o atormenta. O pai carrega um valor de força, de amparo e proteção, já o filho carrega um valor de insegurança, fragilidade diante de uma situação ruim e difícil.

De acordo com Barros (2003), no discurso poético, que é o caso desta letra, as vozes que o constitui são explícita ou implicitamente mostradas e, por isso, são chamados de discursos polifônicos. Aqui as vozes estão implícitas devido ao fato de estarem inseridas em um contexto que é proibido discordar das idéias governamentais, mas, mesmo assim, é possível perceber claramente o diálogo entre a esquerda e a direita, bem como o duplo sentido das palavras, que é uma outra forma como o dialogismo se apresenta na linguagem, na medida em que o signo reflete e refrata sentidos.

Está clara a presença da interdiscursividade que, segundo Fiorin (2006) são as vozes de outros textos ou discursos que se fazem ouvir em um determinado texto. A interdiscursividade está presente em qualquer texto, mas, na letra aqui analisada está bem evidente, através da relação com o discurso da igreja católica, que tem o cálice com vinho tinto como um de seus principais símbolos religiosos e onde Deus é chamado de pai, como pode ser evidenciado no refrão a seguir, bem como no trecho em que o locutor afirma que *não é bom ser filho da santa, é melhor ser filho da outra, outra realidade menos morta*, e dessa forma se pode fazer uma relação com Maria, considerada santa e Madalena, considerada a *outra*, pela igreja católica.

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue

É claro que não se pode deixar de escutar a voz discursiva de um governo extremamente autoritário e opressor, bem como a crítica em relação a essa forma de governo. Voz que disputa espaço com o discurso religioso.

Trecho 2-

Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoadado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa

Nesta terceira estrofe, a crítica à ditadura continua, mas, a partir do terceiro verso, há o desejo de mudar, a esperança de que a opressão e a proibição terminem. A palavra “silêncio”, no quinto verso, bem como a grande maioria das demais, carrega uma ideologia contrária a do governo militar. Brait (2005) explica que o enunciado é construído por uma situação extraverbal, que, neste caso, é a ditadura e toda sua ideologia, presente no verbal e que é identificada por interlocutores que compartilham conhecimentos e sentimentos. Mas Teixeira (2005) esclarece que não basta somente resgatar o extralingüístico, é preciso identificar o tom, o acento avaliativo. A presente letra, bem como as demais analisadas aqui, carregam um acento avaliativo negativo em relação à ditadura militar e um acento positivo em relação à democracia e à liberdade de expressão. Como pode ser comprovado na terceira e também na quarta estrofe:

Trecho 4 -

De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade
 Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade

Em nenhum momento, o locutor refere-se diretamente à ditadura militar, o que evidencia que ele está proibido de criticá-la, como impõe o momento político da época, e, ao mesmo tempo, exige que o interlocutor resgate o momento histórico para entendê-la melhor. É preciso que o leitor conheça a ideologia que dominava na época em que a letra foi escrita. Dessa forma, como postula Bakhtin (2003), o ponto de vista do sujeito leitor deve se transformar em outro e, para que isso aconteça é preciso, primeiramente, entender como se fosse o autor, para depois distanciar-se temporal e culturalmente para incluir um contexto diferente do contexto do autor. E é isso que o leitor de hoje deve fazer em relação

à letra. Assim ele estará realizando o olhar exotópico, de que Bakhtin destaca a importância.

Bakhtin (2003) esclarece que a responsividade, presente na compreensão textual, transforma o ouvinte ou leitor em um ser extremamente ativo dentro do diálogo. No início da primeira estrofe, o locutor pergunta como irá *beber a bebida amarga, tragar a dor e engolir a labuta*, estabelecendo assim um diálogo com o interlocutor, fazendo com que este elabore uma resposta pessoal, e, dessa forma, construa sentidos. Observe:

Trecho 5 -

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta*

Nos versos seguintes

Trecho 6 -

Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

palavras como *calada a boca, silêncio, mentira e força bruta* estão inseridas dentro de um contexto de ditadura militar, em que é proibido falar tudo o que se pensa, interferindo diretamente na construção do sentido. Por esse motivo o enunciado adquire um valor axiológico que é extremamente contra essa forma de governo, mas ao mesmo tempo, não pode manifestar-se explicitamente.

Como na primeira análise dialógica, percebe-se que o locutor atribui um valor positivo à democracia, que traz consigo a liberdade de expressão, e um valor negativo ao regime militar, que proíbe e expressa autoritarismo. Pode-se, afirmar resumidamente, que nessa letra estão evidenciados, dois centros de valores opostos, que interagem dialogicamente, sendo que um, o relacionado ao governo, só pode ser percebido através do resgate do extralingüístico, elemento tão importante para essa análise.

3.2.3 Análise dialógica da letra da música “Samba de Orly”

TEXTO III - Samba de Orly (1970)

Vai meu irmão
 Pega esse avião
 Você tem razão
 De correr assim
 Desse frio
 Mas beija
 O meu Rio de Janeiro
 Antes que um aventureiro
 Lance mão

Pede perdão
 Pela duração (Pela omissão)*
 Dessa temporada (Um tanto forçada)*
 Mas não diga nada
 Que me viu chorando
 E pros da pesada
 Diz que eu vou levando
 Vê como é que anda
 Aquela vida à toa
 E se puder me manda
 Uma notícia boa

* *Versos originais vetados pela censura*

O centro de valor das personagens se estabelece em função do contexto social mais imediato, do interlocutor real mais próximo em função de um horizonte social mais amplo em relação ao papel ocupado por cada um na sociedade – cidadãos e governo. Percebe-se, na leitura da letra, uma característica da situação política social da época – várias pessoas eram obrigadas a deixar o Brasil para viver em um país distante, especialmente os intelectuais. Depois de algum tempo muitos retornavam por sentir saudade ou, quando podiam, vontade de continuar a lutar por um Brasil melhor.

Pode-se afirmar que a relação dialógica se estabelece entre dois centros de valor relacionados à política: um que discorda do governo e outro que faz parte do regime militar. Ambos conhecem seus modos de pensar, sua ideologia, mas sua natureza social é complexa e pré-determinada pelo horizonte social de cada um. Por ser uma enunciação de natureza social, há uma característica extralingüística que norteia a organização social, as duas esferas – povo e governo – apresentam uma diferença de horizontes sociais. O governo exerce, pela relação entre cidadãos e autoridades, uma hierarquia de poder e superioridade em determinados aspectos. Os cidadãos são considerados inferiores, subordinados às ordens governamentais.

O contexto mediato da letra da música “Samba de Orly” é caracterizado pela forte presença da ditadura militar, considerada uma forma de governo opressora e extremamente autoritária. Assim como nas análises dialógicas anteriores, o momento histórico é de repressão e insatisfação política da grande parte da população. O cenário mundial é marcado por um período de grandes manifestações políticas e sociais, como por exemplo, as agitações de maio de 68 na França, a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro e a ascensão do movimento *hippie*. O locutor está inserido neste contexto social, de ditadura e se posiciona implicitamente contra esse centro de valores e a favor da liberdade de expressão.

De acordo com o livro “Chico Buarque: Letra e música”, a canção Samba de Orly foi composta em parceria com Toquinho e Vinicius de Moraes, quando Toquinho, cansado do exílio na Itália, decidiu voltar ao Brasil, deixando os amigos Chico Buarque e Vinicius no outro país. Antes de retornar, Toquinho reconheceu que compôs por sentir saudade, então Chico acrescentou os versos finais “Vê como é que anda / aquela vida à toa / E se puder me manda / uma notícia boa”. Para que a canção pudesse ser gravada, as palavras “omissão” e “Um tanto forçada” tiveram de ser trocadas e foi isso que os compositores fizeram, cumprindo assim uma ordem dos censores militares.

Ainda em relação ao contexto social mais amplo, o centro de valor do locutor se organiza de modo diferente do centro de valor do alvo de sua crítica. Sua orientação se determina em consonância com a atitude do cidadão de esquerda. Isso denuncia uma crítica referente a situações que envolvem as relações sócio-ideológicas. Por esse caminho, a relação que se estabelece entre povo e governo deve ser vista de forma especial, pois revela um confronto entre ideologias opostas. O centro de valor do governo procurava manipular a população através da censura e fiscalização. Com esse recurso e muita propaganda dos benefícios das ações governamentais, o povo era facilmente manipulado e levado a acreditar no que o governo desejava que ele acreditasse e, por isso, o poder de crítica era condenado.

O nome do samba, presente no título da letra da música, Orly, se refere ao aeroporto de Paris, país que serviu de exílio para muitos brasileiros, mas lugar também de muito frio em determinados períodos e distante, como é caracterizado na letra.

A descrição do contexto social imediato da letra “Samba de Orly”, que define o momento histórico, é de natureza social. O locutor é um cidadão que está retornando seu país, depois de um período de tempo exilado em um lugar distante, devido às exigências do governo militar. Observe:

Trecho 1 –

Vai meu irmão
 Pega esse avião
 Você tem razão
 De correr assim
 Desse frio
 Mas beija
 O meu Rio de Janeiro
 Antes que um aventureiro
 Lance mão

O horizonte ideológico do locutor, de acordo com seu horizonte social mais imediato, identifica-se com homens e mulheres patriotas, que amam seu país e lutam pela democracia. Ele tem um horizonte social de identificação com seu “irmão”, com quem compartilha do mesmo centro de valor, almejando um ambiente com liberdade de expressão. A atitude-ação de pedir para beijar o Rio de Janeiro revela o respeito e o amor à Pátria, mesmo depois de ter vivenciado momentos ruins. Dessa forma, pode-se perceber que, durante toda a letra, o locutor dialoga com alguém de mesma ideologia, como ocorre mais explicitamente, na primeira estrofe, ao mesmo tempo em que “mascaradamente” estabelece uma crítica ao governo. No começo da letra, há um tom de concordância e de incentivo em relação à atitude do “irmão”, em pegar o avião para “correr do frio”. A palavra “frio” é empregada, também, em seu sentido negativo, que está se referindo a toda tristeza ocasionada pela ditadura, à solidão, à separação, à impotência, entre outros.

Para Bakhtin (2006) o diálogo vai muito além da interação face a face, por isso, não se pode esquecer do diálogo entre texto e leitor, porque para entender a letra o ouvinte ou leitor “conversará” com as idéias expostas e terá de responder às questões que o texto impõe e que ele próprio elabora, sempre com base no que ouviu ou leu. Assim o leitor constrói e reconstrói sentidos. Segundo Bakhtin (2003), tudo o que é exposto lingüisticamente é construído por palavras alheias, com graus variáveis do que é de um e do que é do outro. Sendo assim, em qualquer manifestação da linguagem se emprega o discurso de outrem, assimilando a sua ideologia ou questionando-a. No caso da letra, a

enunciação parte do centro axiológico do cidadão que luta pela democracia através da atitude-ação de retornar a seu país depois de exilar-se. Ao mesmo tempo a letra apresenta um centro axiológico do governo autoritário.

Trecho 2 –

Pede perdão
Pela duração (Pela omissão)*
Dessa temporada (Um tanto forçada)*

Versos vetados pela censura

Nos três primeiros versos da segunda estrofe, *pede perdão / pela duração / dessa temporada*, o locutor estabelece um diálogo com sua própria atitude de sair de seu país, fugindo de toda realidade opressora que o Brasil estava enfrentando. A motivação desse diálogo vem da tomada de consciência do locutor de que a atitude-ação de sair do país está relacionada à fuga da realidade, muito mais do que à denúncia e à crítica.

Trecho 3 –

Mas não diga nada
Que me viu chorando
E pros da pesada
Diz que eu vou levando
Vê como é que anda
Aquela vida à toa
E se puder me manda
Uma notícia boa

A partir do quarto verso, o locutor pede para não falar que estava chorando e para dizer aos da “pesada” que ele “ia levando”. Dessa forma demonstra que, enquanto amigo, preocupa-se em mandar notícias suas. A observação desta ação-social, revela, além do sentimento de amor e saudade de seu país, o interesse em mandar e receber informações da realidade social. A compreensão ideológica desse horizonte social forma-se em consonância com o de uma classe social crítica e consciente da realidade de seu país. O pedido de receber uma notícia boa desperta o interesse do interlocutor em saber qual seria essa notícia boa. Para o locutor, que ocupa o lugar social de oposição, a notícia seria a derrota do governo da época, já para os que ocupam o lugar social da direita, a notícia, para ser boa, teria que ser outra: a permanência no poder.

O lugar sócio ideológico de quem escreve é de um cidadão que ama sua pátria e está exilado em outro país, por não poder expressar-se livremente em seu país, ele expressa uma ideologia contrária à ditadura e à repressão. Neste contexto, entrecruzam diferentes visões de mundo, entonações e valores. Há uma visão de mundo que atribui um valor positivo à democracia e com ela, a liberdade e outra visão de mundo que defende o autoritarismo, imposto pelo governo militar. É importante destacar que a crítica nunca é direta. O locutor dirige-se a um alocutário que vai pegar o avião para fugir do frio. O fato de concordar com essa atitude e apoiá-la, revela que ambos estabelecem o mesmo centro de valor à atitude-ação de retorno do exílio.

Trecho 4 –

(...)
 Você tem razão
 De correr assim
 Desse frio
 (...)

Pede perdão
 Pela duração (Pela omissão)*
 Dessa temporada (Um tanto forçada)*

(...)
 E pros da pesada
 Diz que eu vou levando

Versos vetados pela censura

Outra importante questão a ser explicitada é a polifonia, que pode ser percebida no fato de a letra “Samba de Orly” expressar o manifesto contra a ditadura através do retorno de um exilado. A voz do cidadão proibido de expressar-se está “mascarada” no apoio dado a um amigo que volta ao Brasil, como também no pedido de perdão, por ausentar-se em um momento que se precisava de sua ajuda, bem como no recado aos que estão na terra natal e no pedido para mandar notícias. De acordo com Bezerra (2005), a polifonia é a forma suprema do dialogismo, pois representa a libertação de um indivíduo escravizado. Caryl (2003) acrescenta que o escritor polifônico valoriza a discussão aberta sobre questões irresolúveis e, dessa forma, insere seus heróis num ambiente de total liberdade, além de o leitor também ter um espaço bastante amplo, em que tem a possibilidade de participar ativamente dentro da obra. Na letra aqui analisada a polifonia é vista como uma crise de consciência dentro de um mesmo centro de valor. O locutor põe em choque dois

valores: ele pede perdão pela omissão, mas, ao mesmo tempo, defende a idéia de que um bom lutador não foge, não se omite.

No discurso da letra aqui analisada, o locutor procura evidenciar, implicitamente, o discurso do governo militar. Dessa forma explicita a interdiscursividade que, conforme Fiorin (2006), são as relações dialógicas, enquanto relação de sentido. A interdiscursividade está presente em todos os textos, já que tem a presença de diferentes discursos, tidos como sociais, diferentemente da intertextualidade, tida como incorporação de um texto em outro.

A sociedade é o lugar onde o discurso se manifesta e há a presença de diferentes valores, que são constituídos de acentos avaliativos, ou seja, a entonação. Barros (2003) salienta que Bakhtin considera a entonação como um elemento revelador da dependência de toda estrutura formal da fala com a relação com o enunciado e o conjunto de valores pressupostos na sociedade. Durante toda a letra da música aqui analisada, a entonação revela-se através de conselhos, de pedidos, de orientações, como se pode observar:

Trecho 5 -

*Vai, meu irmão
Pega esse avião
Você tem razão de correr assim
(...)
Pede perdão
Pela duração dessa temporada
Mas não diga nada
Que me viu chorando
E pros da pesada
Diz que vou levando
Vê como é que anda
Aquela vida à toa
E se puder me manda
Uma notícia boa*

Para Bakhtin (2003) a entonação serve de contexto axiológico-emocional da interpretação, por isso a importância de identificá-la na letra. Nesta letra, bem como nas demais aqui analisadas, é possível identificar que, relativamente à entonação, é atribuído um valor negativo à ditadura e um valor positivo para a democracia.

O tempo e o lugar em que a enunciação ocorre exercem uma grande influência nas ações e pensamentos dos personagens, construindo, assim, diferentes visões de mundo que

podem ser conhecidas e questionadas pelo leitor durante a leitura crítica. A ditadura é o tempo em que havia a contradição de crescimento econômico mesclado com ações de tortura e opressão. O Brasil e o aeroporto do Orly, símbolo de exílio, configuram os espaços cujos conhecimentos auxiliam o entendimento da letra.

Bakhtin (2003) esclarece que a sobrevivência de uma obra depende da relação que ela mantém entre o passado e o futuro, porque tudo que abrange somente o presente termina junto com ele. Por isso a letra, aqui analisada, continua tão valorizada atualmente. Ela mostra e critica a realidade autoritária de uma determinada época, mas, ao mesmo tempo, faz projeção a um tempo futuro, igual ou melhor a um tempo anterior à ditadura. Ela carrega uma historicidade que “dialoga” com nossa realidade. Pode-se fazer uma comparação entre passado e atualidade, ao mesmo tempo pode-se entender melhor os dias de hoje e até mesmo construir sugestões de como poderá ser o futuro. Esse diálogo que o leitor de hoje pode estabelecer com a letra, é o excedente de visão, ou seja, é a posição exterior que completa a obra. O conteúdo que nela está presente e a entonação foram enriquecidos como o passar dos anos. É claro que a leitura feita na época em que foi produzida não será a mesma que é feita hoje. O contexto social mediato de hoje, democrático, pós-ditadura, continua atribuindo valor negativo à repressão e valor positivo à liberdade, mas, além do tom de crítica, que continua presente na letra, hoje pode ser encontrado o tom de vitória, por ter conseguido derrubar a ditadura e de valorização da atual forma democrática de governo.

Tezza (1996) explica que o excedente de visão é a consciência que está fora de outra e consegue olhar mais e melhor os acontecimentos. Na letra o excedente - o distanciamento no tempo e no espaço - é caracterizado como um tempo posterior à ditadura e um espaço de liberdade, como é o hoje. Esse tempo e espaço que excedem àqueles que a letra foi composta, possibilita realizar uma leitura mais abrangente e mais completa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises apresentadas neste trabalho, foi possível realizar uma leitura que contemplou desde o estudo das marcas lingüísticas inseridas no interior do discurso, e a partir delas, resgatar o sentido discursivo, até o estudo do extraverbal, tido como o contexto sócio histórico, que carrega toda a ideologia e índices sociais de valores, elementos fundamentais para um estudo dialógico.

Conforme Bakhtin (2006), no signo ideológico entrecruzam-se índices sociais de valores, ou seja, na enunciação em que há uma tomada de posição em relação a um determinado tema, por exemplo, ao mesmo tempo que se escolhe o que defender ou discordar, ao justificar sua escolha, se revelam as duas vozes: o objeto da crítica ou da defesa e seu oposto. Nas palavras de Bakhtin (2006) “(...) todo signo ideológico vivo tem, (...), duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio (...)”. Além de toda enunciação carregar consigo a contrariedade, ela é constituída pela realidade sócio histórica e ideológica, revelando, assim, o caráter social da linguagem e a importância do tempo e do espaço em que ela está inserida. O sentido é construído a partir do social e do extraverbal.

Com a teoria argumentativa, principalmente em sua fase mais recente, a Teoria dos Blocos Semânticos, percebe-se que, para construir o sentido, o leitor associa ao enunciado diferentes argumentações, ou seja, a construção do sentido ocorre de acordo com a relação entre elementos lingüísticos, através de conectores, articuladores e demais marcas lingüísticas que constituem pistas para essa construção. Na ADL, a noção de relação é

expressa através das relações sintagmáticas que se estabelecem nos encadeamentos argumentativos, átomos de significação.²⁵

Nas análises argumentativas percebe-se, também, que o contexto tornou-se indispensável. Para Ducrot (1997), tudo ou quase tudo no sentido de uma entidade lingüística – palavra – é contextual, porque a ADL rejeita a noção de sentido literal, de sentido pré-existente, mas esse contexto só pode ser estabelecido a partir de marcas lingüísticas que constituem pistas sobre como procurar o contexto. Essas pistas equivalem a instruções que é a própria significação do elemento lingüístico. Dito de outra forma, o resgate do contexto parte da própria língua, que aponta para o que é necessário procurar fora do texto, porque, como afirma Ducrot (1988), a argumentação está na língua, ou seja, o contexto não preexiste à palavra. É a partir do que está exposto linguisticamente, ou melhor, das “pistas” presentes do discurso, que se chega até o exterior a ele. Na ADL, o que preexiste ao discurso é uma situação sem limites e sem estruturas, já dentro do discurso, as palavras impõem os limites e os pontos de vista.

Em relação à hipótese desta dissertação, de que as duas teorias, a argumentativa e a dialógica, se complementam, pode-se afirmar que as duas teorias, na realidade, complementam as análises realizadas, uma vez que a ADL trabalha com as marcas lingüístico-discursivas, explicando-as e evidenciando os encadeamentos que nelas estão presentes. Dessa forma, se chega ao contexto automaticamente, mesmo que ele não seja o objeto dessa teoria e sim da outra, a dialógica, que considera o extraverbal como ponto de partida, ou seja, é ele que vai revelar o contexto sócio ideológico, os valores e a entonação da enunciação, que constituem o sentido discursivo. Nas análises argumentativas, pôde-se perceber que a estrutura lingüística indicou o que e como procurar no contexto.

Na fundamentação teórica argumentativa e dialógica, bem como nas análises, foi possível identificar diferenças entre conceitos que eram explicitados em ambas teorias, como os conceitos de polifonia e enunciador, por exemplo. Flores e Teixeira (2005) esclarecem que, para Bakhtin, a polifonia não é um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são equípolentes, e não deve ser confundida com

²⁵ (...) as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos “encadeamentos argumentativos” ou ainda “argumentações”. Uma argumentação é por definição uma seqüência de dois enunciados ligados por um conector: um desses enunciadores é o suporte, o antecedente, o anterior; o outro é o aporte, o conseqüente, o posterior (...). (Ducrot e Carel, 2008, p. 09).

heteroglossia ou *plurivocalidade*, termos empregados para expressar a realidade heterogênea da linguagem, quando relacionada à multiplicidade de *línguas sociais*.

Na polifonia, dentro da teoria argumentativa, o autor de um enunciado apresenta nele vários sujeitos, exercendo diferentes funções, como a de locutor e de enunciadore. O locutor, segundo Ducrot (1988), se expressa através dos enunciadore e essa relação determina o ponto de vista defendido pelo locutor. Dessa forma, para compreender o sentido de um enunciado, é preciso encontrar a posição do locutor.

Outra diferença entre as duas teorias (dialógica e argumentativa) é o conceito de enunciador. Para Bakhtin, enunciador é a pessoa que enuncia, por isso é um ser social carregado de valores. Para Ducrot, um enunciado apresenta vários enunciadore, conceituados como origens dos pontos de vista, ou responsáveis pelos pontos de perspectiva apresentados pelo enunciado. O enunciador, para Ducrot, não é nem uma pessoa responsável, nem o produtor real do enunciado. São as vozes constituintes do discurso, através das quais o locutor se expressa, concordando, discordando ou assumindo-os.

Nas análises realizadas se pôde perceber mais claramente as diferenças acima. Na análise argumentativa, a polifonia se fez presente através da posição do locutor em relação aos enunciadore, que podem ser associados aos aspectos dos blocos semânticos. Já na análise dialógica, a polifonia pôde ser observada no diálogo, ora explícito, ora implícito, entre o governo opressor e a oposição, bem como no duplo sentido das palavras, como “cálice”, ou de expressões, como “inda pago pra ver, /o jardim florescer”, por exemplo.

Em relação ao o bjetivo derivado deste trabalho, que é auxiliar os professores de língua portuguesa, acredita-se que a parte teórica e, principalmente as análises aqui realizadas, podem estimular os profissionais a direcionarem suas aulas em torno do estudo da linguagem em uso, conduzindo o aluno a perceber os diferentes pontos de vista que estão presentes no discurso, para chegar aos contextos que eles apontam. Dessa forma, fica mais fácil se chegar ao extralingüístico, elemento tão importante para a construção do sentido. O professor que trabalhar, por exemplo, com a letra da música “Apesar de você”, poderá orientar o aluno a procurar um contexto em que *há alguém que manda PT o outro não obedece*. Espera-se, também, que os professores deixem de somente contemplar ou ter como prioridade os estudos gramaticais, ou seja, o sistema da língua. Com este trabalho,

percebe-se a grande importância que o estudo do sentido tem, uma vez que a linguagem serve para argumentar, e não para informar. Acreditamos que o estudo gramatical deve ser um complemento e não uma prioridade. Não descartamos sua importância, mas entendemos que mostrar o funcionamento desses aspectos no discurso é mais produtivo do que trabalhar conceitos isoladamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

AMORIM, Marília. Cronotopos e exotopia. In.: BETH Brait. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN José (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de. e FIORIN José (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 10ª ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBISAN, Leci. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciane (orgs.). *Argumentação na Língua: da pressuposição aos Topoi*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

BRAIT, Beth. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO Carlos Alberto et al. *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba. Ed. da UFPR, 2001.

_____. As vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN José (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____ (org). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: *Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido*. Campinas, S.Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: Faraco. C. A; Tezza. C; Castro. G De. (Orgs). *Diálogos com Bakhtin*. Paraná: UFPR, 1996.

BRAIT, Beth; MELO Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave 2*. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BUARQUE, C. *Letra e música*. São Paulo: Loyola, 1998.

CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. e org. por Maria Marta Garcia Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Ediciones Colihue, p.11-25, 2006.

CAREL. Marion. *Argumentación normativa y argumentación exceptiva. Signo y Seña*. Buenos Aires: UBA, n 9, p255-279, jun. 1998.

_____. Qu'est-ce qu'argumenter? *Revista de retórica y teoría de la comunicación*. v1, n. 1, p.75-80, enero 2001.

CAREL, Marion. L' argumentation dans lê discours: argumenter n'est pás justifier. *Letras de Hoje*. EDIPUCRS.Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 23-40, mar. 1997.

CARYL, Emerson. *Os cem primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro : DIFEL, 2003.

CLARK, Katerina. *Mikhael Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CASTRO, Gilberto de. Os apontamentos de Bakhtin: uma profusão temática. In: FARACO, Carlos Alberto et al. *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Ed. da UFPR, 2001.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación*. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. 1. ed. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica. In: *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, Barcelona, Editorial Gedisa, v. 2, n. 4, p. 23-44, 2000. (Tradução de Beatriz Diez).

_____.Os internalizadores. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, n. 129, setembro de 2002.

Ducrot, Oswald e CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.43, n.1. Jan./mar. 2008.

FARACO, Carlos Alberto Faraco. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. 2. ed. Curitiba: Criar edições, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. O dialogismo como chave de um antropologia filosófica. In: FARACO, Carlos Alberto et al. *Diálogos com Bakhtin*. 3ª ed. Ed. da UFPR, 2001.

_____. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopez. Paródia e Dialogismo. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. Polifonia Textual e Discursiva. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Interdiscursividade e intertextualidade*. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=I5Y2FEVgzugC&printsec=frontcover&source=gbs_summary_r&cad=0>, acesso em out. 08.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Palavras que argumentam e que constataam no discurso. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v.40, n1, p. 95-106, mar. 2005.

_____. A pragmática e estudo semântico. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 40, n 01, p. 09-22. mar.2005.

_____. Produção do humor: um descompasso na constituição do bloco semântico. *Desenredo*. Passo Fundo, v. 3, n. 2, jul/dez 2007.

GUIMARÃES, Ivana Acunha. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva da Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *Mikhail Bakhtin: Contribuições pra a Filosofia da Linguagem e Estudos Enunciativos*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à lingüística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 30. ed. São Paulo: Cultrix. 2001.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave* 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

TEIXEIRA, Marlene. O Círculo de Bakhtin e a lingüística: o abstrato e o concreto na constituição do sentido. *Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade de Passo Fundo*: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

TEZZA, Cristóvão. *Sobre O autor e o herói – um roteiro de leitura*. In: BRAIT, Beth et al. *Diálogos com Bakhtin*. Ed. da UFPR, 1996.

TEZZA, Cristóvão. *Sobre O autor e o herói – um roteiro de leitura*. In: FARACO Carlos Alberto et al. *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba. Ed. da UFPR, 2001.

_____. *A construção das vozes no romance*. In. *Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido*. Campinas, S.Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

ZANDWAIS, Ana. *Relações entre a filosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador*. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Mikhail Bakhtin: Contribuições pra a Filosofia da Linguagem e Estudos Enunciativos*. / Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.